



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Andressa Dias Arndt

A Musicoterapia em contextos sociais e comunitários: dissensos, saberes e fazeres no
âmbito da América Latina.

Florianópolis

2020

Andressa Dias Arndt

A Musicoterapia em contextos sociais e comunitários: dissensos, saberes e fazeres no âmbito da América Latina.

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Kátia Maheirie.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Arndt, Andressa Dias

A Musicoterapia em contextos sociais e comunitários :
dissensos, saberes e fazeres no âmbito da América Latina. /
Andressa Dias Arndt ; orientadora, Kátia Maheirie, 2020.
132 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Psicologia. I. Maheirie, Kátia. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. III. Título.

Andressa Dias Arndt

A Musicoterapia em contextos sociais e comunitários: dissensos, saberes e fazeres no âmbito da América Latina.

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª Dr^ª Kátia Maheirie

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof^ª Dr^ª Andréa Vieira Zanella

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof^ª Dr^ª Noemi Nascimento Ansay

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Psicologia.

Prof^ª Dr^ª Andrea Barbara da Silva Bousfield

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^ª Dr^ª Kátia Maheirie

Orientadora

Florianópolis, 2020

Dedicado à comunidade de musicoterapeutas sociais e comunitários da América Latina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ampliar meus sonhos, me acolher no colo mesmo antes de eu pedir e me trazer a paz que trai meu entendimento.

Agradeço a você, Biel. Seu jeito descomplicado de viver me ajuda muito e ter você ao meu lado deixa toda a travessia da vida mais leve e feliz. Obrigada por cuidar tão bem de mim e do nosso pequeno.

Agradeço à minha mãe, mulher linda, desprendida, parceira que sempre me atendeu a cada pedido de ajuda. Você é incrível e eu te admiro demais!

Agradeço ao meu pai, por todo o bom humor, pela calma que acalenta a alma, por todo seu esforço em garantir que pudéssemos estudar, mesmo diante de tantas dificuldades!

Agradeço a minha irmã que mesmo em dias tão turbulentos encontrou tempo para dedicar a mim sua escuta. Obrigada pela pessoa que você é, por ser profunda, sensível e amiga. Te agradeço também por ter me apresentado o *Terceira Margem do Rio: nada de novo debaixo do sol* e o trabalho dos Arrais, que tanto me acompanharam em meus dias de escrita desta tese.

Agradeço ao meu chêro bom! Filho, você é um grande guerreiro, meu parceirinho de sala de aula e de congressos. Leleco, você foi mais forte do que precisaria ser, tão pequeno e tão compreensivo com o fato de ter que me dividir com a escrita desta tese. Obrigada por me lembrar diariamente que nem só de tese vive uma doutoranda, com isso, você me fez viver a maternagem e o doutorado de um jeito tão bom.

Agradeço a você, Tati. Por sua escuta, por seu colo, por sua força. Você sabe o quanto significou pra mim ter você por perto. Seu colorido me faz tão bem, obrigada pela relação de cuidado que criamos.

Agradeço também a Adri, por ter formado junto com a Tati e eu um trio tão “arteiro” de estudos.

Agradeço a Josi por ter me acompanhado desde a escrita do projeto desta tese e por toda amizade que criamos.

Agradeço às/aos colegas do NUPRA, por toda parceria e partilha.

Agradeço ao Hernan Dario, Carmen Cecilia e David Santiago por serem minha família bogotana durante minha pesquisa na Colômbia.

Agradeço a Aline, Natália, Mariana e Ana, pela companhia na Colômbia.

Agradeço às/aos musicoterapeutas da Colômbia que colaboraram com minha pesquisa. Em especial agradeço a você, Andrés Salgado, por ter permitido que eu conhecesse seu cotidiano de forma mais particular e, assim, permitiu meu encantamento e um dos melhores encontros que essa pesquisa me proporcionou.

Agradeço às/aos musicoterapeutas da Argentina, que abriram as portas de seus cotidianos para que eu pudesse aprender. De modo especial agradeço a Flávia, por ser tão ousada em seu fazer e em seu pensar. Agradeço a Araceli pela linda surpresa que me proporcionou ao me apresentar seu trabalho. Agradeço a Patrícia, por ser tão poética e tão acolhedora. Agradeço ao Coletivo 85, por serem tão inspiradores!

Agradeço ao ReconstruSom, por todo o trabalho que vocês têm feito e por terem me acolhido em meu pedido de conhecê-los, me permitindo aprender com vocês. Que o trabalho de vocês reverbere pela América Latina e inspirem muitos/as outros/as como tem inspirado a mim!

Agradeço aos musicoterapeutas latino-americanos que construíram junto comigo esta tese e que criam em seu cotidiano uma Musicoterapia Social e Comunitária cada vez mais potente.

Agradeço aos meus amigos e amigas dos PG's da vida e do Chá Literário. Obrigada por compreenderem meus momentos, por partilharem a vida comigo, por me fazerem rir, por me proporcionarem tantos encontros alegres e por todos os papos filosóficos que tanto amamos.

Agradeço a Gabriela, por brindar a vida comigo, nos melhores e nos piores dias.

Agradeço a Mari, por sua amizade, por todas as risadas, por partilhar comigo a vida de mãe e doutoranda.

Agradeço a Sheila, por me acolher e me inspirar, por todas as parcerias que temos feito, e por cuidar de mim sempre que precisei.

Agradeço a Noemi, por conjugar de um modo tão bonito a pessoa que você é com o trabalho que você desenvolve. Te agradeço por sua leveza, seu otimismo e amizade.

Agradeço a Rosemyriam, por tudo que tem feito na Musicoterapia, por ser tão acolhedora todas as vezes que precisei e por ser uma inspiração.

Agradeço aos professores/as e alunos/as que partilham comigo minha caminhada na FAP. É tão bom dividir os dias com vocês! Obrigada por terem torcido por minhas conquistas e celebrado comigo cada etapa vencida.

Agradeço ao professor Marco Aurélio, por ter aceitado o convite para compor minha banca de defesa e por me proporcionar tanto aprendizado por meio de sua escrita.

Agradeço ao Acácio Piedade por ter participado de minha banca de qualificação e me ajudado a encontrar caminhos potentes para pesquisa.

Agradeço a Andréa Zanella, por sua alegria, seu prazer pela pesquisa, por todas as conversas, por todas as sugestões dadas, de modo a deixar o caminhar da minha pesquisa mais bonito.

A Júlia, Manu, às meninas da Pandorinha, do GiraMundo e da Casa Poppins por terem cuidado do Leo junto comigo e assim, terem permitido que eu conjugasse tão bem minha maternagem com o doutorado.

A Ágata, minha professora de espanhol, que me tirou do sufoco da incompreensão.

A musicoterapeuta Paula Meliante, por ter sido tão generosa e tão parceira, me ajudando com as transcrições e traduções de todo material de análise de minha pesquisa.

Agradeço ao Raul, pela incrível parceria na criação do nosso Webdocumentário: *Veredas: cenas da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina*.

Agradeço a Rocío, Ana Gabriela e Alex, por terem me ajudado com as transcrições e traduções.

Agradeço ao Nicolás, por ter criado uma trilha sonora tão linda para o *Veredas*.

Agradeço a Rojane, pela arte em aquarela que abre este trabalho.

Agradeço as mães do sul da ilha de Florianópolis, que junto comigo descobriram como conjugar a vida profissional com a maternidade.

Agradeço a minha família por celebrar comigo a vida.

A CAPES por tornar possível esta pesquisa por meio da bolsa concedida durante os três primeiros anos de meu doutorado.

Por fim, agradeço a você Katita. Foram tantas coisas que passamos nos últimos anos que nem sei ao certo como te agradecer. Admiro tanto sua força, te considero tão guerreira! Eu te agradeço porque você aceitou embarcar comigo nesse meu desejo de pesquisar sobre a Musicoterapia, significou muito para mim. Minha relação contigo me trouxe tanto aprendizado, levantou tantas questões que me impulsionaram a desejar alargar meu campo de possíveis. Sempre te digo que a facilidade com que você respeita e sente a existência de toda e qualquer pessoa como sendo absurdamente importante é uma das suas características mais bonitas, e eu te agradeço por me ensinar o princípio da igualdade dessa forma.

“Compor é como fazer uma casa. É desenhar um lugar [...] Se desenho um lugar, e faço com que o ouvinte viva um pouco neste lugar, posso brincar também de fazer com que ele se sinta tranquilo naquele lugar, ou com que tenha esta tranquilidade abalada quando, de repente, e isto tem de ser de repente, o faço sentir-se arrastado para fora daquele lugar [...] O efeito surpresa! [...] Só há surpresa se houver preparação de um lugar cômodo a ser abalado. Para que alguém se surpreenda é necessário que este alguém fique tranquilo acreditando que tudo já está estabelecido. E para fazer este lugar, o recurso talvez seja este de reiterar elementos, de fazer com que as coisas girem numa pequena roda, uma cantilena, um ritornelo, uma ladainha, um caleidoscópio, uma caixinha de música. E a surpresa é justamente aquele momento em que alguma coisa foge da ladainha, alguma coisa que está dentro da ladainha, algo que até poderia ser previsível, mas que não era. De repente uma nota trai a harmonia, desfaz o perfil principal da frase musical, uma sonoridade leva para um outro espaço de ressonâncias. A música é feita desses jogos de criar e desfazer lugares”.

Silvio Ferraz
Livro das sonoridades

RESUMO

Nesta tese investigamos os fazeres e saberes da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina. Utilizamos o termo Musicoterapia Social e Comunitária como uma síntese totalizadora aberta, que abarca as formas de se pensar-fazer Musicoterapia que se distanciam de uma forma convencional, ou seja, de uma inclinação ao trabalho individualizante, focando em um sofrimento comumente motivado por alguma patologia e/ou orientado por perspectivas biomédicas. Construimos as informações por meio de uma revisão integrativa de literatura, a realização de cinquenta e nove entrevistas com musicoterapeutas da América Latina e por meio de pesquisas no cotidiano de trabalho de alguns/mas desses/as musicoterapeutas. Nosso processo de construção e análise de informações tomou como inspiração o Método da Igualdade, de Jacques Rancière. Escolhemos organizar as informações por meio de três artigos e um breve capítulo final. De modo geral, ao longo de toda esta tese buscamos contribuições para pensar arte, sujeito e coletivos nas obras de Lev Vigotski e seus/suas interlocutores/as, bem como nos trabalhos de Jacques Rancière e seus/suas interlocutores/as. No primeiro artigo analisamos o conceito de sujeito e coletivo presente nas publicações selecionadas na revisão integrativa de literatura e discorremos sobre as ações coletivas/ comuns em articulação com as interferências possíveis de serem assinaladas no campo do instituído. No segundo artigo analisamos as informações advindas das entrevistas e de nossas pesquisas no cotidiano de trabalho. Escolhemos abordar a questão dos fazeres horizontalizados e práticas não convencionais no campo da Musicoterapia Social e Comunitária latino-americana. Consideramos essas práticas como notas de dissenso perante o campo convencional da Musicoterapia. No terceiro artigo, a partir do diálogo entre perspectivas vigotskianas e rancierianas discorremos sobre a arte e os processos de subjetivação política, em articulação com as informações que pudemos construir nesta pesquisa. No capítulo final, buscamos propor um breve texto sintetizando de forma aberta algumas das informações que tratamos ao longo dos artigos e apontando alguns possíveis para o campo de saber e prática da Musicoterapia Social e Comunitária. Por fim, defendemos a tese de que esses saberes e fazeres que pudemos criar e conhecer nesta pesquisa, contribuem para a criação de cenas de dissenso perante o campo convencionalmente posto da Musicoterapia e, assim, abrem a novos possíveis para este campo do fazer.

Palavras-chave: Musicoterapia Social e Comunitária; dissenso; música.

ABSTRACT

In this thesis we investigate the doings and the knowledge of the Social and Community Music Therapy in Latin America. We utilize the term Social and Community Music Therapy as an open totalizing synthesis, that embraces all forms of thinking-doing Music Therapy that distance of a conventional form, in other words, of an inclination to an individualized work, focusing in a suffering commonly motivated by some pathology and/or oriented by biomedical perspectives. We build the information by means of an integrative literature revision, the accomplishment of fifty-nine interviews with music therapists from Latin America and by means of researches in the daily work life of some of these music therapists. Our process of construction and analysis of information have as inspiration The Method of Equality of Jacques Rancière. We choose to organize the information throughout three articles and one brief final chapter. Generally, throughout this thesis we search for contributions to think art, subject and collective in works of Lev Vigotski and his/her interlocutors as well as in the works of Jacques Rancière and his/her interlocutors. In the first article we analyze the concept of subject and collective present in the selected publications of the integrative literature revision and we discourse about the collective/common actions in articulation with possible inferences of being signalize in the field of the instituted. In the second article we analyze the information that came from the interviews and from our researches in the daily work life. We choose to approach the matter of the doings horizontally and non-conventional practices in the field of Social and Community Music Therapy in Latin America. We consider these practices as notes of dissensus towards the conventional field of Music Therapy. In the third article, from the dialogue between the perspectives of Vigotski and Rancière, we discourse about the art and the processes of political subjectivation, in articulation with the information that we were able to build in this research. In the final article we try to propose a brief text systematizing, in an open form, some of the information that we process throughout the articles and pointing out some possible to the knowledge and practice of Social and Community Music Therapy. By least, we defend the thesis that these knowledge and doings that we could create and get to know in this research, contribute for the creation of scenes of dissensus towards the conventionally set field of Music Therapy, and so, open to new possible for this field of doing.

Key words: Social and Community Music Therapy; dissensus; music

RESUMEN

En esta tesis investigamos las prácticas y saberes de la Musicoterapia Social y Comunitaria en América Latina. El término Musicoterapia Social y Comunitaria es utilizado como una síntesis totalizadora abierta, que abarca las formas de pensar-hacer Musicoterapia que se alejan de la forma convencional, o sea, de una inclinación al trabajo que es individualizado, focalizado en un sufrimiento motivado comúnmente, por alguna patología y/o orientado por perspectivas biomédicas. Construimos las informaciones a través de una revisión integrativa de la literatura, la realización de cincuenta y nueve entrevistas con musicoterapeutas de América Latina y por medio de investigaciones del cotidiano de trabajo de los mismos. Nuestro proceso de construcción y análisis de las informaciones se inspiró en el Método de la Igualdad, de Jacques Rancière. Elegimos organizar las informaciones en tres artículos y un breve capítulo final. En general, a lo largo de toda la tesis buscamos contribuciones para pensar el arte, sujeto y colectivo en obras de Lev Vigotski y sus interlocutores, así como en los trabajos de Jacques Rancière y sus interlocutores. En el primer artículo, analizamos el concepto de sujeto y colectivo presente en las publicaciones seleccionadas en la revisión integrativa de la literatura y nos explayamos sobre las acciones colectivas/comunes articuladas con las posibles interferencias señaladas en el campo del instituido. En el segundo artículo, analizamos las informaciones resultado de las entrevistas y de nuestras investigaciones en el cotidiano del trabajo. Elegimos abordar la cuestión de las acciones horizontales y prácticas convencionales en el campo de la Musicoterapia Social y Comunitaria Latinoamericana. Consideramos estas prácticas como notas discordantes frente al campo convencional de la Musicoterapia. En el tercer artículo, partiendo del diálogo entre perspectivas vigotskianas y rancierianas, exponemos sobre el arte y los procesos de subjetivación política, articulado con las informaciones que conseguimos construir en esta investigación. En el capítulo final, buscamos proponer un breve texto sintetizado de forma abierta, con algunas informaciones que tratamos a lo largo de los artículos y apuntando algunos posibles para el campo de saber y práctica de la Musicoterapia Social y Comunitaria. Finalmente, defendemos la tesis que estos saberes y acciones que pudimos crear y conocer en esta investigación, contribuyen a la creación de escenas de disenso frente al campo convencionalmente sostenido de la musicoterapia y así, se abren nuevas posibilidades para este campo de acción.

Palabras-clave: Musicoterapia Social y Comunitaria; disenso; música.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	16
MÉTODO	19
ARTIGO 01 – Musicoterapia Social e Comunitária: ações coletivas em pauta.....	31
ARTIGO 02 – Fazeres da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina: notas de dissenso.....	52
ARTIGO 03 – Musicoterapia Social e Comunitária e processos de subjetivação política	76
Musicoterapia Social e Comunitária: alguns (in)acabamentos (im)possíveis.....	34
<i>FADE OUT</i> - CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A – ROTEIRO NORTEADOR DAS ENTREVISTAS.....	118
APÊNDICE B - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	119
APÊNDICE C - SISTEMATIZAÇÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA	122

APRESENTAÇÃO

“Não são as margens que limitam o rio. É o rio que determina as margens”

Afonso Ligório Cardoso

Escrevo esta tese trazendo comigo as experiências que pude ter como musicoterapeuta nos últimos doze anos. Escolher fazer uma formação em uma área tão híbrida, tão jovem e tão pouco compreendida foi e é muito desafiador, mas confesso que me sinto atraída por caminhos provocativos, aqueles capazes de nos movimentar e, assim, alargar.

Em meu processo de busca por me tornar pesquisadora me aproximei de diferentes áreas de conhecimento, com as quais pudesse estabelecer parceria. Na época integrei grupos de pesquisa nos cursos de pós-graduação em Música e em Psicologia na Universidade Federal do Paraná – UFPR. Paralelamente fiz uma formação em docência no ensino superior na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e lá conheci e me aproximei dos programas de mestrado e doutorado em Educação e em Filosofia.

Meu desejo por fazer um mestrado era grande, então comecei a ler muitos dos autores que inspiravam alguns/as dos/as professores/as que pude conhecer naquela época. Fiz algumas disciplinas isoladas e criei uma grande rede de contatos para ampliar minhas possibilidades de escolha. Durante esse processo, conheci o trabalho de uma pesquisadora brasileira que passei a admirar muito. Em minha mesa de trabalho havia vários textos, de Husserl a Foucault, de Morin a Levitin, no entanto, os textos daquela mulher me atraíam e eu acabava passando várias horas em sua “companhia”, por meio de suas publicações. Decidi que iria perseguir a possibilidade de tê-la como orientadora de mestrado, mesmo tendo mais de 300 quilômetros que nos separavam. Foi no dia de minha banca de processo seletivo para mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC que a conheci, e assim iniciou minha parceria com minha orientadora, Kátia Maheirie.

Confesso que naquela época tudo era muito novo para mim. Eu nunca havia estudado nenhum dos autores que passaram a me interessar, por isso, gosto de pensar o diálogo que tenho feito entre Psicologia e Musicoterapia como um rio, que em sua correnteza levou embora as margens que um dia eu havia criado para os meus saberes e fazeres.

Durante o mestrado, em parceria com minha orientadora, desenvolvemos uma pesquisa-intervenção. Roda de Música foi o nome do projeto, que consistiu em encontros semanais abertos à comunidade, em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Durante a pesquisa do mestrado, concentramo-nos em discorrer sobre os processos de (in)visibilidades vigentes na realidade dos/as participantes da Roda. Junto ao Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política – NUPRA tive a oportunidade de pesquisar a música como mediadora de encontros que produziram caminhos possíveis para o tensionamento das formas cristalizadas de ver, escutar e pensar uma determinada parcela da população.

Atuamos em contexto socioassistencial e assumimos a música como uma construção do humano, situada histórica e socialmente. Durante os encontros da Roda de Música tivemos diferentes experiências relacionadas ao fazer musical coletivo. Iniciamos construindo um cancionário com músicas escolhidas pelos/as participantes. Em seguida compusemos uma canção coletivamente. Por fim, cantamos na praça do bairro, a pedido das pessoas que frequentavam a Roda, experienciando a música como forma de ocupação do espaço urbano, levantando questões em torno da visibilidade por parte de quem a produz, bem como as diferentes relações criadas pelos sujeitos com seu território.

Observamos que o fazer musical coletivo pôde mediar encontros potentes no sentido de tensionar o modo como os/as participantes eram vistos/as e escutados/as naquele território. Tivemos encontros em que as funcionárias e funcionários do CRAS entraram na sala de encontro da Roda surpresos/as com as manifestações musicais dos/as participantes, afinal escutar uma construção sonoro-musical por parte daquelas pessoas era experiência inédita naquele espaço. Havíamos experienciado, ao longo do processo, músicas do repertório que eram cantadas com algumas simples aberturas harmônicas, a duas vozes, acompanhadas de violões, e um pequeno conjunto de instrumentos percussivos. Isso povoou o CRAS com uma sonoridade outra, levando as pessoas da equipe técnica a surpreenderem-se com as vozes dos/as participantes, olhando-os/as e escutando-os/as a partir de um outro lugar.

Durante o mestrado adotamos um modo de fazer música coletivamente que investiu na construção de saberes de forma horizontalizada, apostando numa construção de projeto em parceria com as pessoas com as quais trabalhamos.

Houve ali a instauração de um projeto em comum, potente no movimento de abertura a ações que se desdobraram para contextos outros, mediando a ampliação de laços comunitários entre os sujeitos, com outras pessoas e com o território.

Os participantes apresentaram o desejo de realizar a roda de música em suas casas, e assim fizemos, convidando toda a vizinhança para participar. Foram partilhados quitutes, saberes, sofrimentos, repertórios, histórias e desejos. Nas narrativas dos/as participantes, percebemos que começaram a acontecer outras rodas de música, de caráter caseiro, tendo como participantes os membros de suas famílias. Também testemunhamos crescer o desejo dos integrantes da Roda por outras atividades musicais, como aulas de música e participação em corais da comunidade.

Em nosso processo de análise da Roda de Música verificamos certo hiato nas publicações da Musicoterapia que pudessem colaborar com nossa leitura da experiência de campo. Verificamos que a maioria das publicações investia em uma proposta terapêutica tradicional e/ou orientada por perspectivas biomédicas (Arndt, 2015; Arndt, Cunha & Volpi, 2016; Arndt & Maheirie, 2019; Oselame & Carvalho, 2013). Experienciamos uma certa insuficiência dos modelos convencionais de Musicoterapia e assim, me senti impelida a criar outras formas de pensar e atuar, buscando fortalecer essa outra Musicoterapia possível (Arndt, 2015; Arndt & Maheirie, 2016; Arndt & Maheirie, 2017; Arndt & Maheirie, 2019). A experiência do mestrado, por outro lado, nos permitiu encontrar pares dentro da Musicoterapia, musicoterapeutas que vêm experimentando e (re)criando formas transgressoras de pensar e criar saberes.

A percepção dessa outra Musicoterapia possível me instigou a buscar outros/as musicoterapeutas para dialogar, que pudessem me contar sobre como têm atuado em suas realidades sociocomunitárias. Assim, durante minha pesquisa de doutorado passei a perseguir essa Musicoterapia que me interessa, buscando rastrear como ela tem sido criada na América Latina.

Em meu percurso de diálogo com a Psicologia, fui compreendendo o extenso leque de possibilidades teóricas com as quais eu poderia articular, advindas da Psicologia Social, da Psicologia Comunitária e da Psicologia Política. No entanto, buscando uma contribuição para pensar arte, sujeito e coletivos, experimentei tecer diálogos entre as obras de Lev Semionovitch Vigotski e seus/suas interlocutores/as e o trabalho de Jacques Rancière e seus/suas articuladores/as, mesmo ciente das especificidades epistemológicas que separam tais autores.

Certamente escolher criar tais diálogos e romper com uma forma convencional de se pensar e fazer Musicoterapia trouxe muitas inquietações. Não posso dizer que ter meus estatutos abalados não me fizeram ter vontade de recuar, parar, virar lagoa. Mas, inquieta como sou, não resisti e perseguí esse barulho bom que o rio tem, e nessa canoagem me vi

descobrimo paisagens que eu não conhecia, me permiti escutar sonoridades que antes não haviam se apresentado para mim. E, agora, com a escrita desta tese, me permito criar também meu próprio curso, encarnando em palavras como foi, e está sendo, minha travessia.

Ao apresentar nas páginas desta tese as informações produzidas durante a pesquisa, desejo que possamos expandir a nossa possibilidade de pensar e fazer a Musicoterapia. Por meio dos diálogos que experimentamos criar entre as obras de Vigotski e Rancière buscamos perceber outros rios possíveis, que podem desses encontros derivar, e assim, inaugurar outras margens.

INTRODUÇÃO

Nesta tese buscamos investigar os fazeres e saberes da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina. Para isso, realizamos entrevistas com musicoterapeutas sociais e comunitários latino-americanos/as, pesquisamos no cotidiano de algumas das pessoas entrevistadas e analisamos publicações advindas de uma revisão integrativa de literatura.

Cientes das particularidades epistemológicas de cada autor, buscando contribuições para pensar o sujeito, a arte e o coletivo, construímos alguns diálogos entre as obras de Lev Vigotski e seus/suas interlocutores/as e os trabalhos de Jacques Rancière e seus/suas interlocutores/as.

A Musicoterapia foi recentemente definida no Brasil como sendo [...] um campo de conhecimento que estuda os efeitos da música e da utilização de experiências musicais, resultantes do encontro entre o/a musicoterapeuta e as pessoas assistidas. A prática da Musicoterapia objetiva favorecer o aumento das possibilidades de existir e agir, seja no trabalho individual, com grupos, nas comunidades, organizações, instituições de saúde e sociedade, nos âmbitos da promoção, prevenção, reabilitação da saúde e de transformação de contextos sociais e comunitários; evitando dessa forma, que haja danos ou diminuição dos processos de desenvolvimento do potencial das pessoas e/ ou comunidades. (União Brasileira das Associações de Musicoterapia – UBAM, 2018).

Esse campo de saber e prática tem sua história de disciplinarização do conhecimento marcada em um cenário pós-Segunda Guerra Mundial. Músicos profissionais passaram a adentrar alguns ambientes hospitalares nos Estados Unidos da América buscando entreter com música os soldados egressos. As experiências musicais começaram a afetar positivamente a condição física e emocional dos soldados, chamando a atenção de médicos, enfermeiros, educadores musicais e músicos. Com a percepção de que a formação de músico seria insuficiente para o êxito desejado em tais práticas, aquele grupo de profissionais sugeriu agregar a ela a formação de terapeuta (Chagas & Pedro, 2008). Nasce assim, a *Musicoterapia*. Um nome carregado de um significado situado historicamente, pautado no binômio saúde-doença vigente na época.

Desde então, no campo da Musicoterapia, um tipo de saber e fazer centrado em formas de acolhimento e tratamento de sintomas, comumente motivados por alguma patologia é predominante (Arndt, Cunha & Volpi, 2016; Arndt & Maheirie, 2019;

Oselame & Carvalho, 2013). No entanto, por meio desta pesquisa, buscamos encontrar outros possíveis para o campo da Musicoterapia, uma vez que nosso interesse se dá por perspectivas sociais e comunitárias.

O termo Musicoterapia Comunitária foi utilizado provavelmente pela primeira vez em 1971 por Florence Tyson (Pavlicevic & Ansdell, 2004), musicoterapeuta que atuou em Nova Iorque entre os anos 1958 e 1995. Atualmente, Even Ruud, musicoterapeuta europeu com formação em Sociologia, é uma importante influência pois inspira trabalhos em uma orientação comunitária e sociocultural em Musicoterapia desde a década de 1970, ao lado de outros grandes nomes que serão apresentados no decorrer da escrita desta tese.

Como a Musicoterapia que nos interessa parte de uma perspectiva social e comunitária, buscamos direcionar o curso desta pesquisa de modo a nos aproximarmos de questões sociais próprias de nossa realidade latino-americana. Buscamos, desta forma, criar uma pesquisa e dialogar com outras pesquisas já realizadas, que emergem de experiências de nossa realidade, de nosso povo, valorizando a Musicoterapia Social e Comunitária produzida na América Latina. É a partir da década de 1990 que encontramos as primeiras notícias de saberes e fazeres sociais e comunitários em Musicoterapia na América Latina, começando no Brasil e Argentina, estendendo-se para outros países na sequência.

Optamos por escrever esta tese em formato de coletânea de artigos, assim, cada texto tem uma linha argumentativa independente, mas, buscamos conectá-los a partir da compreensão de que cada um, a seu modo, contribui com a criação de cenas que perturbam o campo convencionalmente posto da Musicoterapia e assim, colabora para o alargamento de nosso campo de possíveis.

Em nosso primeiro artigo, escolhemos analisar as categorias de sujeito e coletivo presentes nas publicações selecionadas em nossa revisão integrativa de literatura. Nele, por meio de um diálogo da Musicoterapia Social e Comunitária e alguns/mas autores/as da Psicologia Social e Filosofia Política, buscamos apresentar a ideia de sujeito que nos orienta. Defendemos a superação da cisão eu-coletividade, discorrendo sobre a potência das ações coletivas/ comuns no sentido de fortalecer as interferências que buscamos assinalar no campo do instituído e, dessa forma, assinalando as possibilidades de expansão nas formas de ser e agir de toda e qualquer pessoa.

No artigo seguinte, trabalhamos com as informações construídas durante nossa pesquisa no cotidiano de trabalho de musicoterapeutas latino-americanos e também com as informações advindas das 59 entrevistas que realizamos. Após um breve histórico da

Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina, apresentamos com quais parcelas da população e em quais espaços têm esses/as musicoterapeutas trabalhado. Escolhemos como categorias de análise os fazeres horizontalizados e os fazeres não convencionais no campo da Musicoterapia. Trabalhamos com o conceito de processos de emancipação, a partir das propostas de Jacques Rancière. Consideramos que os fazeres analisados no segundo artigo podem contribuir para a construção de cenas que perturbem o campo convencionalmente posto da Musicoterapia e assim, contribua para o alargamento nas formas de pensar-fazer esse campo de saber.

No terceiro artigo, discorremos sobre processos de subjetivação política e arte no movimento de alargamento das possibilidades de ser, pensar e agir, tanto na posição dos/as musicoterapeutas quanto das pessoas partícipes. Nossas considerações foram tecidas a partir de uma articulação entre as obras de Rancière e Vigotski.

Por fim, em nosso capítulo de fechamento, buscamos amalgamar alguns elementos discorridos ao longo dos artigos de modo a criar uma síntese totalizadora aberta de como compreendemos a Musicoterapia Social e Comunitária, contribuindo dessa forma para o constante movimento de alargamento nas formas de se criar essa Musicoterapia na América Latina.

MÉTODOS

Os caminhos escolhidos para criar saberes nesta pesquisa foram motivados pela postura curiosa que eu adoto. Essa curiosidade, unida a uma certa inquietação que sempre me acompanha, possibilitou os encontros que aqui serão apresentados e marca meu desejo principal como pesquisadora: lançar-me a outros possíveis. Foram nos encontros que pude experimentar o deslocamento dos meus supostos saberes, que senti meu corpo sendo atravessado por outras formas possíveis de sentir/agir (n) o mundo e assim, criar questões, em travessias “transgressivas, sensíveis, estéticas” (Zanella, 2013, p. 42). Aqui, entendo como encontro as cenas em que meu corpo foi atravessado pela relação com o(s) outro(s), sejam os sujeitos que conheci e entrevistei durante a pesquisa, os autores com os quais flertei enquanto os lia, ou as cidades que tive a oportunidade de conhecer. Partindo de Spinoza (1663/2013) podemos afirmar que há uma potência que surge e se dá no encontro. É na afecção entre corpos que nossa potência de existir pode aumentar ou diminuir, ou seja, a potência só existe, necessariamente na relação, no encontro.

Assumir minha postura implicada e contá-la como partícipe dessa pesquisa possibilitou que, no processo de pesquisar, eu pudesse ir me constituindo (Groff, Maheirie & Zanella, 2010). Inspirei-me numa proposta de pesquisa qualitativa que pretende produzir o inédito, criar possíveis, movendo-se por um intenso desejo inventivo (Paulon & Romagnoli, 2010).

A pesquisa qualitativa tem por característica ser complexa, reflexiva, analítica, não se definindo “como uma proposta rigorosamente estruturada, permitindo [assim] que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (Tuzzo & Braga, 2016, p. 142).

Pretendi marcar meu caminho como constantemente criativo e, assim, me vi num contínuo movimento de reinventar as relações com meu campo-tema. Compreendo, a partir de Spink (2003), que meu campo é meu tema de interesse, que se inscreve na cotidianidade e que se dá também num campo de imprevisibilidade e informalidade. Pretendi constantemente (des)confiar de/em mim e das/nas informações que aos poucos se construía no flamar da pesquisa (Zanella, 2017).

Compreendo que uma pesquisa leva uma boa dose de interrogação, de desejo, de deslocamentos e de ficção, uma vez que a ficção é a criação de experiências (im)possíveis de mundo (Costa, 2014). A questão principal que me lançou e me inspirou a criar esta pesquisa foi buscar compreender/conhecer: quais são os fazeres e saberes da

Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina? Perseguindo essa questão construímos um caminho, orientado por um “mapa móvel de uma paisagem em movimento, um mapa que é incessantemente modificado pelo próprio movimento” (Rancière, 2009a, p. 120).

Esse caminho abarcou uma triangulação de procedimentos para construção de informações, a saber: a análise de materiais selecionados a partir de uma revisão integrativa de literatura, a realização de entrevistas abertas com eixo norteador (conforme roteiro apresentado no Apêndice A) e a observação no cotidiano de trabalho de musicoterapeutas que atuam sob perspectivas sociais e comunitárias na América Latina.

As entrevistas foram realizadas individualmente por Skype, chamada de vídeo e/ou voz no WhatsApp ou Facebook. Algumas pessoas preferiram responder por escrito, via e-mail. Apenas uma entrevista foi realizada de forma presencial e conjunta, com os/as integrantes do coletivo de musicoterapeutas comunitários ReconstruSom, na cidade de São Paulo.

Optamos por um recorte latino-americano o qual tornou viável o estudo, pois condensou um número possível de publicações e pessoas que foram acessadas. A América Latina é composta de vinte países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Conseguimos acessar, por meio de contato com musicoterapeutas, quinze deles.

Em nossa triangulação de procedimentos, adotamos um tipo de revisão integrativa de literatura por permitir a inclusão de pesquisas de diferentes métodos (qualitativos e quantitativos), por abrir a possibilidade de incluir teses, dissertações, anais de eventos, não se restringindo somente a uma busca em bases de dados, podendo incluir também outras fontes de informação.

Durante o período de março a maio de 2017 realizamos uma busca de publicações em Musicoterapia, que abrangeu o período de 2012 até 2017. O material selecionado, organizado e categorizado conforme detalhado no Apêndice C, totalizou 564 trabalhos, sendo que selecionamos 85 deles para análise. A seleção foi realizada a partir da leitura dos resumos, e optamos por selecionar trabalhos realizadas por musicoterapeutas da e na América Latina, que abordavam a temática da Musicoterapia em contextos sociocomunitários, voltada para processos comunitários e ações coletivas. Foram excluídos trabalhos publicados por profissionais de áreas afins, trabalhos que não tratavam da Musicoterapia e textos de minicursos, publicados em anais de eventos, por

não discorrerem teoricamente de forma sólida, impossibilitando uma análise consistente. Dos 85 trabalhos lidos na íntegra, 11 foram descartados porque durante a leitura identificamos que não respondiam aos critérios de seleção.

Dentre as fontes de informação consultadas estão as bases de dados¹: BVS – Lilacs, BVS – Index Psicologia, Socindex With full text, Sociological Abstracts, Scopus e Scielo. Incluímos também as seguintes fontes de informação: o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, o buscador Google Acadêmico, as revistas eletrônicas Revista Brasileira de Musicoterapia e Revista InCantare, e os Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia (CLAM)² composto de pesquisas científicas, conferências, mesas redondas, pôsteres, minicursos e resumos.

O processo de revisão integrativa de literatura compreendeu diferentes momentos e modos de leitura em seu percurso, caracterizando um período mais preliminar inicialmente, seletivo posteriormente, crítico-reflexivo e, por fim, analítico (Lima & Miotto, 2007). A pesquisa bibliográfica permitiu conhecer os conceitos, termos, teorias e ações realizadas por musicoterapeutas latino-americanos, no que tange ao campo social e comunitário.

O outro caminho adotado foram as entrevistas. Essa fase teve sua gênese durante uma etapa preliminar desta pesquisa, quando tomei conhecimento do documentário *Musicoterapia Social en América Latina*, idealizado, produzido e coordenado pela musicoterapeuta argentina Patricia Pellizzari como parte integrante de seu Projeto *Indícios de um Porvenir*³. O documentário é um intercâmbio entre musicoterapeutas da América Latina que traz pequenas vinhetas dos trabalhos realizados, costurado com alguns relatos de musicoterapeutas. O documentário promoveu e promove um fórum possível para fazer dialogar as diferentes formas de teorizar e fazer a Musicoterapia em contextos sociocomunitários e conta com a colaboração de musicoterapeutas do Brasil,

¹ A escolha por essas bases de dados se deu durante uma consulta presencial ao Serviço de Referência da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A seleção de fontes de informações buscou acolher bases de dados mais abertas a pesquisas de cunho sociológico e não biomédico. Incluímos, para além das bases de dados, outras fontes de informações específicas do campo da Musicoterapia, buscando desta forma um melhor alcance dos dados que nos interessam.

² Os Anais do V CLAM, realizado em 2013 na Bolívia não foram organizados e publicados.

³ Patricia Pellizzari é musicoterapeuta, doutora em Psicologia, docente na licenciatura em Musicoterapia na Faculdade de Medicina da Universidad del Salvador, Argentina. Documentário disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K08OFAwegfQ>

Colômbia, Argentina, México, Peru, Cuba, Costa Rica, Uruguai, Chile, Venezuela e Bolívia.

Particpei do momento de publicização desse documentário que ocorreu no VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM, realizado em Florianópolis – SC em 2016, tornando possível o encontro com muitos musicoterapeutas envolvidos em sua criação. A partir daí, algumas notas latino-americanas começaram a compor esta pesquisa e nossa rede de diálogos e encontros se iniciou. Entrei em contato com algumas pessoas que conhecia no Brasil e na Argentina, peguei alguns contatos mais a partir do documentário, consegui outros por meio das publicações encontradas na revisão integrativa de literatura e, ao acessar essas pessoas, pedi que me indicassem outras. Nosso interesse estava centrado em musicoterapeutas latino-americanos/as que atuassem a partir de uma perspectiva social e comunitária na América Latina. Os contatos foram feitos por e-mail, Facebook e/ou WhatsApp. O quantitativo de pessoas entrevistadas está explicitado na tabela abaixo:

Tabela 1

Quantitativo de musicoterapeutas entrevistados/as por país.

País	Musicoterapeutas
Argentina	13
Bolívia	01
Brasil	23
Chile	06
Colômbia	10
Equador	02
Costa Rica	01
Uruguai	01
México	01
República Dominicana	01
TOTAL	59

Para além das pessoas entrevistadas, muitas outras foram acessadas, mas não conseguiram dedicar um tempo para colaborar nesta pesquisa. É importante mencionar que acessei alguns outros países para tentar identificar se havia trabalho de Musicoterapia

acontecendo em contextos sociais e comunitários, e não consegui localizar nenhum trabalho com esse viés. Esses países foram Cuba, Panamá, Venezuela, Peru e Paraguai.

Todas as entrevistas foram transcritas e as entrevistas realizadas em espanhol foram posteriormente traduzidas na íntegra, buscando evitar alguma interpretação equivocada devido ao idioma. Os dias e horários das entrevistas foram definidos pelas pessoas entrevistadas. Todas essas foram esclarecidas sobre os objetivos da pesquisa e tiveram um espaço seguro para expressar seus receios ou dúvidas, sendo posteriormente convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE⁴ (Apêndice B). As pessoas entrevistadas, mencionadas nos artigos desta tese, assinaram um documento adicional autorizando o uso de seus nomes verdadeiros. Autorizaram, ainda, que as entrevistas fossem registradas por meio audiovisual, ou, em alguns casos, devido a questões técnicas como qualidade da internet, somente áudio. Os/as participantes tiveram acesso ao TCLE por meio de arquivo escrito em formato digital enviado por e-mail, WhatsApp e/ou Facebook e puderam, desta mesma forma, enviar a via assinada para a pesquisadora.

A partir de todos os encontros virtuais que pude ter por meio das entrevistas, iniciamos o desenho da outra etapa da pesquisa. Elegemos acompanhar de forma presencial alguns dos trabalhos que pude conhecer por meio das narrativas das pessoas entrevistadas. Assim, assumi o meu pesquisar *no* cotidiano, uma vez que, “se pesquisarmos o cotidiano, estabeleceremos a clássica separação entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Mas, se pesquisarmos no cotidiano, seremos partícipes dessas ações” (Spink, 2007, p. 07).

Os critérios utilizados para definir quais trabalhos eu conheceria de forma presencial foram dois: primeiramente, aqueles que pudemos analisar como tendo uma forte marca social e comunitária e, em um segundo momento, aqueles que apresentavam compatibilidade com minha agenda de trabalho de pesquisa. Alguns trabalhos acontecem de forma sazonal e não estavam em andamento na época em que visitei as cidades.

Assim, no segundo semestre de 2017 fui até Bogotá – Colômbia e lá acompanhei, durante uma semana, o trabalho desenvolvido por um musicoterapeuta em Bituíma⁵, com crianças moradoras de zona rural, dentro de escolas públicas, organizadas em classes multisseriadas. Em Bogotá acompanhei o trabalho desenvolvido dentro de uma instituição que atende bebês, crianças e jovens que sofreram violação de direitos e tiveram

⁴ O TCLE atende a Resolução 510/16 disponível em <http://cep.ufsc.br/files/2016/06/Reso510.pdf>.

⁵ Bituíma é um município da Colômbia, pertencente ao departamento de Cundinamarca.

seus vínculos familiares afetados. Por fim, acompanhei o trabalho desenvolvido por um coletivo de professores do mestrado em Musicoterapia da Universidad Nacional de Colombia (UNAL) com ex-guerrilheiros/as, ou seja, pessoas que tiveram experiências em contextos de conflito armado, e seus familiares.

No primeiro semestre 2018 fui para Buenos Aires – Argentina. Durante a semana que passei lá, pude acompanhar o trabalho realizado dentro de um Centro de Convivência para jovens com deficiência. Em um segundo momento acompanhei o trabalho realizado com crianças dentro de uma escola pública regular. Na sequência conheci um trabalho realizado por um musicoterapeuta e uma equipe multidisciplinar com idosos. Nesse projeto, os/as participantes criam músicas e histórias, com uso de fantoches, e apresentam em escolas públicas, investindo no que eles chamam de papel social do idoso, em uma proposta intergeracional. Por último, acompanhei o trabalho realizado por um coletivo de musicoterapeutas que atua dentro de uma ocupação por moradia chamada *Villa 15*. Em Buenos Aires pude também assistir duas aulas sobre Musicoterapia Social, uma na Universidad de Buenos Aires (UBA) e outra na Universidad del Salvador (USAL).

No segundo semestre de 2018 estive em São Paulo e lá acompanhei o trabalho desenvolvido pelo coletivo ReconstruSom, dentro da Ocupação por Moradia Douglas Rodrigues.

Durante esses encontros fiz uso de registro de imagem e som, por meio de fotografia e/ou filmagem, e também a escrita de diário de campo. O diário de campo permitiu um tipo de escrita menos formal, mais fluida e flexível (Costa & Coimbra, 2008).

Assumimos que, ao adentrar os campos cotidianos em que a Musicoterapia Social e Comunitária tem se inscrito, nos tornamos partícipes das cenas que ali foram inauguradas, transformando assim a experiência a ser observada (Paulon, 2005). Portanto, o processo de pesquisar recusa a neutralidade, é uma experiência que se faz dinâmica por intentar que diferentes visões de mundo dialoguem e se transformem constantemente.

As observações realizadas no cotidiano de trabalho de musicoterapeutas latino-americanos que atuam em contexto sociocomunitário permitiram ampliar o olhar, enriquecer a experiência, investir a escrita de sonoridades e encorpar a pesquisa com realidades sociais e culturais distintas.

Certamente esta pesquisa tem suas limitações e o acesso que tivemos, as pessoas que entrevistamos e as experiências que conhecemos não representam a totalidade das experiências sociais e comunitárias da Musicoterapia em território latino-americano. No

entanto, a experiência que pudemos construir nos deu pistas importantes de como a Musicoterapia Social e Comunitária tem se desenhado na América Latina.

Optamos pelo formato de artigos como acabamento estético desta tese e, dada a quantidade de informações que produzimos, tivemos que desenhar enquadres. Assim, dividimos as informações por blocos temáticos, estabelecidos previamente, nos auxiliando na organização desses dados para análise. Tais blocos temáticos foram: compreensão de Musicoterapia, compreensão de música, o nome dado ao tipo de Musicoterapia proposta, parcela da população atendida e demandas encontradas, objetivos e resultados dos fazeres, formas de atuação, ideia de sujeito e coletivo, inspirações epistemológicas e teóricas.

A partir do processo de análise das informações, elaboramos linhas temáticas a serem percorridas em cada artigo. No primeiro artigo trabalhamos com as categorias de sujeito e coletivo, presentes nas publicações que analisamos. No artigo seguinte, nossas categorias foram os fazeres horizontalizados e as formas não convencionais de se fazer Musicoterapia. No último artigo, nossa linha temática se deu a partir do conceito de subjetivação política.

No entanto, ao incluir algumas informações e criar algumas categorias, inevitavelmente deixamos outras tantas para trás. Foi quando atravessava esse momento da pesquisa que recordei as palavras de minha orientadora, que me instigava a pensar sobre o quanto nossas teses reverberam para além dos limites acadêmicos. Muito afetada pelo fato de que há muitos outros tipos de produções que são frutos de pesquisas acadêmicas, para além de nossos artigos, teses e dissertações, fui impelida pelo reconhecimento da importância de criação “desses modos outros, em razão da possibilidade de virem a conectar um número maior de pessoas e das afecções que podem vir a produzir” (Zanella, 2017, p. 55). Assim, no início de 2019, produzimos o Webdocumentário *Veredas: cenas da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina*.

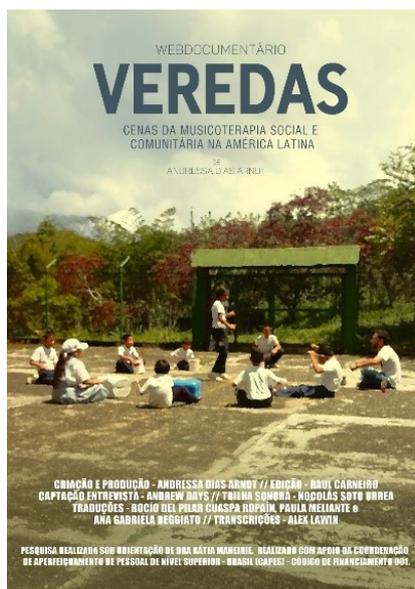


Figura 1. Cartaz de divulgação do Webdocumentário Veredas: cenas da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina.

Um Webdocumentário é uma proposta contemporânea de produção de narrativas no gênero documental. Em linhas gerais, a criação de um Webdocumentário, ou também chamado Webdoc, investe em um tipo de criação interativa, ou seja, o/a espectador/a pode interagir, compartilhar, comentar e também produzir saber a partir do que diante de si está posto. Ao interagir com o Webdoc, os/as espectadores/as assumem um lugar (cri)ativo uma vez que produzem discursos, sentidos, abrem para questões e “ligam o que veem com o que já viram e relataram, fizeram e sonharam” (Rancière, 2010b, p. 118). Viabilizando o acesso às informações construídas durante uma pesquisa de tese por meio de novos formatos e novas mídias, apostamos em formas interativas de criação de conhecimento, buscamos extrapolar os limites dos ambientes acadêmicos convencionais e, assim, investir em uma maior publicização do que temos produzido (Gregolin, Sacrini & Tomba, 2002).

O Webdoc que produzimos é um produto social, de livre acesso, composto de quatro episódios. A decisão de fracionar foi tentando permitir alcançar diferentes interesses. Ele está legendado em português, por uma questão de acessibilidade, em espanhol e em inglês. As legendas podem ser ativadas diretamente no YouTube, conforme idioma de preferência. O primeiro episódio apresenta o desenho geral da pesquisa e o que nos moveu a perseguí-la. O segundo episódio apresenta as experiências vivenciadas na Colômbia. O seguinte traz os encontros que pude ter na Argentina e, no último episódio, conto sobre minha experiência acompanhando o ReconstruSom na

cidade de São Paulo. Ainda que tenhamos fixado um acabamento para o Webdoc, compreendemos o lugar de certa incompletude que o constitui, uma vez que ele poderá reverberar e oferecer material para novas composições.

O Webdoc está publicizado por meio de um canal no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=6m7He8sh3iw&feature=youtu.be&list=PLQFwygrAb4hy2lQnogFTActlq6mzLXwLu>) e a divulgação foi feita por meio de uma página do Facebook, um perfil no Instagram e o compartilhamento via WhatsApp⁶. As fisionomias das pessoas foram preservadas por questões éticas e todos/as os/as musicoterapeutas mencionados/as durante os episódios autorizaram por escrito (em um documento adicional ao TCLE) o uso de seus nomes e de seus discursos no documentário. Com a produção de *Veredas* também tornamos possível publicizar materiais construídos durante o período de doutoramento e que não foram apresentados de forma direta na escrita desta tese, como falas das pessoas entrevistadas, vídeos e fotos.

Compreendemos ser de suma relevância apresentar as inspirações teóricas que elegemos para o método desta pesquisa. De saída, podemos marcar que um caminho que nos influencia em nosso processo de pesquisar é a compreensão de que as informações aqui apresentadas não estavam dadas, foram construídas, durante um intenso processo de diálogo. Assim, acreditamos ter sido fundamental tecer linhas de relação entre as diversas vozes que escutamos, compreendendo que cada uma dessas informações é um enquadre possível que retrata o real e, ao mesmo tempo, o constitui. Adotamos uma posição em relação ao nosso campo-tema que atentou às diferentes condições sociais, culturais e históricas que possibilitaram que tais informações pudessem ser criadas (Vigotski, 1927/1995).

Durante o pesquisar, nos acompanhou uma perspectiva dialógica, uma forma de fazer pesquisa que compreende a relação entre as informações como um grande campo de questões, respostas e novas questões. Nosso olhar pretendeu atentar para os pontos de tensão, para os contrapontos, compreendendo que as diferentes vozes que aqui dialogam encarnam diferentes ângulos e olhares sobre o mundo (Bakhtin, 1929/2010). Esse processo de criação de espaços de audibilidade para as narrativas que pudemos escutar durante a trajetória da pesquisa é constituído da percepção de que as diferentes vozes, de

⁶ A página no Facebook por ser acessada por meio do link: <https://www.facebook.com/VEREDASCenas-da-Musicoterapia-Social-e-Comunit%C3%A1ria-na-Am%C3%A9rica-Latina-110613297072744/?fref=tag>, e o acesso via Instagram por ser feito por meio do perfil [veredas.musicoterapia](#).

diferentes tempos, apresentam diferentes lugares hierarquicamente postos, evidenciando alguns lugares em detrimento de outros, portanto, em íntima relação com os modos de subjetivação.

Durante todo o caminhar desta pesquisa, compreendemos o método como um caminho: não o caminho que um pensador segue, mas o caminho que ele constrói, que você tem que construir para saber onde você está, para descobrir as características do território pelo qual você está passando, os lugares que ele permite você ir, o modo como obriga você a se mover, os marcadores que podem ajudá-lo, os obstáculos que ficam no caminho (Rancière, 2009a, p. 114).

Assinalamos a forte influência que o Método da Igualdade, proposto pelo filósofo argelino radicado na França Jacques Rancière (2014b), exerceu nesta pesquisa. Por mais que reconheçamos que não criamos em nossos artigos uma poética do conhecimento, tal qual proposta pelo autor (Rancière, 2008), é fato que seus escritos afetaram grandemente a forma como nos posicionamos neste processo.

Tomar o Método da Igualdade de Rancière como mote inspirador nos provocou a criar artigos que pretenderam tensionar as distâncias hierárquicas postas entre os discursos, movendo-nos na busca de compreender que todas as vozes que escutamos, todos os textos que lemos, todas as experiências que pudemos ter são partícipes na criação da Musicoterapia Social e Comunitária da América Latina, tônica de nossa pesquisa.

A inspiração rancieriana se efetiva em nosso trabalho quando escolhemos não nos dedicarmos à interpretação dos fatos; antes, assumimos um compromisso com a criação de uma escrita que buscou uma certa inversão ou subversão dos enquadres que formatam o campo sensível da Musicoterapia, por atentarmos às distribuições de posições, sensibilidades e pensabilidades engendradas em nosso campo-tema. A posição do/a pesquisador/a assim orientado/a assume “uma forma de olhar e ler documentos, objetos artísticos e históricos a partir de uma posição teórica igualitária, deslocando-os de um certo roteiro de leitura que conforma e, de certo modo, aprisiona suas possibilidades de interpretação” (Marques & Prado, 2018a, p. 16).

Importante marcar que a igualdade pode ser compreendida como um ato metodológico na medida em que se presta à criação de cenas que atestem a igualdade como princípio e não como fim, que promovam movimentos igualitários em busca do desejo comum de se inaugurar mundos outros (Marques & Prado, 2018b; Rancière, 2014). É parte constituinte da criação dessas cenas a denúncia de um dano sentido por uma parcela da população que não foi contada na partilha, fazendo ver os saberes postos

em lugares de reconhecimento e legitimidade em contraposição aos saberes que foram compreendidos como não sendo aptos ao exercício da fala (Rancière, 2009a; 2009b).

Assim, entendemos que uma cena pode ser compreendida como cena polêmica quando coloca em questão os discursos e argumentos operantes, promovendo um tensionamento nos lugares postos. Tais cenas possuem a potência de lançar luz a outros possíveis para a arquitetura do sensível, re-criando assim o campo de pensabilidades. Para tanto, é necessário que o/a pesquisador/a atente aos modos cristalizados de ver, pensar, escutar e sentir o humano, que operam historicamente no contexto pesquisado/vivido.

Para que sejam tensionadas as disposições dos corpos no cotidiano, é necessário um movimento anterior que atesta quais condições culturais e históricas criam e perpetuam o cenário que está posto, partindo de uma perspectiva de sujeito como uma totalização aberta e inacabada de experiências, que se dão em contextos históricos, culturais e políticos (Maheirie, 2002; Vigotski, 1924/2010; Vigotski, 1930/2014; Vigotski, 1934/1992).

Assim, se por um lado se atesta o que sustenta o engendramento do sensível, por outro, por meio do exercício da ficção, podemos nos lançar à criação de outros possíveis. Rancière (2009a) propõe que a criação de outros possíveis se funda no exercício do *como se*, ou seja, quando, ainda que momentaneamente, vislumbra-se uma existência outra, impulsionando os sujeitos à criação de processos de emancipação, a partir de atos que verifiquem a igualdade de um ser falante para com qualquer outro ser falante.

Em nosso processo de análise buscamos manter a inspiração rancieriana, uma vez que O Método da Igualdade é uma proposta que pode inspirar tanto o processo de criação de informações quanto a análise, como posto no trabalho de Allan Gomes (2016). Em nossa etapa analítica, buscamos fazer um exercício de afastamento de nossos pressupostos, buscando ignorar as distâncias que perpetuam os lugares hierárquicos dos discursos, qualificando toda voz escutada como apta a produzir saberes sobre o tema de nosso interesse.

Esta tese se tece também como uma forma de habitar e partilhar o mundo comum da Musicoterapia. No entanto, ao compreendermos os artigos que aqui apresentamos como enquadres que podem contribuir para a criação de cenas de dissenso que perturbam esse comum partilhado, abrimos fissuras para que sejam inscritas outras redes de sentidos e significados possíveis. Compreendemos que os sentidos são criados nas experiências sociais e que se singularizam, sendo calcados e transformados nas, e a partir das,

condições históricas que os permeiam, marcados pelas mediações de outros sujeitos (Maheirie, 2003; Vigotski, 1934/1992).

Os fazeres e saberes musicoterápicos foram por nós assumidos como ações que estão inexoravelmente em relação, inseridas em um contexto. Auscultar as vozes que narram esses fazeres é prestar atenção às suas multiplicidades, ambiguidades e seus dissensos, aos diferentes modos de ver, ser, sentir e dizer o/no/do mundo, atentando para as diferentes visões e posições de/no mundo que compõem o campo polifônico do vivido. Ao assumirmos uma inspiração no método de Rancière (2014) buscamos assumir “uma postura metodológica na qual vozes múltiplas são situadas em posição de igualdade” (Cavagnoli, 2018, p. 26).

Em nosso processo de análise buscamos escutar as sonoridades, as relações, as imagens, os diálogos, atentando ao modo como se fala, para quem a fala se endereça e quais os silêncios que também puderam se desenhar durante a experiência (Tuzzo & Braga, 2016).

Por meio de nossos artigos, buscamos borrar as (de)limitações das prescrições e definições do que seja a Musicoterapia, tomando a “escrita como território de exceção onde as formas se deformam e proporcionam uma nova perspectiva sobre o mesmo” (Costa, 2014, p. 573).

Em cada um dos artigos buscamos promover um deslocamento nos modos instituídos de se pensar-fazer Musicoterapia. Modificando as formas de se criar discursos sobre esse campo de saber, deslocam-se suas fronteiras, suas bordas se alargam e se alimenta o desejo de criar um outro possível.

Assim, consideramos que as linhas de diálogo que pudemos criar nesta tese se apresentam a nós de um modo sempre móvel, orgânico, compreendendo que dependendo do enquadre que buscamos aprofundar, diferentes linhas temáticas podem ser criadas. A tese que aqui construímos apresenta algumas das relações que criamos, mas não esgota o campo de possíveis análises e reflexões que ainda podem advir nos constantes movimentos de acesso a essas informações, movendo essa pesquisa a um certo inacabamento, próprio da pesquisa, da arte, da vida.

ARTIGO 01 – Musicoterapia Social e Comunitária: ações coletivas em pauta.

Resumo: Nosso objetivo neste artigo foi analisar os conceitos de sujeito e coletivo presentes em publicações de Musicoterapia que adotam perspectivas sociais e comunitárias na América Latina. Analisamos oitenta e cinco publicações selecionadas a partir de uma revisão integrativa de literatura. A partir daí, tecemos nossas considerações e proposições por meio de diálogos entre autores/as da Psicologia Social e da Filosofia Política. Nossos resultados evidenciaram, por um lado, concepções orientadas por uma leitura social e histórica do sujeito e coletivo e, por outro lado, algumas orientações que partem de perspectivas subjetivistas e individualizantes para pensar essas mesmas categorias. Consideramos que as concepções de sujeito e coletivo orientam e (de)limitam a prática da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina e são pressupostos para construção de balizadores teóricos. Por fim, argumentamos que a música pode mediar encontros capazes de promover espaços de partilha e assim, contribuir no processo de superação de condições de desigualdade social, violência e múltiplas vulnerabilidades.

Palavras-chave: Musicoterapia Social e Comunitária; sujeito; coletivo.

Introdução

A partir da realização de uma revisão integrativa de literatura apresentamos, neste artigo, um panorama das formas de se pensar sujeito e coletivo, presentes em publicações sobre Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina. Neste artigo, utilizamos a terminologia Musicoterapia Social e Comunitária como uma síntese totalizadora aberta que pretende abranger as formas de se pensar e fazer Musicoterapia que se distanciam das formas convencionalmente postas, que não assumem um fazer terapêutico tradicional e que atuam em contextos sociais e comunitários na América Latina. Vale comentar que o termo Musicoterapia Social não aparece em publicações fora da América Latina. Consideramos que a entrada da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários trouxe para o campo da Musicoterapia a necessidade de levantar suspeitas sobre a suficiência dos arcabouços teóricos vigentes. Na sequência, experimentamos algumas possibilidades de diálogo com autores/as da Psicologia Social e Filosofia Política, considerando que tais articulações podem contribuir para o processo de construção de conhecimento da Musicoterapia Social e Comunitária latino-americana, sobretudo para pensar o sujeito e a potência de ações coletivas.

Neste artigo, discorreremos sobre uma certa polarização nas concepções de sujeito e coletivo presentes nas publicações que analisamos sobre Musicoterapia Social e

Comunitária. Por um lado, verificamos perspectivas sócio-históricas para pensar o humano; por outro, identificamos propostas individualizantes e subjetivistas.

A partir daí, tecemos reflexões acerca da relevância de uma perspectiva crítica de sujeito e da superação da cisão eu-coletividade, por meio da compreensão de que as ações coletivas podem apontar para o comum e assim, mediar processos de expansão nas formas de ser e agir de toda e qualquer pessoa, por meio da inscrição de tensões no campo do instituído. Consideramos que este artigo é também uma forma de inscrição de notas dissensuais, em se tratando do campo convencionalmente posto da Musicoterapia.

A Musicoterapia marca a gênese de sua história de disciplinarização do conhecimento no cenário pós-Segunda Guerra Mundial. É a partir de uma parceria entre médicos, enfermeiros, educadores musicais e músicos que se inauguram as primeiras práticas nomeadas como Musicoterapia, no início dos anos 1950.

Desde então, temos presenciado a predominância de uma herança pautada por paradigmas biomédicos e/ou perspectivas subjetivistas e individualistas de sujeito, levando a uma recorrência de literaturas no campo da Musicoterapia dedicadas a estudar a música em relação a uma patologia individual ou a uma sintomatologia (Arndt, Cunha & Volpi, 2016; Arndt & Maheirie, 2019; Stige, Ansdell, Elefant & Pavlicevic, 2016).

Interessante observar que, ao analisar os modelos oficialmente reconhecidos da Musicoterapia⁷, na maioria desses a construção teórica utilizada importa propostas advindas do campo da Psicologia. Tais inspirações buscam alicerce sobretudo em um dos dois grandes polos vigentes na Psicologia desde o início do século XX – um mais centrado em um paradigma positivista, e outro mais pautado na explicação interpretativa, subjetivista e individualista do sujeito (Sawaia & Maheirie, 2014; Sawaia, 2014; Zanella, 2014).

No entanto, a partir da segunda metade do século XX a Musicoterapia começa a passar por algumas transformações. Na década de 1970 há notícias de uma Musicoterapia que parte de uma base social e comunitária, primeiramente nos Estados Unidos da América, com a proposta do musicoterapeuta Florence Tyson, seguida do trabalho de Even Ruud na Europa. Na América Latina encontramos as primeiras sistematizações de práticas e saberes de Musicoterapia em uma perspectiva social e comunitária a partir da

⁷ Os modelos de Musicoterapia mundialmente reconhecidos são: a Metodologia Benenzon, o Método Nordoff-Robbins, o Método de Imagens Guiadas e Música, o Método de Musicoterapia Analítica e o Modelo de Musicoterapia Behaviorista (maiores informações podem ser encontradas em Arndt & Maheirie, 2019).

década de 1990, começando por Argentina e Brasil e, na sequência, reverberando nos demais países latino-americanos.

Tal entrada da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários nos impulsiona a analisar quais transformações esse campo de saber tem sofrido, de modo a responder as questões evocadas por esses novos desafios. Sendo assim, cientes das particularidades epistemológicas apresentadas, pretendemos por meio de diálogos tecidos entre autores/as da Psicologia Social e da Filosofia Política, contribuir com o processo de construção de saberes na direção do fortalecimento de perspectivas sociais e comunitárias para a Musicoterapia.

Investir em pesquisas que contribuam para a consolidação de bases teórico-epistemológicas pode colaborar inclusive para a superação de um lugar marginal ocupado pela Musicoterapia, uma vez que não é uma profissão regulamentada pelo Ministério do Trabalho – a despeito de possuir um código junto à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (Ministério do Trabalho, 2013) –, e não é classificada como área ou subárea de conhecimento perante a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2019) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (2019).

Método

Para construção das informações, realizamos uma revisão integrativa de literatura, buscando por textos publicados entre os anos 2012 e 2017. Uma vez que o recorte de nosso interesse parte de uma perspectiva social e comunitária em Musicoterapia, selecionamos bases de dados mais abertas à publicação de estudos de cunho sociológico que biomédico. Escolhemos também não restringir nossa busca a pesquisa em bases de dados, incluindo outras fontes de informação. Assim, consultamos a BVS – Lilacs, BVS – Index Psicologia, Socindex With full text, Sociological Abstracts, Scopus, Scielo, o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, o buscador Google Acadêmico, as revistas eletrônicas InCantare e Revista Brasileira de Musicoterapia, e os Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia (CLAM)⁸.

⁸ Os Anais do V CLAM, realizado na Bolívia, no ano de 2013, não foram organizados e publicados. Como o evento acontece de quatro em quatro anos, somente o evento de 2013 e de 2016 entram no período de tempo estipulado em nossa pesquisa.

As palavras-chave que utilizamos foram: Musicoterapia, Social (tendo como palavras alternativas comunitária/o, preventiva/o, psicossocial) e América Latina (tendo como alternativa a palavra latino-americano/a). Incluímos publicações em inglês, espanhol e português. A partir dessa busca, chegamos a um total de 564 trabalhos. Após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, selecionamos 85 deles para análise. Excluímos publicações de autores que não fossem musicoterapeutas, trabalhos que não abordam a Musicoterapia, e demais textos que tratavam de temas muito distanciados de nosso mote de interesse. Foram também excluídos textos de minicursos, publicados nos Anais do VI CLAM, por não apresentarem discussões teóricas consistentes a ponto de poderem ser analisadas. Dos 85 trabalhos lidos na íntegra, 11 foram descartados porque durante a leitura identificamos que não respondiam aos critérios de inclusão.

Organizamos as informações de modo a conseguir focar trabalhos da Musicoterapia que partem de ou dialogam com perspectivas sociais e comunitárias. A partir daí, criamos distintas categorias. Em linhas gerais, as categorias que criamos, na íntegra, buscaram organizar as informações por meio dos seguintes eixos temáticos: compreensão de musicoterapia, música, sujeito e coletivo; como, com quem, em quais contextos e quais objetivos permeiam as práticas; inspirações epistemológicas e teóricas apresentadas. As categorias que destacamos neste artigo tratam do conceito de sujeito e de coletivo, presentes nas publicações analisadas.

Nosso processo de construção e análise das informações buscou inspiração no Método da Igualdade, proposto pelo filósofo Jacques Rancière (2014). Compreendemos o Método, a partir do autor (2009), como sendo um caminho criado pelo/a pesquisador/a, que se circunscreve ao longo da travessia e a partir do encontro com seus outros, que marca o lugar em que se está mas também impulsiona a criação de outros marcadores, mais alargados, para produção de conhecimento e para as possibilidades de existir.

Os textos analisados nas publicações foram considerados como enunciados, e a criação desta escrita pretendeu ser engendrada de modo a tratar esses enunciados como potentes para “transformar o modo como apreendemos e sentimos o mundo” (Marques & Prado, 2018, p. 45).

Com isso, buscamos criar uma escrita que se encarna como cena de dissenso (Rancière, 2009; Voigt, 2019) e, durante o processo de análise, buscamos tensionar as informações construídas com os argumentos convencionalmente dados no campo da Musicoterapia. Assim, buscamos atentar para o modo como os discursos e lugares são distribuídos na partilha que opera as formas de ver, ser e pensar o humano para, por meio

desse exercício, criar linhas emancipatórias para construção de saberes e fazeres no contexto social e comunitário da Musicoterapia.

Resultados e Discussão

A entrada da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina tem provocado a criação de alguns deslocamentos identitários nesse campo de saber e prática. Notamos que, com isso, o campo convencional da Musicoterapia tem sido tensionado.

Por convencional compreendemos os contextos nos quais os/as musicoterapeutas estão acostumados a atuar, o ambiente de teorias consolidadas e também tipos de prática da Musicoterapia historicamente estabelecidas (Pavlicevic, 2004). Para Mercédès Pavlicevic há grande distinção entre a Musicoterapia Comunitária e o que ela chama de “modelo de consenso” (2004, p. 45). Para a autora, a primeira proposta coloca o contexto como tema central de interesse e atuação da Musicoterapia, já “a prática da Musicoterapia tradicional tem, de um modo geral, ignorado territórios socioculturais” (Pavlicevic, 2004, p. 36).

Assim, ao analisarmos as publicações sobre uma Musicoterapia Social e Comunitária, interessou-nos compreender como têm os/as musicoterapeutas latino-americanos/as criado caminhos para renunciar a essa herança subjetivista e/ou positivista de se pensar e fazer Musicoterapia.

No Brasil, percebemos que a entrada da Musicoterapia no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio da Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 20 de junho de 2011, que confere à Musicoterapia o lugar de categoria profissional apta a contribuir com os objetivos propostos nos serviços socioassistenciais, impulsiona o movimento de alargamento das possibilidades de se pensar e fazer Musicoterapia.

Das publicações que analisamos, algumas vinculam suas problemáticas a esse cenário socioassistencial brasileiro. Em Santana (2016), por exemplo, a autora apresenta uma pesquisa desenvolvida a partir das informações construídas por meio de entrevistas realizadas com dez musicoterapeutas que atuam no Brasil, vinculados ao SUAS. No trabalho de Santos (2016a), por sua vez, o autor descreve o trabalho desenvolvido com jovens que cometeram ato infracional. Em Souza (2016), o autor levanta a questão da necessidade de representação de musicoterapeutas em espaços de construção da Política

de Assistência Social por meio da participação em eventos como os Fóruns Estaduais de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (FETSUAS), assinalando a necessidade de ações coletivas que possam consolidar e potencializar o lugar da Musicoterapia junto ao SUAS.

Dentre as publicações reunidas para análise em nossa revisão integrativa de literatura, está também uma experiência desenvolvida em um CRAS na região metropolitana de Curitiba (Arndt, 2015; Arndt & Maheirie, 2016) e um trabalho desenvolvido por uma musicoterapeuta junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo em um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no estado de São Paulo (Passoni, 2016).

Nos trabalhos acima exemplificados, evidencia-se o quanto a inserção da Musicoterapia em contextos socioassistenciais necessariamente levou musicoterapeutas a um distanciamento de uma prática clínica convencional, dada a compreensão de que não se faz terapia no CRAS. Tal orientação está presente na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014), explicitado no documento *Orientações Técnicas sobre o PAIF* (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012) e preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004).

A entrada da Musicoterapia no SUAS moveu muitas questões e levou os/as profissionais a criarem outras formas possíveis de trabalhar. Na época, a União Brasileira das Associações de Musicoterapia – UBAM, publicou um documento chamado *Perfil do musicoterapeuta social* (2011), buscando estabelecer alguns indicativos e parâmetros para esses fazeres.

De modo semelhante, a inserção de psicólogos/as em equipamentos vinculados ao SUAS também compeliu à construção de outros conhecimentos e a inauguração de outras práticas (Andrade & Romagnoli, 2010). Tais alargamentos no campo da Psicologia levaram essa categoria profissional à elaboração de um documento intitulado *Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS* em que consta a orientação para que psicólogos/as não realizem “acompanhamento clínico de natureza psicoterapêutica” (Conselho Federal de Psicologia, 2008) nesses espaços.

Admitir que a Musicoterapia é uma categoria profissional apta a contribuir com o trabalho desenvolvido em equipamentos socioassistenciais e adotar a orientação de que não se faz terapia nesses espaços nos apresenta um questionamento radical. Por meio

desse tensionamento, colocamos em questão nossa filiação, levantamos suspeitas em nossos instituídos e assim movemos a criação de outras musicoterapias possíveis.

Com tais tensionamentos que no campo da Musicoterapia passam a figurar, alguns/mas musicoterapeutas assumem suas travessias de distanciamento de um tipo de trabalho convencional, ou seja, aquele que busca acolher um sofrimento individualizado, motivado por alguma patologia. Com isso, passam a buscar contribuir com a criação de experiências de superação de condições de múltiplas vulnerabilidades, por meio do fortalecimento e ampliação das relações, de modo a criar estratégias de acesso, promoção e garantia de Direitos Humanos.

Esses novos desafios encontrados por musicoterapeutas em suas atuações na América Latina fazem com que sejam postos em questão a suficiência dos modelos convencionais de se pensar e fazer Musicoterapia. Interessa-nos identificar como tais alargamentos na Musicoterapia, dada a entrada de perspectivas sociais e comunitárias, têm transformado a forma de compreender o sujeito e o coletivo.

Concepções de sujeito

Em nosso processo de análise, buscamos rastrear como os/as autores/as pensam o sujeito e notamos que uma parte considerável das publicações não explicita essa questão. De saída, isso já nos move a levantarmos questões sobre a forma de construir conhecimento em Musicoterapia, porque, em nossa opinião, uma visão de humano e de mundo é pressuposto para a prática e para qualquer proposição teórico-epistemológica.

Do total de publicações que analisamos, menos da metade oferece proposições sólidas para pensar o humano. Das que o fazem, percebemos certa polaridade. De um lado, proposições que partem de perspectivas sócio-históricas, de outro, perspectivas subjetivistas, individualizantes e essencialistas.

No primeiro polo, algumas publicações propõem pensar o sujeito como sendo situado cultural e historicamente, produto e produtor de seu meio (Arndt, Cunha & Volpi, 2016; Arndt & Maheirie, 2016; Cunha, 2016c; Cunha et al., 2014; Mayer, 2015; Oselame & Carvalho, 2013; Oselame, Machado & Chagas, 2014; Passos & Wawzyniak, 2015; Santos, 2016b; Schapira, 2016). Nessa linha, o sujeito foi apresentado como ser em constante relação, carregando a possibilidade de refletir e agir/atuando sobre o vivido (Arndt, Cunha & Volpi, 2016; Pelizzari, Rocha, Pereira, Kinigsberg, & Rodríguez, 2016; Siqueira-Silva, 2012; Siqueira-Silva & Nunes, 2015).

Em outro polo vemos a influência de pensares subjetivistas e individualizantes, que compreendem o sujeito como ser humano sonoro, constituído a partir de experiências sonoro-musicais arquetípicas, desde a gestação (Pinho & Trench, 2012), a proposição de sujeito como tendo uma identidade única (Krob & Silva, 2012), tendo o cuidado como um elemento constituinte da essência humana (Pinho & Trench, 2012). Em um trabalho encontramos a inferência de que o humano possui a necessidade de expressar seu mundo interno (Almeida et al., 2012). Já em outra publicação, os/as autores/as adotam uma concepção holística do ser, buscando atingir o bem-estar físico, mental e espiritual (Niceias, Karst, Cunha & Fleury, 2014). Identificamos também uma ancoragem na abordagem transpessoal em Krob (2013) quando pensa o sujeito a partir da Musicoterapia Holística proposta por Carlos Fregtman (1989), para quem o mundo é uma grande amálgama entre magia, natureza e seres. Fregtman (1989) propõe também que em Musicoterapia sejam criados laços de articulação entre o que ele chama de aspectos psicológicos e espirituais.

Consideramos que adotar uma concepção de eu essencial, distancia-nos de uma implicação com as condições sociais operantes. Perspectivas subjetivistas podem nos limitar a uma forma de trabalho centrado no sujeito e perpetuar uma prática encerrada no acolhimento de um sofrimento individualizado. E, não só isso, tais balizadores podem inclusive caminhar na contramão dos processos de alargamento das possibilidades de ser e agir das pessoas, uma vez que carrega em seu cerne a inferência de que o sujeito possui uma identidade única, encerrada e verdadeira.

Concepções de coletivo

Nesta seção apresentamos como o coletivo tem sido pensado. Elegemos o coletivo como uma categoria importante de análise porque nela temos notícias das visões de mundo adotadas nas publicações analisadas e, também, porque ao analisarmos os textos selecionados em nossa revisão integrativa de literatura notamos uma predominância de trabalhos com coletivos (Arndt, 2015; Cunha, 2016a; Cunha 2016b; Cunha et al, 2014; Cunha & Lorenzino, 2012; Faria & Cunha, 2016; Mayer, 2015; Passos & Wawzyniak, 2015; Siqueira-Silva, 2012; Valentin, Sá & Esperidião, 2013). Sobretudo com parcelas da população em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas em situação de violência, pessoas em situação de rua e pessoas que cometeram ato infracional (Alfonso & Isla, 2016; Arndt, 2015; Campos & Jorge, 2016; Demkura, Alfonso & Isla, 2016;

Esteves, 2013; Fernández-Batanero & Felício, 2016; Gomez, 2016; Juan, 2016; Krob & Silva, 2012; Lindenberg, Valentin & Conceição, 2016; Montoya, 2016; Passoni, 2016; Peixoto & Teixeira, 2013; Salgado, 2016; Soares, 2016a; Soares, 2016b).

Das publicações que se ocupam em discorrer sobre o coletivo, alguns textos propõem pensá-lo como uma experiência sócio-histórica, que se cria em um determinado tempo e espaço, um encontro em que pessoas distintas criam interesses/projetos em comum em um contínuo processo de afetar e ser afetado. Essas propostas irão dialogar com perspectivas advindas da Psicologia Sócio-Histórica e/ou da Psicologia Comunitária (Andrade & Cunha, 2015; Arndt, 2015; Cunha, 2016a; Cunha 2016b; Cunha et al., 2014; Faria & Cunha, 2016; Passos & Wawzyniak, 2015; Santos, 2016b; Schapira, 2016; Valentin, F. et al. 2015).

Outra perspectiva presente na forma como a categoria do coletivo é pensada, parte do paradigma da complexidade. Nessas publicações encontramos a compreensão de que todos os elementos da realidade estão conectados, de que a comunidade é um sistema complexo, aberto e interligado (Esteves, 2013; Oselame & Carvalho, 2013; Peixoto & Teixeira, 2013). A teoria de Bruno Latour também é mencionada para pensar o coletivo, sobretudo em Siqueira-Silva (2012), quando a autora propõe pensar o coletivo como rede de associação entre humanos e não-humanos.

Notamos que, de modo semelhante à categoria de sujeito, nem todos os textos integram a categoria de coletivo em seu bojo. Uma vez que, como vimos, a maioria das publicações selecionados trata de trabalhos feitos com grupos de pessoas e não de modo individual, consideramos ser relevante fortalecermos nossos pensares sobre essa categoria e a potência de ações comuns/coletivas. Acreditamos que dessa forma, podemos fortalecer uma perspectiva social e comunitária para a Musicoterapia.

Diálogos possíveis acerca do sujeito e coletivo

Compreendemos que somente atuar em contextos sociais e comunitários não garante a superação de um modo consensual de se pensar e fazer Musicoterapia. É caminho costumeiro reproduzir as práticas consolidadas de terapia de grupo nesses espaços, buscando atuar sobre sintomas e sofrimentos particularizados. Dentre as publicações que analisamos, uma larga parcela perpetua a máxima de que em Musicoterapia o que se pretende são mudanças terapêuticas, orientadas pelo objetivo da promoção de saúde (Esteves, 2013; Fernández-Batanero & Felício, 2016; Gomez, 2016;

Lima, 2016; Niedenthal, 2016; Pinho & Trench, 2012; Rosa, 2013; Schapira, 2016). Em alguns casos, buscando o tratamento e/ou alívio de sintomas (Juan, 2016; Krob, 2013; Krob & Silva, 2012).

No entanto, as informações que encontramos no processo de análise, também anunciam uma parcela de musicoterapeutas que assume fazeres fugidios, atuando no e com o cotidiano de vida das pessoas, buscando criar fendas no estabelecido, de modo a pôr em questão os reguladores de comportamento, perseguindo a ampliação das possibilidades de ação de coletividades frente a condições de desigualdade e situações de vulnerabilidade (Andrade & Cunha, 2015; Arndt, 2015; Arndt, Cunha & Volpi, 2016; Arndt & Maheirie, 2016; Cunha, 2016c; Isla, Demkura, Alfonso & Abramovici, 2016; Lepe & Valenzuela, 2016; Passoni, 2016; Pellizzari, 2016; Rey, 2016; Santana, 2016; Siqueira-Silva, 2012). Nesse nicho encontramos acenos de uma Musicoterapia que não se encerra na terapêutica individual dos sujeitos; antes, irá tratar da questão do pertencimento social, da criação e fortalecimento de vínculos sociais (Andrade & Cunha, 2015; Niceias et al, 2014; Giraldo, 2016; Olmedo, 2016; Rocha et al, 2016).

A expansão das possibilidades de se fazer Musicoterapia, por meio da cada vez mais crescente consolidação de práticas em contextos sociais e comunitários, encaminha um movimento de investimento em outras formas de concepção de sujeito, que superem uma visão individualista e subjetivista do humano.

A perspectiva de humano que adotamos o considera como invenção constante, criação em devir. Assinalamos com isso a capacidade de toda e qualquer pessoa de projetar-se no mundo, por meio da ficcionalidade e, a partir daí, inscrever na cotidianidade tensões nas ordens postas (Sawaia & Maheirie, 2014; Vigotski, 1925/1998). O sujeito é, portanto, um ser que cria sua interpretação sobre o vivido, combina elementos da concretude cotidiana, cria sentidos, é ativo na produção de sua própria existência (Rancièrè, 2010b). De igual modo, propomos uma concepção de sujeito que não privilegia um aspecto do humano em detrimento de outro, que não reduz o sujeito e não o retalha, superando uma perspectiva de sujeito pautada na cisão corpo – mente, emoção – razão (Maheirie & Zanella, 2017; Sawaia & Maheirie, 2014; Vigotski, 1925/1998).

No entanto, ao tecermos argumentações em torno de perspectivas sociais e comunitárias em Musicoterapia, para além de uma visão crítica de sujeito, é necessário compreender que a superação da cisão eu-coletividade se encarna em ações que apontem para o coletivo/comum e para as possibilidades de ser e atuar no campo do vivido, provocando tensões na ordem vigente (Maheirie, 2019).

Com isso, inserimos como nota importante as condições de existência dos sujeitos, os contextos nos quais suas vidas se inscrevem, as realidades de trabalho, as operações históricas muitas vezes subalternizantes e inferiorizantes.

Ao trabalharmos predominantemente com coletivos, uma questão nos é colocada. Para além de uma concepção de sujeito social e historicamente constituído, somos impulsionados/as a criar reflexões sobre a potência das ações coletivas, dos processos comunitários, de encontros que busquem o fortalecimento de relações, compreendendo o coletivo como “sensibilidades e pensabilidades que se unificam em atos performativos, nos quais o porvir implica abertura a outros possíveis” (Maheirie, 2019, p. 140).

Como vimos, nas publicações que analisamos, que pretendeu trazer um recorte de textos inclinados a uma perspectiva social e comunitária em Musicoterapia, encontramos formas individualizantes e subjetivistas de se pensar o sujeito. Ao atuarem sob a égide de que à Musicoterapia cabe exclusivamente o fazer terapêutico, perpetua-se um trabalho centrado nas particularidades de um indivíduo, em encontros em que cada um/a fala de si para outro/a.

Admitimos que superar uma forma de trabalho individualizante, particularista, competitiva e serializante (Lapassade, 1983; Sartre, 1979), em que cada um fala de si para o outro, ou, no caso da Musicoterapia, toca/canta algo de si e escuta o fazer musical do outro, não é tarefa fácil. Afinal, a verdade de nosso tempo, regulada pela lógica neoliberal, é a de que o indivíduo, por ele mesmo, deve ser capaz de criar linhas de superação e de sucesso, custe o que custar, tornando quase impossível “compreender por que o homem, que é um ser de relações que sabe que sem o outro não há humanidade, transforma a alteridade em luta contra o outro” (Sawaia, 2000, p. 49). O que vemos em nossas redes sociais, em nosso cotidiano de trabalho é o imperativo das terapias centradas no eu, esse eu grandioso, narcísico e autossuficiente. A busca incessante pela felicidade, pelo êxito e pelo bem-estar⁹, tem alimentado a manutenção de uma moral particular e tem, desta forma, destituído espaços de sentimento de pertencimento, de construção do senso de coletividade, do sentido do comum. Espaços esses que podem promover suspensões intermitentes das demandas individuais para pensar na coletividade, para criar estratégias de superação das vulnerabilidades experienciadas por uma parcela da população que sofre por ser considerada inferior.

⁹ Vale refletir que a concepção de saúde, proposta pela Organização Mundial da Saúde (1947/2006) é de que saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”.

Aqui, vemos uma marca importante: o sofrimento que emerge nas experiências da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina é um sofrimento ético-político, fruto de uma história de constante subalternização, de impregnação de olhares inferiorizantes, classificatórios, que cristalizam lugares desiguais (Sawaia, 1999a;1999b; 2009) na partilha da vida comum (Rancière, 2010a). Ou seja, um tipo de sofrimento que “diminui a potência de agir em prol do bem comum [...], gerando, por efeito perverso, ações contra as necessidades coletivas, e, conseqüentemente, individuais” (Sawaia, 2006b, p. 50).

Quando, ainda que temporariamente, sujeitos suspendem suas ações particularistas em direção ao coletivo, criam possibilidades de rompimento com o instituído, por meio de processos de identificação, sentimento de pertencimento, em que as ações coletivas “reivindicam um futuro diferente” (Butler, 2018, p. 54). As ações coletivas podem, portanto, serem transformadoras quando apontam para o comum e nele assinalam a possibilidade de expansão das possibilidades de ser e agir de toda e qualquer pessoa.

Com isso, é importante destacar que não há uma anulação das particularidades do sujeito ao laçarem-se à construção do comum. As singularidades e a coletividade não são dicotômicas, antes, assumimos a dialética do singular-coletivo (Maheirie et al, 2012; Prado, 2008; Sawaia, 1996; Sawaia, 2006b; Sawaia, 2014). Afinal, pensar no sujeito é pensar, inexoravelmente, em coletividade, uma vez que “a relação que se apresenta entre sujeito e sociedade, entre o nós e o eu, caracteriza-se como processo dialético onde um é condição da existência do outro” (Groff, Maheirie & Zanella, 2010, p. 98). Assim, essa arena do comum não é campo de nulidades e de uníssonos. Antes, é território de contrapontos e de presença de diferentes vozes (Bakhtin, 1929/2010).

A criação de espaços de sociabilidade, de construção do sentimento de coletividade/comum, é um processo orientado por uma ética em que a busca pela felicidade individual se dá pelo sentimento de pertencimento, do bem comum, em que a busca de um não reduz a existência do outro. Essa compreensão é totalmente diferente de assumir posições subjugadas ao desejo e interesse de outros (Sawaia, 2006b; 2014). Do contrário, a construção de projetos em comum, sentidos a partir das singularidades ali existentes, pode aumentar as possibilidades de agir, pensar e sentir das pessoas (Maheirie et al., 2012; Sawaia, 2014).

Há uma potência no agir em comum, em ações coletivas que se lancem a perturbar os estatutos vigentes em prol da invenção de outros mundos possíveis. Em uma

perspectiva espinosana (Spinoza, 1677/2009; 1663/2013), podemos inclusive inferir que “nós não podemos transformar as sociedades exclusivamente com nossa própria potência” (Sawaia, 2014, p. 12).

Assim, compreendemos que a criação de um comum, está atrelado ao atravessamento de encontros experienciados e criados pelo sentimento de um *nós* e não mais de uma unidade isolada, criando dessa forma lugares para chamarmos de nosso, em vistas de horizontes comuns, na compreensão de que cada um/a, é a possibilidade de sermos *nós* (Lapassade, 1983; Maheirie et al, 2012; Prado, 2002; Sawaia, 2006b). Importante mencionar que o *nós* pressupõe o antagonismo em relação a um *eles* (Maheirie, 2019; Mouffe, 1996; Prado, 2002). Assim, as

ações coletivas estão longe de serem definidas como a unificação totalizadora dos sujeitos individuais. O coletivo exige lógica própria, pois o que se constitui, ainda que aberto e inacabado, é um movimento de identificação que o caracterizará na diferença em relação ao que ele não é (Maheirie, 2019, p. 130).

O *nós*, portanto, só se dá em ato, por meio de atuações performativas, coletivas, que reivindicam espaços de aparecimento e que perturbem o modo como o aparecimento é registrado pelos sentidos, como nosso corpo é visto e nossa voz escutada podendo assim inaugurar formas de ser e intervir no comum (Butler, 2018; Maheirie, 2019; Rancière, 2009).

Tal qual a Psicologia também precisou fazer (Oliveira & Amorim, 2012), para promover abertura de arenas de denúncia e criação de formas de superação de um sofrimento compartilhado, ético-político, a Musicoterapia Social e Comunitária pode investir na potência das ações coletivas, pois há maior possibilidade de interferir e criar fissuras no campo do estabelecido coletivamente do que por meio de movimentos individuais, pois “se dois se põem de acordo e juntam forças, juntos podem mais” (Spinoza, 1677/2009, p. 18).

Considerações finais

Com as informações que aqui apresentamos, intencionamos ter contribuído para a montagem de cenas de tensão no campo da Musicoterapia, e assim encorajar seus alargamentos. Consideramos que as questões que se abrem a esse campo de saber e prática, a partir da entrada de experiências em contextos sociais e comunitários, mobiliza a criação de formas outras para se pensar os sujeitos e a potência do coletivo. Nosso

objetivo foi, para além de promover um espaço de visibilidade para como essas categorias têm sido pensadas, propor uma contribuição para os processos de construção de saberes dessas categorias em Musicoterapia, a partir do diálogo que tecemos neste artigo.

Propomos, portanto, uma forma de pensar-fazer Musicoterapia atenta às condições sócio-históricas, que se faz no diálogo, que coloca em questão o que está posto e com isso abre a possibilidade de o novo se inaugurar.

Acreditamos que as formas de se pensar sujeito e coletivo carregam as visões de mundo que têm balizado e (de)limitado o processo de construção de saberes sobre Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina.

Sendo assim, o compromisso da Musicoterapia Social e Comunitária pode ser utilizar a música como mediadora de encontros que possam promover espaços de partilha, de criação de sentidos coletivos, que aumentem a possibilidade de pensar-sentir-agir de todos/as e de qualquer um/a, que expandam os horizontes e assim mobilizem ações conjuntas, fortalecendo as possibilidades de atuar e assinalar tensões em contextos de desigualdade social, violência e múltiplas vulnerabilidades.

Referências

- Alfonso, S., Isla, C., (2016). El ensamble musical como herramienta de intervención comunitaria. Una propuesta desde el hacer musical reflexivo. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 492-494). Florianópolis: Autor.
- Almeida, T. et al. (2012). A relação entre os aspectos sonoro-musicais e a dinâmica do grupo em musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XIV, 12*, 39-52.
- Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: Uma Cartografia dos Territórios Subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão, 30*(3), 604- 619.
- Andrade, M., & Cunha, R. (2015). A dimensão da saúde no contexto da prática da musicoterapia social. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XVII, 18*, 64-84.
- Arndt, A. (2015). “Mas, nós vamos compor?”: roda de música como experiência coletiva em um CRAS da região metropolitana de Curitiba. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis).
- Arndt, A., Cunha, R., & Volpi, S. (2016). Aspectos da prática musicoterapêutica: contexto social e comunitário em perspectiva. *Psicologia & Sociedade, 2*(28), 387-395. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>
- Arndt, A., & Maheirie, K. (2016). O fazer musical coletivo em contexto socioassistencial. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 283-287). Florianópolis: Autor.

- Arndt, A., & Maheirie, K. (2019). Musicoterapia: dos fazeres biomédicos aos saberes sociocomunitários. *Rev. Polis e Psique*, 9(1), 54–71. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/80215/pdf?fbclid=IwAR3X31CAAB05PCKqmvKSkxQENePn7_U9bz2CxbHgYgSLfJlvweBio21Gw
- Bakhtin, M. (2010). *Problemas da Poética de Dostoiévski*. (5a ed., P. Bezerra. Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1929)
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campos, A., & Jorge, M. (2016). Musicoterapia Comunitária à luz da abordagem junguiana. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 213-216). Florianópolis: Autor.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2019). *Tabela de áreas do conhecimento*. Recuperado de http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: Autor. Recuperado de <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Refer%C3%A0ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logas-no-CRAS-SUAS.pdf>
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2019). *Tabela de áreas do conhecimento*. Recuperado de <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>
- Cunha, R. (2016a). Musicoterapia Social e Comunitária. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 55-60). Florianópolis: Autor.
- Cunha, R. (2016b). Musicoterapia Social e Comunitária: uma organização crítica de conceitos. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVIII, 21, 93-116.
- Cunha, R. (2016c). Uma perspectiva da atividade musical em grupo: musicoterapia social e comunitária. *Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*, (11)2, 239-251. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.mavael11-2.upam>
- Cunha, R. et al., (2014). Musicoterapia e processo grupal: prática musical coletiva com alunos da segunda série do ensino básico. *Revista InCantare*, 6, 65-86.
- Cunha, R. & Lorenzino, L. (2012). The secondary aspects of collective music-making. *Research Studies in Music Education*, 34, 73-88. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1321103X12439134>
- Demkura, M., Alfonso, S., & Isla, C., (2016). La dimensión performativa del hacer musical reflexivo. Relato de una experiencia con mujeres. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (253-257), Florianópolis: Autor.
- Esteves, M. (2013). A paisagem sonora contemporânea do bairro da rocinha na perspectiva histórica da construção da identidade social, influências étnicas e implicações comportamentais sob a ótica da Musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XV, 14, 43 – 51.

- Falzarano, S., & Schussel, M. (2016). La comedia musical em la construccion de comunidade. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 265-269). Florianópolis: Autor.
- Faria, B., & Cunha, R. (2016). Musicoterapia em grupo com crianças no transtorno do espectro autista: manifestações musicais e socioculturais. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 222-225). Florianópolis: Autor.
- Fernández-Batanero, J., & Felício, J. (2016). Musicoterapia e integración social em menores infractores. un estudio de casos. *Perfiles Educativos*, 38(152), 163-180.
- Fregtman (1989). *Cuerpo – Musica Y Terapia*. São Paulo: Cultrix.
- Gomez, J. (2016). Resignificación de hechos violentos: “experiencias con personas mayores víctimas del conflicto armado en colombia”. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 504-506). Florianópolis: Autor.
- Giraldo, V. (2016). Musicoterapia con docentes, reconociendo las sonoridades y habilidades musicales propias, hacia lo comunitário. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 278-282). Florianópolis: Autor.
- Groff, A., Maheirie, K., & Zanella, A. (2010). A constituição do(a) pesquisador(a) em Ciências Humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 97-103. Recuperado de <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/477/399>
- Isla, C., Demkura, M., Alfonso, S., & Abramovici, G. (2016). El hacer musical reflexivo, uma perspectiva em Musicoterapia Comunitaria y Popular. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 247-252). Florianópolis: Autor.
- Juan, T. (2016). Music therapy for women survivors of intimate partner violence: an intercultural experience from a feminist perspective. *The Arts in Psychotherapy*. 48,19-27.
- Krob, D. (2013). *Desconstruindo Amélias: musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica sob a ótica da teologia feminista*. (Dissertação de mestrado, Faculdades EST, São Leopoldo).
- Krob, D., & Silva, L. (2012). “Comigo não, violão!”: Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV, 13, 27 - 38.
- Lapassade, G. (1983). Dialética dos grupos, das organizações e das instituições. In *Grupos, organizações e instituições* (pp. 227-253). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lepe, C., & Valenzuela, P. (2016). Musicoterapia para un re-encuentro: "Taller de autocuidado para madres de niños y jóvenes con parálisis cerebral. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 230-233). Florianópolis: Autor.
- Lima, B. (2016). A importância do musicoterapeuta no hospital psiquiátrico. *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 532-536). Florianópolis: Autor.
- Lindenberg, A., Valentin, F. & Conceição, M. (2016). A catarse nas intervenções em musicoterapia comunitária. *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 238-241). Florianópolis: Autor.

- Maheirie, K. (2019). Grupos e ações coletivas como objetos de análise e foco nas intervenções psicossociais. In F. Costa & M. Mesquita (Orgs.), *Psicologia Política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos* (pp. 123-142). Maceió, Alagoas: Edufal.
- Maheirie, K. et al. (2012). Coletivos e relações estéticas: Alguns apontamentos acerca da participação política. In C. Mayorga, L. Castro, & M. Prado (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (pp. 143-167). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Maheirie, K., & Zanella, A. (2017). Imagination and creative activity: ontological and epistemological principles of Vygotsky's contributions. In C., Ratner & D. Silva (Orgs.), *Vygotsky and Marx. Toward a Marxist Psychology* (pp. 161-172). Routledge, London and New York.
- Marques, A., & Prado, M. A. M. (2018b). *Diálogos e dissidências. Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Appris.
- Mayer, G. (2015). *Dialogando com adolescentes sobre educação em saúde: a contribuição da Musicoterapia Comunitária*. (Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo).
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Autor. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Autor. Recuperado de: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Autor. Recuperado de: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Ministério do Trabalho. (2013). Resultado de título encontrado – Musicoterapeuta (2263-05). Recuperado de <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>
- Monteiro, L. (2006). Objetividade x subjetividade: da crítica à psicologia à psicologia crítica. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs). *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp.23-44). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Montoya, C. (2016). Incorporación del ritual del pagamento en una intervención musicoterapéutica, com víctimas del conflicto armado colombiano. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 226-229). Florianópolis: Autor.
- Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.

- Nascimento, R. Pellizzari, P., Paula, K. & Barros, R. (2016). Musicoterapia preventiva psicossocial na educação: panorama dos diálogos generativos de saúde comunitária/social. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 308-312). Florianópolis: Autor.
- Niceias, M., Karst, I., Cunha, E., & Fleury, E. (2014). A promoção dos direitos humanos do outros sob uma perspectiva da ética da alteridade: uma escuta à criança com câncer. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XVI, 16*, 48-61.
- Niedenthal, R. (2016). Todos hacemos música. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 61-63). Florianópolis: Autor.
- Oliveira, I. F. Amorim, K. M. O. (2012). Psicologia e Política Social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento, 30(70)*, 559-566.
- Olmedo, M. C. (2016). Musicoterapia-Transcultural y Comunitaria con pueblos originarios: “Qomi-Qompi” Taller de canciones en lengua Qom. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. [234-237](#)). Florianópolis: Autor.
- Organização Mundial da Saúde. Constituição da Organização Mundial da Saúde. (2006). *Documentos básicos, suplemento da 45ª edição*. (Texto original publicado em 1947) Recuperado de http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_sp.pdf.
- Oselame, M., & Carvalho, F. (2013). A pesquisa em musicoterapia no cenário social brasileiro. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XIV, 14*, 67-80.
- Oselame, M., Machado, R., & Chagas, M. (2014). Um estudo sobre as práticas da musicoterapia em direção à promoção da saúde. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XVI, 16*, 102-121.
- Passoni, T. (2016). Fortalecendo os vínculos familiares e comunitários através da Musicoterapia no município de Salto - SP – Relato de vivência com idosos. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 270-273). Florianópolis: Autor.
- Passos, A. & Wawzyniak, S. (2015). Musicoterapia Crioula: estudo dos elementos característicos da brincadeira de roda de Tambor de Crioula em práticas musicoterápicas. *Revista InCantare, 06(02)*, 30-51.
- Pavlicevic, M. (2004). Learning from *Thembaletu*: Towards Responsive and Responsible Practice in Community Music Therapy. In M., Pavlicevic & G. Ansdell (Orgs.), *Community Music Therapy* (pp. 35-47). Londres: Jessica Kingsley Publishers.
- Peixoto, M. & Teixeira, C. (2013). Musicoterapia comunitária: contribuição para a saúde mental da comunidade. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, 5(11)*, 102-113.
- Pelizzari, P., Rocha, S., Pereira, A., Kinigsberg, F., & Rodríguez, R. (2016). Experiencias conjuntas en latinoamérica: teoría y prácticas colaborativas en musicoterapia preventiva comunitária. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 490-491). Florianópolis: Autor.
- Pinho, M., & Trench, B. (2012). Musicoterapia e o cuidado ao cuidador: uma experiência junto aos agentes comunitários de saúde da favela Monte Azul. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XIV, 13*, 53 - 65.

- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 08(11), 59-71.
- Prado, M. A. M. (2008). Psicologia e comunidade: a utopia dos projetos científicos. In A. Zanella et al. (Org.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 210-220). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Rancière, J. (2009b). *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2010a). A estética como política. *Devires – Cinema e Humanidades*, (7)2, 14-36.
- Rancière, J. (2010b). O espectador emancipado (D. Ávila. Trad.). *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*. 1(15), 107-122.
- Resolução nº 17. (2011, 20 de junho). Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social. Recuperado de <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3360>
- Rey, S. (2016). Laboratorio de investigación sonora. Cruces entre Tecnología y musicoterapia / Autoconstrucción de instrumentos y empoderamiento / Instrumentos gigantes para intervenciones comunitarias. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 475-497). Florianópolis: Autor.
- Rocha, S. et al. (2016). Musicoterapias preventiva psicossocial na educação: panorama dos diálogos generativos de saúde comunitária/social. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 308-312). Florianópolis: Autor.
- Rosa, S. (2013). *Musicoterapia e cuidado humano: A música e a reabilitação de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas*. (Dissertação de mestrado, Faculdades EST, São Leopoldo).
- Salgado, A. (2016). Programa piloto de musicoterapia para la reparación psicosocial de adolescentes víctimas del conflicto armado colombiano. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 217-221). Florianópolis: Autor.
- Salgado, A. (2017). Programa piloto de musicoterapia para favorecer el afrontamiento de situaciones difíciles en función del proyecto de vida de adolescentes víctimas del conflicto armado colombiano. *Revista InCantare*, 08, 33-66.
- Santana, F. S. (2016). *A musicoterapia na política nacional de assistência social*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia).
- Santos, H. (2016a). O rap e o funk carioca em atendimentos musicoterapêuticos com adolescentes privados de liberdade. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 242-246). Florianópolis: Autor.
- Santos, H. (2016b). O rap e o funk em atendimentos musicoterapêuticos em uma unidade socioeducativa. *Revista InCantare*, 7(2), 1-133.
- Sartre, J. P. (1979). *Crítica de la razón dialéctica*. Buenos Aires: Losada.

- Sawaia, B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp.35-55). Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, B. (1999a). Comunidade como Ética e Estética da Existência. Uma reflexão Mediada pelo conceito de Identidade. *PSYKHE*, 8(1), 19-25.
- Sawaia, B. (1999b). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.), *As Artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. (2000). A emoção como locus de produção do conhecimento - Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo 164 com Espinosa. In *II Conferência de Pesquisa Sócio-cultural*. Recuperado de <https://www.fe.unicamp.br/br2000/indit.htm>
- Sawaia, B. (2006a). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 157-168). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Sawaia, B. (2006b). Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 45-54). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e Desigualdade Social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. (2014). Transformação social: um objetivo pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 26, [número especial 2], 4-7.
- Sawaia, B. & Maheirie, K. (2014). A Psicologia Sócio-Histórica: Um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26 [editorial número especial 2], p. 1-3.
- Schapira, D. (2016). Reflexiones acerca del ser musicoterapeuta. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 34-49). Florianópolis: Autor.
- Siqueira-Silva, R. (2012). *Grupos musicais em Saúde Mental: conexões entre estética musical e práticas musicoterápicas*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro).
- Siqueira-Silva, R., & Nunes, J. A. (2015). Quando a terapia se torna arte: Teoria Ator-Rede e cocriação musical. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, (15)4, 1238-1257.
- Soares, H. (2016a). O rap e o funk carioca em atendimentos musicoterapêuticos com adolescentes privados de liberdade. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 242-246). Florianópolis: Autor.
- Soares, H. (2016b). O rap e o funk em atendimentos musicoterapêuticos em uma unidade socioeducativa. *Revista InCantare*, (7)2, 106-121.
- Souza, G. (2016). A participação da Musicoterapia em espaços de controle social. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 474-476). Florianópolis: Autor.
- Spinoza, B. (2009). *Tratado político* (D. P. Aurélio, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1677)

- Spinoza, B. (2013). *Ética*. (T. T. Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Obra original publicada em 1663)
- Stige, B., Ansdell, G., Elefant, C., & Pavlicevic, M. (2016). *Where Music Helps: Community Music Therapy in Action and Reflection*. Londres: Routledge.
- União Brasileira das Associações de Musicoterapia. (2011). *Perfil do musicoterapeuta social*. Recuperado de <http://ubammusicoterapia.com.br/wp-content/uploads/2018/07/perfil-do-musicoterapeuta-social.pdf>
- Valentin, F., Sá, L., & Esperidião, E. (2013). Prática musicoterapêutica em grupo: planejar para intervir. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XV, 15, 118-131.
- Valentin, F. et al. (2015). Música e Musicoterapia com famílias: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVII, 18, 25-42.
- Vigotski, L. S. (1998). *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1925)
- Voigt, A. (2019). O conceito de “cena” na obra de Jacques Rancière: a prática do “método da igualdade”. *Kriterion*, 142, 23-41.
- Zanella, A. (2014). *Vygotsky: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal*. Itajaí: Univali.

ARTIGO 02 – Fazeres da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina: notas de dissenso.

Resumo: Neste artigo apresentamos um panorama dos fazeres da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina. Construimos as informações por meio da realização de cinquenta e nove entrevistas com musicoterapeutas latino-americanos/as e participando no cotidiano de trabalho de alguns deles/as. Em nosso processo de análise das informações destacamos como linha temática os fazeres horizontalizados e práticas não convencionais em Musicoterapia. A partir daí, discorreremos sobre os diferentes espaços, parcelas da população e objetivos que têm balizado tais práticas, tecendo uma discussão sobre experiências emancipatórias, a partir da proposta de Jacques Rancière. Por fim, argumentamos que alguns dos fazeres que pudemos conhecer nesta pesquisa se inscrevem como notas de dissenso no campo convencionalmente posto da Musicoterapia, contribuindo dessa forma para o alargamento das possibilidades práticas e teóricas desse campo de saber.

Palavras-chave: Musicoterapia social e comunitária; América Latina; horizontalidade; emancipação.

Introdução

Este artigo objetiva tecer considerações acerca dos fazeres da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina. Para isso, analisamos entrevistas realizadas com musicoterapeutas latino-americanos/as, que desenvolvem trabalhos de Musicoterapia sob uma perspectiva social e comunitária. As informações construídas nas entrevistas se articulam com algumas experiências que pudemos ter pesquisando no cotidiano de desses/as musicoterapeutas latino-americanos/as.

Como forma de situar o tema aqui apresentado, escolhemos iniciar com um breve histórico sobre a consolidação desse campo de saber em território latino-americano.

As cenas embrionárias de Musicoterapia na América Latina remontam ao final da década de 1940 quando na Argentina temos notícias de práticas motivadas por profissionais da educação musical que atendiam crianças com deficiências, juntamente com uma equipe de médicos. É no final da década de 1960 e início dos anos 70 que se fundam associações de Musicoterapia e inauguram-se as primeiras formações em Musicoterapia na América Latina.

Até fins dos anos 1990, como apontado em Arndt, Cunha e Volpi (2016) e Arndt e Maheirie (2019), a orientação teórica da Musicoterapia, voltada a uma prática clínica,

com trabalho individualizado e, por vezes regido por modelos biomédicos, era nitidamente predominante. As publicações demoravam-se em descrever as patologias e as formas de trabalhos musicoterapêuticos possíveis, alimentando um modelo biomédico de atuação. A essa forma de fazer e criar conhecimento no campo da Musicoterapia, a partir da proposta de Mercédès Pavlicevic (2004), chamaremos de forma convencional, ou, modelo de consenso.

A Musicoterapia que nos interessa, no entanto, distancia-se desse campo convencional para perseguir formas mais sociais e comunitárias de construir conhecimento e atuar, ou seja, uma Musicoterapia Social e Comunitária. Neste trabalho buscamos estabelecer primeiramente um breve panorama sobre a história dessa área na América Latina. Em momento posterior, vamos tratar de duas categorias criadas a partir do processo de análise das informações construídas durante a realização de entrevistas com musicoterapeutas latino-americanos/as e nossa pesquisa no cotidiano, a saber: a horizontalidade e as práticas não convencionais.

Com isso, pretendemos promover visibilidade para alguns dos fazeres da Musicoterapia Social e Comunitária do Brasil e demais países da América Latina. Acreditamos que desta forma podem-se abrir caminhos viáveis de fortalecimento dessa Musicoterapia.

Método

A pesquisa que realizamos se enquadra em um tipo de pesquisa qualitativa, que tem um caráter participativo (Pereira, 2008). Buscamos construir uma pesquisa dialógica, que pretendeu atentar aos diferentes modos de ver, ser, sentir e dizer o/no mundo. Ou seja, promovendo visibilidade para as diferentes visões e posições de/no mundo que compõem o campo polifônico do vivido e da pesquisa (Bakhtin, 1929/2010; Faraco, 2009). Os procedimentos de construção de informação que escolhemos foram a entrevista aberta com eixo norteador e o pesquisar no cotidiano (Spink, 2007) de trabalho de musicoterapeutas na América Latina.

O passo inicial da pesquisa foi a realização de contatos com musicoterapeutas latino-americanos/as por e-mail, Facebook e/ou WhatsApp. Escolhemos trabalhar com o território latino-americano buscando fortalecer a produção de conhecimento da Musicoterapia na América Latina. Outro aspecto que nos encorajou a assumirmos esse

recorte territorial foi o fato de termos tido a possibilidade de iniciar uma rede de contatos com musicoterapeutas por meio da participação em eventos científicos latino-americanos e, também, dado o fato de que esse recorte condensou um número possível de pessoas a serem entrevistadas e países a serem acessados.

A partir da criação dessa rede de relações, começamos a ter notícias dos países latino-americanos que possuem práticas de Musicoterapia que adotam uma base social e/ou comunitária. Na sequência, iniciamos o processo de realização das 59 entrevistas¹⁰. Fizemos apenas uma entrevista coletiva presencial, com os membros do ReconstruSom, um coletivo de musicoterapeutas comunitários residentes na cidade de São Paulo. As demais entrevistas foram realizadas individualmente, por Skype, chamada de vídeo e/ou áudio no WhatsApp ou respondidas por escrito por e-mail. Cada pessoa entrevistada escolheu a melhor forma de colaborar com a pesquisa.

Os países que conseguimos acessar e que foram representados por meio de musicoterapeutas entrevistados/as foram¹¹: Argentina (13), Bolívia (01), Brasil (23), Chile (06), Colômbia (10), Equador (02), Costa Rica (01), Uruguai (01), México (01) e República Dominicana (1). Buscamos também contatos com musicoterapeutas em Cuba, Panamá, Venezuela, Peru e Paraguai, porém, não conseguimos identificar nesses países a presença de práticas musicoterápicas que adotassem uma perspectiva social e comunitária. Todas as entrevistas foram transcritas e as realizadas em espanhol foram traduzidas.

Nossa pesquisa no cotidiano de trabalho de musicoterapeutas na América Latina partiu das informações que pudemos ter nas entrevistas. Com base nisso, elegemos algumas práticas que, a partir de nossa percepção, se afastam de uma forma convencional de prática em Musicoterapia, ou seja, se distanciam de perspectivas biomédicas e de trabalhos voltados para uma patologia/ sintomatologia. Assim, entre os anos de 2017 e 2018, viajamos para Bogotá – Colômbia, Buenos Aires – Argentina e São Paulo – Brasil, buscando vivenciar durante alguns dias o cotidiano de trabalho de alguns/mas musicoterapeutas sociais e comunitários.

¹⁰ As pessoas entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O TCLE atende a Resolução 510/16 disponível em <http://cep.ufsc.br/files/2016/06/Reso510.pdf>. Esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética. Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: 78435617.1.0000.0121. Além do TCLE, as pessoas aqui mencionadas assinaram um documento adicional, autorizando o uso de seus nomes verdadeiros.

¹¹ O número entre parênteses após o nome de cada país indica o quantitativo de musicoterapeutas entrevistados/as.

Neste artigo, dialogaremos com algumas das cenas vivenciadas por nós durante a pesquisa no campo de cotidiano dos/as musicoterapeutas. No entanto, entendendo que ao elegermos algumas cenas, outras muitas nos escapam, produzimos o webdocumentário: *Veredas: cenas da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina*¹² (Arndt, 2019). Com a criação desse produto social de livre acesso, buscamos visibilizar esses fazeres sociais e comunitários e criar conhecimento de uma forma interativa.

Por meio da leitura das transcrições das entrevistas, em seu enlace com as informações produzidas durante a pesquisa no cotidiano, materializadas em escritas de diário de campo e registradas por meio de recursos audiovisuais, criamos categorias de análise a partir de conteúdos recorrentes nas falas das pessoas e nas experiências. O material que criamos produziu uma extensa gama de informações, as quais não seriam possíveis esgotar em um artigo. Assim, escolhemos apresentar neste texto duas das categorias criadas em nosso processo de análise: o fazer horizontalizado e as práticas não convencionais.

O processo de produção das informações e análise dessas categorias inspirou-se na proposta do Método da Igualdade, de Jacques Rancière (2014), em que assumimos uma postura que busca ignorar as distâncias que separam os discursos, dentre aqueles que ocupam os lugares de suposto saber e aqueles que possuem suas vidas narradas a partir da palavra do outro.

Buscamos perscrutar nas falas das pessoas entrevistadas e em seus cotidianos de trabalho, notícias de práticas que nos movam a um tipo de fazer pautado em uma perspectiva social e comunitária. Compreendemos que alguns dos fazeres aqui analisados alimentam a criação de cenas de dissenso (Rancière 2009a; 2014), porque de alguma forma perturbam o campo estabelecido da Musicoterapia convencional. Consideramos essas vozes que abrem caminhos para formas não convencionais de se fazer Musicoterapia como um tipo de narrativa que pode tensionar os lugares e verdades vigentes, inaugurando-se assim de modo dissensual, pois pretende deslocar os saberes que estão historicamente e hierarquicamente postos.

Compreendemos que a criação de uma cena polêmica, como nomeado por Rancière (2009a), é composta de uma tríade: a denúncia de um dano, a verificação da igualdade e a abertura para outros possíveis. A denúncia do dano se dá quando se promove visibilidade para os efeitos, sentidos por uma parcela da população, de uma partilha que

¹² As pessoas mencionadas nos episódios assinaram um documento autorizando a publicização de seus nomes verdadeiros no documentário.

(de)limita o que, quem e como se estrutura o campo do visível e das pensabilidades. Para isso, é necessário assumir a igualdade como axioma (Rancière, 2002), ou seja, todos somos humanos falantes, portanto, a igualdade é nosso ponto de partida. Por fim, a criação de uma cena polêmica denuncia a situação que opera no cotidiano, mas também aponta para a criação de outros mundos possíveis.

Resultados e Discussão

Utilizaremos neste artigo a terminologia Musicoterapia Social e Comunitária, buscando tratar de uma musicoterapia atenta às condições sócio-históricas dos sujeitos, que aposta na potência de fazeres coletivos, trabalhando no e com o cotidiano das pessoas, e que busca promover tensões nas ordens sensíveis postas, que cristalizam lugares subalternizados. Compreendemos que essa Musicoterapia se afasta de um trabalho de acolhimento de um sofrimento individualizado, motivado comumente por uma patologia, distanciando-se assim dos moldes de uma prática convencional.

O termo Musicoterapia Comunitária foi utilizado pela primeira vez em 1971 por Florence Tyson (Pavlicevic & Ansdell, 2004), musicoterapeuta que atuou em Nova Iorque entre as décadas de 1950 e 1990. Desde a década de 1970, no entanto, um nome importante é o do musicoterapeuta Even Ruud, pois tem motivado a criação de uma perspectiva social e comunitária para Musicoterapia, inspirando, inclusive, o trabalho do musicoterapeuta norueguês Brynjulf Stige, um dos autores mais influentes na criação de bases comunitárias para a Musicoterapia na contemporaneidade.

Uma vez que nosso interesse se dá no campo latino-americano, escolhemos visitar os capítulos iniciais da Musicoterapia em uma perspectiva social e comunitária na América Latina. Nessa travessia, encontramos um forte nome, que inspirou o trabalho tanto no Brasil quanto na Argentina: a musicista e professora Cecília Conde, falecida em 2018. Cecília Conde teve como importante pauta no trabalho que desenvolveu, a luta pela garantia do espaço da música nas escolas e foi, juntamente com Doris Hoyer de Carvalho e Gabriele Souza e Silva, uma das pessoas que criou a formação em Musicoterapia em 1972 no Rio de Janeiro (Barcellos, 1994a).

Durante entrevista concedida para esta pesquisa, uma musicoterapeuta brasileira nos conta que acredita que Cecília Conde foi uma pioneira em se tratando de levar a Musicoterapia para espaços comunitários no Brasil. Em seu projeto de educação musical

no Morro da Mangueira no Rio de Janeiro, na década de 1980, ela ofereceu Musicoterapia para alguns/mas alunos/as, assinando uma importante cena na história da Musicoterapia, de “grande intervenção comunitária, na comunidade da escola, na comunidade da Mangueira, fazendo um trabalho de musicoterapia na escola.” (Marly, entrevista pessoal, 18 de junho de 2018).

Não muito tempo depois, no Brasil, a musicoterapeuta Lia Rejane Barcellos realizou uma experiência piloto, com crianças em situação de rua junto com a musicoterapeuta Lenita Moraes; trata-se do projeto Meninos do Rio, desenvolvido durante três meses, na década de 1990. Ao descrever os objetivos do trabalho, Barcellos (1994c) assinala uma busca por ampliar e fortalecer as relações a partir de experiências mediadas pela linguagem musical.

Em se tratando das estratégias de implementação da Musicoterapia na América Latina, é interessante notar que no documento elaborado para o Encontro Latino-Americano de Musicoterapia em 1994 já constavam preocupações partindo de uma perspectiva social, como por exemplo:

Participar das políticas públicas da área de desenvolvimento social [...] Ações engajadas em Políticas em favor do ser humano (detentos, menores infratores, idosos). Ações engajadas nas Políticas dos Direitos Humanos. Levar propostas para o Estado com sugestões para os problemas dos desabrigados, menores de rua e mendigos [...] Levantar fundações que apoiem bolsas “becas” para pesquisa na área social. (Barcellos, 1994b, p. 4-5).

No Brasil temos ainda o trabalho das musicoterapeutas Marly Chagas no Rio de Janeiro e Rosemyriam Cunha em Curitiba – Paraná. Ambas, em entrevista, comentaram que foram impulsionadas a procurar outras teorias, outros possíveis, para melhor compreender o tipo de experiência que estavam tendo na Musicoterapia e, assim, fortaleceram vertentes sociais e comunitárias, cada uma a sua maneira e com suas particularidades teóricas e práticas. Nas palavras de Marly Chagas: “Toda a minha possibilidade teórica, que tinha a ver com a Musicoterapia que eu vou chamar de tradicional, não podia fazer nada nesses espaços” (entrevista pessoal, 18 de junho de 2018). Marly Chagas conta como foi influenciada pelo trabalho desenvolvido por Cecília Conde sobretudo a partir de 1980/1990.

Rosemyriam Cunha relata que desde 1995 começou a alimentar as primeiras inquietações em torno da questão do comunitário e do social em Musicoterapia, consolidando suas vertentes em seu doutorado, concluído em 2008.

Em território argentino, em 1998 a musicoterapeuta argentina Patricia Pellizzari começa a trabalhar em uma perspectiva social e comunitária, motivada pela educadora musical brasileira Cecilia Conde. Pellizzari é hoje uma referência para toda América Latina em se tratando de uma Musicoterapia que parte de uma perspectiva social.

Ainda na Argentina, a musicoterapeuta Araceli Onorio, graduada em Musicoterapia no final da década de 1970, em entrevista relata que em 1998 chegou em Buenos Aires após trabalhar durante alguns anos no México a partir de uma perspectiva social em Musicoterapia. Desde então, Onorio tem mantido seu trabalho na Musicoterapia Social em Buenos Aires.

No Chile, uma das entrevistadas nos contou que em 2002 foi realizado um trabalho com mulheres em privação de liberdade. Ela afirma que essa foi uma das primeiras experiências de Musicoterapia no Chile que se deu fora do âmbito clínico, hospitalar ou educativo e considera ter sido um trabalho pioneiro no processo de alargamento dos possíveis para a Musicoterapia. Tivemos notícias também do trabalho desenvolvido em 2010 com vítimas de um terremoto, em que as musicoterapeutas buscaram fortalecer os laços dentro da comunidade, favorecendo o sentimento de pertencimento e proteção.

Formação em Musicoterapia na América Latina

Na América Latina, a formação em Musicoterapia acontece na graduação, especialização ou mestrado, a depender do país. Na tabela 2, explicitamos um panorama de como se dá a formação em Musicoterapia e um quantitativo aproximado de musicoterapeutas por país. Vale comentar que nos países que não possuem formação em Musicoterapia atualmente, os/as musicoterapeutas atuantes em alguns casos fizeram formação em outro país, ou o país ofereceu a formação em Musicoterapia durante um tempo, mas não oferece mais.

Tabela 2

Panorama geral da Musicoterapia na América Latina

País	Musicoterapeutas residentes no país (quantidade aproximada)	Formação
Argentina	Entre 3500 e 4000	Graduação.

		Oferecida em 05 Instituições de Ensino Superior (IES).
Bolívia	Entre 15 e 20	Não há formação em Musicoterapia no país Graduação e/ou especialização.
Brasil	Aproximadamente 3 mil ¹³	06 IES Graduação 04 IES Especialização. Mestrado
Colômbia	122	01 IES Especialização
Chile	65	02 IES
Costa Rica	04	Não há formação em Musicoterapia no país
Equador	08	Não há formação em Musicoterapia no país Mestrado.
México	As pessoas e instituições acessadas não souberam informar.	01 IES.
República Dominicana	07	Não há formação em Musicoterapia no país Graduação
Uruguai	34 associados (incluindo estudantes)	01 IES
Venezuela	15	Não há formação em Musicoterapia no país

¹³ Dados parciais de um levantamento de quantitativo de musicoterapeutas formados no Brasil, realizado no início de 2019 pela Comissão de Políticas de Organização Profissional — POP, vinculada à União Brasileira das Associações de Musicoterapia

Cuba	15	Não há formação em Musicoterapia no país
Panamá	02	Não há formação em Musicoterapia no país
Peru	12	Não há formação em Musicoterapia no país
Paraguai	01	Graduação

Interessante notar que algumas das pessoas por nós entrevistadas denunciaram uma insuficiência de perspectivas sociais e/ou comunitários em suas formações. Um musicoterapeuta chileno, por exemplo, comenta que em sua formação a base social e comunitária foi extremamente escassa, levando-o a estabelecer sua própria forma de atuar e provocando-o a se dedicar em estudar o que tem sido feito nesse sentido em outros países latino-americanos.

No Brasil, uma musicoterapeuta entrevistada comentou o quanto a formação na capital paulista foi voltada para uma perspectiva biomédica e o quanto teve dificuldade para encontrar professores/as dispostos a orientar o desenvolvimento de pesquisas de cunho social e comunitário.

Tal informação torna-se relevante ao pensar em dados como os apontados na pesquisa de Fabrícia Santana (2016, p. 111), que entrevistou dez musicoterapeutas brasileiros/as que atuam na área da Assistência Social e pôde concluir que

os participantes não conheciam a Musicoterapia Comunitária com propriedade [...]. Alguns participantes associam esta falta de conhecimento sobre a MTC (Musicoterapia Comunitária) com a atual formação do musicoterapeuta brasileiro, pois os cursos de formação comentados priorizam outras abordagens, como saúde e educação.

No México, a musicoterapeuta entrevistada conta que fez sua formação em Musicoterapia em Bogotá porque buscava uma perspectiva mais social. Ao retornar para o México, na tentativa de validar seu diploma, alegaram que a formação dela era totalmente distinta da formação oferecida no México e disseram: “você não sabe o que necessitamos que saiba” (Donají, entrevista pessoal, 09 de outubro de 2018). Assim, até o momento da concessão da entrevista, a musicoterapeuta estava em processo de negociação para tentar validar seu diploma de musicoterapeuta no país.

Vale comentar que ao acessar um musicoterapeuta na República Dominicana, ao perguntar-lhe se havia musicoterapeutas sociais e/ou comunitários em seu país, o mesmo responde questionando o que é um/a musicoterapeuta social.

Analisamos que a denúncia da insuficiência de subsídios para a formação de uma perspectiva social e comunitária em Musicoterapia afeta diretamente a forma de trabalho das pessoas entrevistadas e impacta na quantidade de musicoterapeutas que adotam essa perspectiva para trabalhar. Interessante notar que, nas falas das pessoas entrevistadas, encontramos uma constante preocupação, advinda de suas realidades de trabalho, com situações de vulnerabilidade e desigualdade social, nos levando a uma reflexão sobre como a formação tem contribuído para a atuação dessas pessoas nesses múltiplos contextos.

Espaços, parcelas da população e objetivos

Dos fazeres musicoterápicos que vêm acontecendo na contemporaneidade, tivemos notícias de trabalhos que, na perspectiva das pessoas entrevistadas, estão mais inclinados para uma perspectiva social e comunitária da Musicoterapia do que convencional. Esses fazeres têm adentrado múltiplos espaços, a partir da criação de diferentes objetivos com diversas parcelas da população.

A partir das informações produzidas nas entrevistas, tomamos conhecimento de que a Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina tem passado a compor os seguintes espaços de atuação: Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, casas de acolhimento e apoio a mulheres em situação de violência, centros de cidadania da mulher, Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), centros de convivência/ comunitários, centros de referência do idoso, comunidades, espaços públicos diversos, escolas públicas, escolas para pessoas com deficiências, casas, praças, tribunais, hospitais públicos, centros educativos, escola de arte para pessoas idosas, centros de atenção primária à saúde, jardins de infância e refeitório comunitário¹⁴.

Desigualdades e múltiplas vulnerabilidades aparecem como uma tônica em se tratando dos contextos trabalhados e demandas acolhidas em território latino-americano. Compreendemos que a vulnerabilidade social diz respeito aos processos de fragilização de vínculos e pertencimento social, acesso reduzido à informação, educação e serviços,

¹⁴ O termo utilizado em espanhol para o tipo de espaço utilizado para os encontros de Musicoterapia dentro da Ocupação por moradia é *comedor*.

prejudicando assim a apropriação e garantia de direitos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012). Por múltiplas vulnerabilidades compreendemos a privação de direitos humanos, processos de exclusão e marginalização, pessoas com vínculos sociais e familiares fragilizados e/ou rompidos, contextos de violência, entre outros.

Os/as musicoterapeutas entrevistados/as trabalham com diferentes parcelas da população, tais como pessoas em situação de vulnerabilidade, adolescentes que cometeram ato infracional, pessoas idosas, usuários/as de serviços de atenção psicossocial, pessoas em situação de rua, moradores/as da comunidade em geral, crianças de ensino regular, jovens com deficiência que frequentam centros de convivências, povos originários, famílias, pessoas vítimas de violência do Estado, trabalhadores e/ou moradores/as de zona rural.

Em linhas gerais, a partir das entrevistas, observamos que os/as musicoterapeutas trabalham com diferentes experiências musicais: escutando, cantando, tocando, improvisando, explorando livremente as possibilidades sonoras dos instrumentos ou do próprio corpo. Em Musicoterapia, o termo experiência musical é comumente usado para marcar “a música em interação com o(s) sujeito(s) que a produz(em), dando também um lugar de valor ao processo do fazer musical além de somente ao produto artístico resultante” (Arndt, 2015, p. 69).

Dentre os objetivos mencionados, identificamos uma aposta em experiências musicais como mediadora de encontros pois, tomando emprestadas as expressões utilizadas pelas pessoas entrevistadas, tais experiências podem: promover bem-estar, promover saúde, criar processos de enfrentamento e resistência, estimular e ampliar a capacidade de ação e escolha, contribuir para a criação e/ou fortalecimento de vínculos/relações, investir em qualidade de vida, contribuir na luta por garantia de direitos humanos, prevenir¹⁵, promover alianças afetivas transformadoras que agenciem novas formas de estar no mundo, promover espaços de participação social, promover o empoderamento, criar identidade coletiva, gerar encontros e promover espaços para que os/as participantes sintam-se pertencentes de um coletivo.

¹⁵ No sentido explicitado por uma das entrevistadas: “utilizamos [atualmente] a musicoterapia preventiva como um possível dispositivo dentro da musicoterapia social. [...]. Então, se vou trabalhar dentro do preventivo é porque analisei, visualizei no meu projeto de musicoterapia preventiva ou no projeto de musicoterapia comunitária junto com a vizinhança [...] uma problemática que desejo prevenir. Então vou fazer meu projeto dentro dessa problemática que quero sensibilizar, problematizar, conscientizar a esta população sobre este problema” (Patrícia Pellizzari, entrevista pessoal, 24 de maio de 2017).

Uma informação importante é que algumas pessoas entrevistadas disseram que compreendem que o trabalho da Musicoterapia pretende investir em projetos de vida/ expectativas sobre o futuro/ aspirações. Uma das entrevistadas nos conta que compreende a pobreza coadunada à “falta de sonhos, falta de expectativas” (Andréa, entrevista pessoal, 04 de setembro de 2017).

Essa dobra no curso natural da Musicoterapia, nos permite tensionar inclusive a forma como compreendemos o empoderamento e a transformação do social, significantes contidos em muitas das falas que analisamos.

Há no atual imperativo vigente *empodere-se!* uma lógica individualista e autossuficiente, nos dando a impressão de que cabe ao sujeito, por si mesmo, uma superação de condições que limitam sua existência. Adotando essa máxima, incorremos ao risco de corroborar com práticas tão operantes na contemporaneidade que promovem a ideia de que precisamos conquistar o sucesso e de modo solitário. Ou que, por outro lado, fixam relações de poder ao alegar que alguém pode empoderar outrem. Na voz de uma musicoterapeuta brasileira: “Ninguém empodera ninguém. Ninguém dá voz a ninguém” (Raquel, entrevista pessoal, 11 de junho de 2018).

Compreendemos que os processos de emancipação são os movimentos que geram fissuras nas ordens postas, por meio da verificação da condição de igualdade de inteligências do humano e, dessa forma, podem apontar para outros possíveis (Rancière, 2014). A emancipação é, portanto, a superação da lógica do embrutecimento. Ou seja, processos de emancipação preveem uma denúncia de um dano sentido por uma parcela da população que historicamente não foi contada como igual na partilha do comum e, também, a abertura de ficções para outros campos de possibilidade (Rancière, 2002). Com isso, não traduziríamos que o que se pretende na Musicoterapia Social Comunitária é a transformação do social. Antes, é a promoção de ações no cotidiano que perturbem sensibilidades cristalizadas, ou seja, as formas ordenadas de se ver, pensar e sentir o humano, e a partir daí, persegue o alargamento das possibilidades de existir dos sujeitos (Rancière, 2009; Sawaia, 2000).

Fazeres horizontalizados

No Brasil, pudemos conhecer o trabalho desenvolvido pelo ReconstruSom, um coletivo composto por seis musicoterapeutas residentes na cidade de São Paulo – SP. O ReconstruSom iniciou suas atividades em 2016 na ocupação por moradia Douglas

Rodrigues, zona leste da capital paulista e, de saída, estabeleceram uma relação de parceria com as pessoas da comunidade.

Ao iniciarem o trabalho na ocupação, levavam consigo suas experiências convencionais de Musicoterapia, acreditavam que o trabalho se daria em torno do acolhimento de um possível trauma nas crianças, após um grave incêndio ocorrido naquele território. No entanto, adotaram uma postura inclinada a conhecer as pessoas da comunidade, antes de proporem como se dariam os encontros. Buscaram construir laços, marcando interesse pelas formas de vida que ali se desenham. Quando o coletivo de musicoterapeutas apresentou à comunidade seu projeto

a comunidade se reuniu em uma assembleia e decidiram que a gente poderia entrar e fazer esse trabalho. Porque antes da gente entrar tinham ido várias ONGs, projetos de igreja, uma série de outros grupos e a relação não foi muito positiva, porque era sempre uma questão muito de caridade, de debates, decidir o que eles precisavam e de supostamente fazer o bem, mas não tinham um protagonismo da comunidade. Isso era uma coisa que a comunidade não gostava muito, eles tinham uma cultura de querer participar mesmo, de entender o que estava acontecendo e de deixar bem claro que não eram coitadinhos, pobrezinhos que não tinham o que comer (Elizabeth, entrevista pessoal, 16 de agosto de 2018).

Com essa abertura à criação de encontros em parceria com a comunidade, o ReconstruSom foi percebendo que o trabalho não estaria pautado no acolhimento e escuta de um sofrimento particularizado, motivado por um evento traumático. O coletivo de musicoterapeutas começou a se abrir para um envolvimento sobre as questões de abuso de poder policial, violência contra a mulher, questões políticas que envolvem a constante ameaça ao direito à moradia. Com isso, os/as musicoterapeutas do ReconstruSom passaram a, junto com as pessoas da comunidade, criar formas mais horizontalizadas de trabalho.

No momento da concessão da entrevista, o ReconstruSom mantinha as atividades naquela comunidade, mediando um encontro por semana com as crianças e jovens da comunidade, de modo voluntário. Uma das marcas do trabalho desenvolvido pelo ReconstruSom na Ocupação Douglas Rodrigues, que pudemos conhecer durante o dia que passamos pesquisando no cotidiano de trabalho com eles/as, é a forma como

adentram a comunidade, por meio de uma caminhada ou cortejo musical¹⁶. O cortejo musical é uma forma muito sensível de adentrar as vielas da comunidade, um convite acolhedor para que as crianças se unam ao ReconstruSom. Nas palavras de Francesco Careri (2013, p.51), o caminhar é “uma ação que, simultaneamente, é ato perceptivo e ato criativo, que ao mesmo tempo é leitura e escrita do território”.

No dia que acompanhamos o trabalho do ReconstruSom, percebemos que conforme as sonoridades do cortejo adentravam os espaços, as crianças iam surgindo, pulando porta a fora, chamando outras crianças pela mão. E não somente elas, alguns familiares acompanharam e o cortejo foi ganhando corpo, a sonoridade se intensificando, atraindo olhares curiosos e convocando sorrisos que já estão familiarizados com aquela presença. Nesse sentido, o cortejo passa a ser uma forma de intervenção urbana (Careri, 2013). É desta maneira que o ReconstruSom inicia o encontro:

[...] a gente passava por todas as vielas com os instrumentos em mãos chamando as crianças, e a gente fazia essa caminhada [...] nessa caminhada a gente ia cantando sempre as músicas, os nomes das crianças [...]. E aí esse processo de cantar o nome das crianças e cantar o nome da ocupação sempre foi um momento muito importante, a gente entendia que era um aquecimento para que as crianças se disponibilizassem para o resto das propostas. (Elizabeth, entrevista pessoal, 16 de agosto de 2018).

Pudemos experienciar o cortejo musical pelas vielas da comunidade, como um tipo de intervenção naquele espaço, transformando-o, tensionando-o:

o caminhar, mesmo não sendo a construção física de um espaço, implica uma transformação do lugar e de seus significados. [...] é uma forma de transformação da paisagem que, embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o significado do espaço e, conseqüentemente, o espaço em si, transformando-o em lugar. O caminhar produz lugares (Careri, 2013, p. 51).

A forma como musicoterapeutas chegam em uma comunidade já diz de uma compreensão que se tem de Musicoterapia e da perspectiva que adotam. O modo como o coletivo ReconstruSom convida as pessoas para a experiência carrega um outro mundo possível no campo de fazeres musicoterápicos. Quando olhares curiosos questionavam o

¹⁶ A experiência que pudemos ter no cotidiano de trabalho do ReconstruSom pode ser visualizada no episódio 4 do webdocumentário *Veredas: cenas da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina* (Arndt, 2019).

que o ReconstruSom pretendia, é na resposta aberta do coletivo que vemos a marca de um trabalho que é construído horizontalmente, em parceria com a comunidade.

Um fazer horizontalizado, tem como base uma postura que pretende superar os engendramentos que perpetuam as distâncias entre os lugares existenciais, que classificam, separam e hierarquizam o valor dos discursos (Rancière, 2002; Rancière, 2014). Portanto, o lugar de horizontalidade é, também, de certa forma, um lugar ignorante. Um/a musicoterapeuta orientado por essa perspectiva ignora as distâncias que pretendem separá-lo/a das pessoas com as quais trabalha e, assim, são promovidos espaços de verificação da igualdade de toda e qualquer pessoa partícipe no fazer musical (Rancière, 2002).

Durante a realização de nossa pesquisa no campo de cotidiano de musicoterapeutas colombianos viajamos até Bituíma - Cundinamarca¹⁷. O trabalho lá é realizado com crianças moradoras de zona rural e acontece dentro de escolas públicas, organizadas em classes multisseriadas. Não há transporte público que possibilite acesso até a localidade. Para conseguir realizar seu trabalho, o musicoterapeuta que conhecemos viaja de Bogotá até Bituíma semanalmente.

Algumas cenas que pudemos experienciar em Bituíma aconteceram em encontros mediados pela exploração musical. A exploração musical em Musicoterapia é descrita por Lia Rejane Barcellos (2016) como um momento de livre exploração das possibilidades sonoras, de ritmo, de timbre, de intensidade, andamento, podendo envolver formas não usuais de manuseio de instrumentos musicais. Podemos inclusive pensar que a exploração musical é a música de qualquer um, possível a toda e qualquer pessoa (Small, 1999; Aragon, 2019).

Nas cenas de exploração musical que acompanhamos em Bituíma, fez-se uma grande roda de participantes, todos/as sentados ao chão, cada um/a com algum instrumento sonoro-musical à mão, instrumentos convencionais ou criados coletivamente em encontros anteriores. Nesses encontros, um/a participante se colocava em pé, ao centro da roda e assumia temporariamente o papel de regente, utilizando gestos para indicar quais grupos de instrumentos gostaria que fosse tocado, com qual intensidade e andamento. Ao longo do fazer musical esses lugares trocavam, esses papéis mudavam. Durante esses encontros, por meio dessa forma de se fazer música, presenciamos a criação

¹⁷ A experiência que pudemos ter em Bituíma pode ser visualizada no episódio 2 do webdocumentário que *Veredas: cenas da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina* (Arndt, 2019).

do senso de coletividade/comum. Todos/as envolvidos/as na criação de um único tecido sonoro por meio da ocupação de lugares de liderança enleados, possíveis a qualquer um.

Quando os encontros são edificados por uma lógica que ignora as distâncias, essa modulação de postura é a chave que rompe com uma lógica que perpetua o embrutecimento: a afirmação constante da superioridade do conhecimento e da existência de uns/umas, em detrimento de outros/as.

É desse modo que o/a musicoterapeuta pode investir em encontros em que a produção imaginativa possa criar musicalmente, mas, não só isso, possa atestar a possibilidade de inventar também novos mundos. Podemos pensar todo e qualquer humano como ser capaz de criar, que carrega a história de suas experiências precedentes e extrai da concretude da vida presente, elementos que possibilitam, por meio da ficcionalidade, projetar-se a um devir (Vigotski, 1930/2014; Sartre, 1984; Maheirie, 2002; Maheirie & Zanella, 2017).

Práticas não convencionais

Um movimento semelhante pode ser encontrado em alguns/mas musicoterapeutas que atuam na Argentina. Durante a realização das entrevistas e de nossa pesquisa no cotidiano de trabalho, observamos uma travessia em busca de inauguração de outros possíveis dentro do campo da Musicoterapia. Para isso, notamos a disponibilidade de alguns/mas musicoterapeutas em renunciar às formas convencionais de prática, afastando-se muitas vezes de formas estabelecidas de ação e saber, levando-os/as inclusive a um trabalho de tensionamento do próprio nome da disciplina, ou, em muitos casos, criando outras formas de nomear o trabalho.

Uma das pessoas entrevistadas e que pudemos conhecer durante nossa pesquisa dentro de uma ocupação por moradia em Buenos Aires¹⁸, comentou que o coletivo de musicoterapeutas do qual faz parte não usa o nome de Musicoterapia para promover os encontros ou agregar interessados. Essa musicoterapeuta comentava que não tem pretensão de ser terapeuta das pessoas com as quais trabalha na comunidade. O coletivo com o qual atua cria diferentes nomes como “música e comunidade” ou “música e identidade”. O convite, nos conta Flávia, é para que a comunidade vá e faça música juntos e não para que vá fazer terapia.

¹⁸ A experiência que tivemos em Buenos Aires pode ser acompanhada no 3º episódio de nosso webdocumentário. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=rkfOBv56AQE>

Aqui [Argentina] por muito tempo existiu isto de respeitar o nome [Musicoterapia] porque isto nos outorgava maior dignidade por falar de algum jeito. Sou musicoterapeuta e faço musicoterapia. Segundo meu olhar, está na hora de superar isto. Já foi. Acho que tem um problema com a palavra musicoterapia porque tem a palavra terapia e não acho que a gente faça terapia nestes espaços. Então, quando trabalhamos nas *villas*¹⁹ nós mudamos o nome. Quando trabalhamos nas *villas* que é um espaço social e não um espaço de saúde. (Flávia, entrevista pessoal, 17 de maio de 2018).

A questão levantada por Flávia encontra ressonância nos pensares do musicoterapeuta norueguês Brynjulf Stige (2002; 2012), quando assinala a problemática contida em um termo que designa concomitantemente um campo de conhecimento/disciplina, uma profissão e uma prática. Para o autor, em outras áreas a confusão se dilui na utilização de nomes diferentes para cada uma dessas facetas. Para ilustrar o argumento, Stige nos leva a pensar que alguém formado em Musicoterapia (disciplina) é musicoterapeuta (profissão) e faz musicoterapia (prática), já alguém formado em Medicina (disciplina), torna-se médico (profissão) e pode, por exemplo, fazer uma cirurgia (prática). No último caso há três palavras distintas para definir disciplina, profissão e prática, diferente do caso da Musicoterapia.

Stige (2002) aponta a importância de compreendermos as condições históricas em que o nome Musicoterapia foi escolhido (Arndt & Maheirie, 2019), assinalando o contexto médico como grande influenciador em uma realidade de prática clínica que marca a gênese da estruturação da Musicoterapia como disciplina. Buscando tensionar o uso do termo terapia em Musicoterapia, Stige (2002, p. 181) abre uma seção do seu livro para a questão: mas, é Musicoterapia? (em se tratando da Musicoterapia Comunitária). Ao que responde: “Sim, é Musicoterapia, mas talvez não seja uma terapia”, tensão que dialoga com uma questão levantada por uma das pessoas entrevistadas: “Por que chamar de Musicoterapia a isso que não é Musicoterapia no sentido estrito da palavra?” (Cecília, entrevista pessoal, 18 de fevereiro de 2018).

Em nosso processo de produção de informações para esta pesquisa pudemos entrevistar alguns musicoterapeutas do Colectivo 85 e durante nossa pesquisa no cotidiano, acompanhamos o projeto desenvolvido por um de seus membros. Esse coletivo de musicoterapeutas comunitários residentes na cidade de Buenos Aires se reúne

¹⁹ Uma tradução possível para a palavra em espanhol *villa* é favela.

regularmente desde 2003 para discutir as ações que realizam individualmente e assim fortalecerem a construção de saber da Musicoterapia Comunitária. Em entrevista, um de seus membros comenta: “Quando começamos com o coletivo, foi uma necessidade nos reunir porque estávamos muito perdidos [...] nos perguntávamos ‘isto é musicoterapia?’ Então, ajudou muito nos reunir para poder entender que sim, é musicoterapia” (Gabriel, entrevista pessoal, 05 de dezembro de 2017). Em sua página na internet, o Colectivo 85 publicou um texto em que consta: “no nos sentimos incluidxs en esa nominación [Musicoterapia], no nombra nuestras prácticas y es también una contradicción terminológica: el constructo Musico-terapia-Comunitaria es un choque de teorías que hemos visto, son excluyentes” (Colectivo 85, 2013).

Ao retirarem as ações de cunho terapêutico da pauta, musicoterapeutas latino-americanos/as contribuem para que nos aproximemos cada vez mais do compromisso de ampliação do campo de possíveis. Ao romperem com uma forma convencional de pensar e fazer Musicoterapia tomam uma atitude radical em relação a sua filiação profissional, inscrevendo dessa forma uma nota de dissenso no campo de instituídos. O que notamos, no entanto, é que essa é uma perturbação necessária e cara, porque tensiona não somente a forma de pensar e fazer Musicoterapia, como necessariamente implica em uma perturbação nas pensabilidades, visibilidades e audibilidades que atravessam os contextos com/nos quais temos atuado.

Articulando diálogos

Por meio da promoção de visibilidade para esses outros fazeres, aqui compreendidos como cenas que perturbam o campo convencional da Musicoterapia, acreditamos ser possível inspirar um movimento de fortalecimento para a criação de uma Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina.

Com isso, podemos compreender que, de modo similar à trajetória da Psicologia Social, as práticas da Musicoterapia passam a investir em ações voltadas para processos de emancipação. À semelhança da Psicologia, a Musicoterapia necessita também criar formas outras de teoria e prática de modo a potencializar suas ações em cenários de desigualdade social. Por isso, acreditamos ser importante um diálogo com essa área de conhecimento, compreendendo o sujeito como um emaranhado complexo, não substancial, que cria e é criado a partir das relações, mediadas por elementos culturais,

instrumentos e signos, situados historicamente (Vigotski, 1924/ 2010; Vigotski, 1930/2014; Vigotski, 1934/ 1992), como uma multiplicidade de experiências.

Uma compreensão histórica e social do sujeito, que o entende sem rupturas entre razão e emoção, objetividade e subjetividade (Sawaia, 2009; Sawaia e Maheirie, 2014), nos parece interessante para as práticas da Musicoterapia construídas em contextos sociais e comunitários.

A partir das experiências da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina, percebemos que passam a figurar no campo de cotidiano de trabalho da Musicoterapia questões que já estão na pauta da Psicologia Social há tempos, como, por exemplo, a criação de estratégias de superação de uma lógica que classifica, subalterniza e normatiza, orientada por perspectivas particularistas e individualistas (Lane, 1984; 2006; Oliveira et al, 2011).

Com isso, aproximamos da Musicoterapia a compreensão de que a existência dos sujeitos se dá social e historicamente articulada, levando-nos a criar estratégias de trabalho e propostas teóricas que fortaleçam as ações que pretendem superar cenários de desigualdade, que compreendem que toda e qualquer forma de violentar um corpo e diminuir sua possibilidade de agir no mundo deve ser motivo de nosso interesse (Sawaia, 2006).

Para isso, torna-se importante uma apropriação e uma aposta, por parte de musicoterapeutas sociais e comunitários, em experiências que Sawaia (2014), sob uma ótica espinosana, irá chamar de ações comuns transformadoras. Quando pessoas passam a agir em comum, respeitando a multiplicidade de singularidades, fortalecem as interferências no campo do instituído. Podem, dessa forma, expandir não somente as maneiras individuais de pensar, sentir e agir, mas o fazem de modo a projetar luz sobre a possibilidade de toda e qualquer existência se alargar. Com tais ações coletivas, sujeitos se unificam de modo a atuar sobre o que têm em comum, atentando às formas de distribuição de partilha desse/nesse comum e é nesse cenário que assinalam cenas de perturbação, de modo a abrir no cotidiano uma outra ordem possível (Rancière, 1996).

Assim, a Musicoterapia passa também a investir no alargamento das possibilidades de participação social dos sujeitos com os quais trabalha, ignorando propostas reducionistas e dicotômicas. Passa a apostar na mediação de encontros que possibilitem o aumento das possibilidades de ação de toda e qualquer pessoa no cotidiano.

Considerações

Nosso objetivo com as análises descritas ao longo deste manuscrito foi perseguir formas de fortalecimento da Musicoterapia que nos interessam. Consideramos que alguns dos trabalhos que pudemos conhecer por meio desta pesquisa só foram e são possíveis pelo movimento de abertura dos/as musicoterapeutas a um trabalho horizontalizado e atento às demandas da comunidade. Foi no despir-se de uma certa roupagem convencional de Musicoterapia que novas formas de atuar têm se tornado possíveis. É nesse movimento de abertura de questões sobre o que está posto que se criam fissuras que podem possibilitar a invenção constante desse campo de saber e prática.

Constatamos que temos no cenário da Musicoterapia latino-americana construções de fazeres e saberes que não se limitam à execução de práticas convencionais e com isso traem a denominação de sua filiação. Esses/as musicoterapeutas têm inscrito dessa forma algumas notas que perturbam os estatutos vigentes e é justamente nesses atos disruptivos que reside a gênese do novo.

Algo que se evidenciou durante o processo de realização das entrevistas foi o quanto os fazeres, em linhas gerais, acontecem de forma isolada, de modo que dentro da própria comunidade de musicoterapeutas sociais e comunitários há um desconhecimento sobre o que tem sido feito, instigando-nos ainda mais a perseguir formas de criação de diálogo entre esses/as profissionais.

Consideramos esses fazeres, encarnados nas narrativas aqui apresentadas, como cenas de dissenso, denunciam o lugar menor que a perspectiva social e comunitária ocupa nesse campo de saber. Também porque, esses fazeres tão polêmicos, que renunciam ao uso do nome Musicoterapia na tentativa de superação de determinadas formas de ação, são discursos legítimos e constroem saberes e práticas para este campo de atuação e conhecimento.

Por fim, compreendemos este artigo como mais uma cena possível, composta de múltiplos atos e enquadres, que buscou tensionar os regimes postos pelos modos convencionais de se pensar e fazer Musicoterapia e, com isso, fortalecer os esforços em alargar o campo dos possíveis para a criação desses saberes e fazeres sociais e comunitários na América Latina.

Referências

- Aragon, L. (2019). *Improvisação livre: política da música e experimentação musical*. Curitiba: Appris.
- Arndt, A. (2015). “Mas, nós vamos compor?”: roda de música como experiência coletiva em um CRAS da região metropolitana de Curitiba. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis).
- Arndt, A. (Produtora). (2019). *Veredas: cenas da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina*. [Webdocumentário em vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/channel/UCkxyZ8O1R8VI00rtpnBLL3Q>
- Arndt, A., Cunha, R., & Volpi, S. (2016). Aspectos da prática musicoterapêutica: contexto social e comunitário em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 2(28), 387-395. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>
- Arndt, A., & Maheirie, K. (2016). O fazer musical coletivo em contexto socioassistencial. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 283-287). Florianópolis: Autor.
- Arndt, A., & Maheirie, K. (2019). Musicoterapia: dos fazeres biomédicos aos saberes sociocomunitários. *Rev. Polis e Psique*, 9(1), 54–71. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/80215/pdf?fbclid=IwAR3X31CAAB05PCKqmvKSkxQENePn7_U9bz2CxbHgYgSLfJlvwcBio21Gw
- Bakhtin, M. (2010). *Problemas da Poética de Dostoievski*. (5a ed., P. Bezerra. Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1929)
- Barcellos, L. (1994a). Musicoterapia Hoje. *Encontro latino-americano de Musicoterapia*. Recuperado de www.amtrj.com.br/
- Barcellos, L. (1994b). Políticas de Implementação da Musicoterapia na América Latina. Recuperado de: www.amtrj.com.br/
- Barcellos, L. (1994c). *Texto de Pré-encuentro*. Tema: menores infractores. Recuperado de www.amtrj.com.br/
- Barcellos, L. (2016). *Quaternos de Musicoterapia e Coda*. Dallas: Barcelona Publishers.
- Careri, F. (2013). *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G. Gili.
- Chagas, M. (2001). Musicoterapia e Comunidade. *I Congresso Latino-americano de Musicoterapia - III Encontro Latino-americano de Musicoterapia*, Buenos Aires.
- Chagas, M. (2007). Musicoterapia, Cultura y Identificaciones: por um conocimiento político? Yo tengo tantos hermanos que no los puedo contar? *III Congreso Latinoamericano de Musicoterapia, V Encontro Comitê Latinoamericano de Musicoterapia*. (pp. 19-21). Santiago: Autor.
- Chagas, M., & Millecco, R. (2000). Aplicação de técnicas musicoterápicas na capacitação de equipes multiprofissionais do Cemasi. *Boletim de pesquisa do Conservatório Brasileiro de Música- Centro Universitário*, 1, 3-6.

- Chagas, M., Brasil, C. & Cabral, B. (2019). Precisamos falar sobre política. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XX, 24, 72-90.
- Coletivo 85. (2013, 3 de outubro). *MusicoçTerapia?* Recuperado de <https://colectivo85.net/2013/10/08/musicoterapia/>
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS*. Brasília: Autor. Recuperado de <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Refer%C3%AAsncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logas-no-CRAS-SUAS.pdf>
- Costa, C., & Cardeman, C. (2008). História da Musicoterapia no Rio de Janeiro: 1955 a 2005. Recuperado de <http://www.amtrj.com.br/publicacoes/musicoterapia-no-rio-de-janeiro-1955-a-2005/>
- Faraco, C. (2009). *A. Linguagem e Diálogo. As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Lane, S. (2006). Avanços da Psicologia Social na América Latina. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 67-81). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Lapassade, G. (1983). Dialética dos grupos, das organizações e das instituições. In *Grupos, organizações e instituições* (pp. 227-253). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Maheirie, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, 13(7), 31-44.
- Maheirie, K. (2010). O músico, os processos de exclusão e relações grupais no trabalho acústico. In K. B. Macedo (Org.). *O trabalho de quem faz arte e diverte os outros* (pp. 265-271). Goiânia: Ed. da PUC Goiás.
- Maheirie, K. et al. (2012). Coletivos e relações estéticas: Alguns apontamentos acerca da participação política. In C. Mayorga, L. Castro, & M. Prado (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (pp. 143-167). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Maheirie, K., & Zanella, A. (2017). Imagination and creative activity: ontological and epistemological principles of Vygotsky's contributions. In C., Ratner & D. Silva (Orgs.), *Vygotsky and Marx. Toward a Marxist Psychology* (pp. 161-172). Routledge, London and New York.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Orientações técnicas sobre o PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Autor. Recuperado de <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Tipificacao.pdf/view>
- Oliveira, I. et al. (2011). A prática psicológica na Proteção Social Básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23 [número especial], p. 140- 149.
- Pavlicevic, M. (2004). Learning from *Thembaletu*: Towards Responsive and Responsible Practice in Community Music Therapy. In M., Pavlicevic & G. Ansdell (Orgs.), *Comunnity Music Therapy* (pp. 35-47). Londres: Jessica Kingsley Publishers.

- Pavlicevic, M., & Ansdell, G. (2004). *Community Music Therapy*. Londres: Jessica Kingsley Publishers.
- Pereira, W. (2008). *Nas trilhas do trabalho comunitário e social. Teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Editora Vozes.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2002). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rancière, J. (2009b). *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2010a). A estética como política. *Devires – Cinema e Humanidades*, (7)2, 14-36.
- Rancière, J. (2014a). Político, política, identificação, subjetivação. In *As margens do político* (pp. 69-76). Lisboa: KKYM.
- Rancière, J. (2014b). *El Metodo de la Igualdad: conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Santana, F. S. (2016). *A musicoterapia na política nacional de assistência social*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia).
- Sartre, J. P. (1984). *Questão de Método*. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Sawaia, B. (1999b). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.), *As Artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. (2000). A emoção como locus de produção do conhecimento - Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo 164 com Espinosa. In *II Conferência de Pesquisa Sócio-cultural*. Recuperado de <https://www.fe.unicamp.br/br2000/indit.htm>
- Sawaia, B. (2006a). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 157-168). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e Desigualdade Social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. & Maheirie, K. (2014). A Psicologia Sócio-Histórica: Um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26 [editorial número especial 2], p. 1-3.
- Small, C. (1999). El musicar: um ritual em el espacio social. Conferencia pronunciada en el III Congreso de la Sociedad Ibérica de Etnomusicología. (Benicàssim, 25 de mayo de 1997). *Revista Transcultural de Música*, Barcelona, 4. Recuperado de: <https://www.sibetrans.com/trans/articulo/252/el-muscar-un-ritual-en-el-espacio-social>
- Spink, M. J. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 7-14.
- Spinoza, B. (2013). *Ética*. (T. T. Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Obra original publicada em 1663)

- Stige, B. (2002). *Cultured centered Music Therapy*. Dallas: Barcelona Publishers.
- Stige, B. & Aarø, L. (2012) *Invitation to Community Music Therapy*. New York: Routledge.
- Vigotski, L. S. (1992) Pensamiento y Palabra. In *Obras Escogidas II*. Madri: Visor Distribuciones. (Obra original publicada em 1934)
- Vigotski, L. S. (2010). A educação estética. In *Psicologia Pedagógica*. (pp. 321-345, 3ª ed., P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1924)
- Vigotski, L. S. (2014). *Imaginação e criatividade na infância*. (1ª ed., J. P. Fróis, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1930)

ARTIGO 03 – Musicoterapia Social e Comunitária e processos de subjetivação política

Resumo: Este artigo apresenta reflexões e análises sobre a Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina e apresenta alguns deslocamentos na posição de musicoterapeutas que podem possibilitar alargamentos no campo de possíveis, tanto no âmbito da Musicoterapia Social e Comunitária como no campo de existência das pessoas. As informações que aqui analisamos foram construídas por meio de entrevistas e pesquisa no cotidiano de trabalho de musicoterapeutas latino-americanos/as. Acreditamos que alguns deslocamentos da posição de musicoterapeutas podem impulsionar a criação de processos de subjetivação política. A partir da perspectiva de Jacques Rancière, compreendemos que é por meio de processos de subjetivação política que lugares identitários podem ser tensionados, perturbando assim as formas de pensabilidade, audibilidade e visibilidade operantes nos cotidianos com os quais temos trabalhado. Por fim, apresentamos a possibilidade da criação artística no processo de alargamento das possibilidades de ser, pensar e agir, não somente no campo de atuação de musicoterapeutas como, também, na vida de toda e qualquer pessoa.

Palavras-chave: Musicoterapia social e comunitária; subjetivação política; música.

Introdução

Este artigo apresenta um olhar sobre as ações de musicoterapeutas no processo de criação e fortalecimento de uma Musicoterapia de base social e comunitária na América Latina. Neste texto, vamos discutir sobre alguns deslocamentos nas posições de musicoterapeutas, que podem acontecer por meio de processos de desidentificação com o lugar clássico de musicoterapeuta e de uma *identificação impossível*²⁰ com a existência das pessoas com as quais trabalham. A travessia desses processos de desidentificação/identificação impossível pode impulsionar a abertura de um terceiro momento, que diz sobre adotar uma postura apta a contribuir no processo de alargamento no campo de possibilidades, em um duplo sentido. Em se tratando da ampliação das possibilidades de se pensar e fazer Musicoterapia e também no sentido de calcar como objetivo do trabalho a mediação nos processos de ampliação das possibilidades de ser, pensar e sentir no cotidiano das pessoas partícipes.

²⁰ *Identificação impossível* é conceito proposto pelo filósofo contemporâneo Jacques Rancière (2014a) e será desenvolvido no corpo deste texto.

A Musicoterapia é um campo de saber e prática que desde a metade do século passado tem investido no processo de construção de conhecimento. Durante essas poucas décadas de história, musicoterapeutas têm atuado em diversos espaços, com distintas parcelas da população e criado diferentes caminhos para os múltiplos objetivos construídos. Apesar de uma trajetória marcada pela ênfase em práticas de cunho individualista e orientado por um paradigma biomédico, desde a década de 1990 constatamos que há no campo da Musicoterapia um crescente de práticas que partem de uma perspectiva social e comunitária (Oselame & Carvalho, 2013; Cunha, 2016; Arndt, Cunha & Volpi, 2016; Arndt & Maheirie, 2019). Tal entrada tem impulsionado a criação e fortalecimento de uma comunidade de musicoterapeutas sociais e comunitários que têm investido em outras formas de pensar e fazer Musicoterapia.

Na América Latina, a Musicoterapia Social e Comunitária ganha mais corpo a partir dos anos 2000, ainda que encontremos iniciativas de trabalhos sob essa perspectiva desde a década de 1990. Atualmente, de modo geral, dos trabalhos que pudemos conhecer durante a realização desta pesquisa, a maior parte deles atua com parcelas da população em situação de múltiplas vulnerabilidades. Ou seja, em situação de privação de direitos humanos, processos de exclusão e marginalização, vínculos sociais e familiares fragilizados e/ou rompidos, violências, entre outros.

Em nosso ponto de vista, a Musicoterapia Social e Comunitária é um campo de saber e prática que assinala a condição criativa do humano e aposta que, a partir da ampliação das possibilidades de construir objetivações artísticas musicais, também o campo de ampliação das possibilidades de (re)criar a existência se alarga.

Com a motivação de perseguir como têm sido criados os caminhos de desenvolvimento de uma Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina é que realizamos entrevistas com alguns/as musicoterapeutas e participamos de seus cotidianos de trabalho.

Durante o processo de construção de informações, tivemos a oportunidade de conhecer muitos trabalhos que têm acontecido em território latino-americano e que adotam perspectivas sociais e comunitárias de saber e prática. Diante das experiências que pudemos ter e das informações que construímos na travessia da pesquisa, analisamos que há nesses fazeres uma preocupação com as formas de audibilidade e visibilidade operantes nos contextos das pessoas com as quais os/as musicoterapeutas trabalham e também uma inclinação ao investimento nas relações das pessoas como possibilidade de alargamento da existência. Com isso, criamos uma linha temática para este artigo, que

tratará de perseguir uma compreensão sobre alguns deslocamentos na posição dos/as musicoterapeutas que podem potencializar as experiências musicais em Musicoterapia de modo a contribuir para o tensionamento de lugares cristalizados e assim, promover alargamentos nas fronteiras dos possíveis.

Método

O desenho que adotamos para esta pesquisa se inspira numa abordagem qualitativa, que busca perseguir a criação de novos possíveis (Paulon e Romagnoli, 2010). Adotamos diferentes procedimentos para construção de informações, tais como a realização de entrevistas abertas com questões norteadoras e a observação no cotidiano de trabalho de musicoterapeutas que atuam na Argentina, na Colômbia e no Brasil.

Neste artigo nos dedicamos de modo mais aprofundado ao processo de análise das informações construídas a partir das entrevistas realizadas com 59²¹ musicoterapeutas de diversos países da América Latina. A realização foi de modo individual, por meio de chamadas de vídeo/áudio no Skype e/ou WhatsApp, ou respondidas por escrito e enviadas por e-mail, quando a pessoa entrevistada assim desejou. Realizamos apenas uma entrevista de modo presencial, com o ReconstruSom, um coletivo de musicoterapeutas comunitários que atua na cidade de São Paulo. Todas as entrevistas foram transcritas e as realizadas em espanhol foram também traduzidas para o português.

A etapa de pesquisa no cotidiano de trabalho de musicoterapeutas envolveu a permanência de uma das pesquisadoras durante uma semana em Bogotá, na Colômbia, acompanhando o trabalho desenvolvido por um musicoterapeuta com crianças em escolas de zona rural, em uma instituição que acolhe crianças e jovens que sofreram violação de direitos e acompanhando uma dupla de musicoterapeutas que trabalha com pessoas que viveram experiências de conflito armado. Em Buenos Aires, na Argentina, durante uma semana acompanhamos trabalhos da Musicoterapia Social e Comunitária realizados em centros de convivência, escola pública e ocupação por moradia. Realizamos também o acompanhamento de um dia de trabalho do coletivo ReconstruSom, na cidade de São Paulo, dentro de uma ocupação por moradia.

²¹ As pessoas entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética. Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: 78435617.1.0000.0121. As pessoas entrevistadas aqui mencionadas, assinaram também um documento adicional, autorizando o uso de seus nomes verdadeiros nesta pesquisa.

As experiências de pesquisa no cotidiano de trabalho de musicoterapeutas na América Latina ocuparão nesta escrita um lugar coadjuvante, mas não menos importante, uma vez que foi por meio dessas aproximações presenciais que nosso campo de conhecimento sobre a Musicoterapia Social e Comunitária pôde ser alargado.

Nosso processo de construção de informações e análise assumiu uma inspiração nas propostas do Método da Igualdade, de Jacques Rancière (2009; 2014a). Com isso, escolhemos pensar o método como um caminho criado pelo/a pesquisador/a, que dá notícias do lugar em que se está e o projeta para os lugares para os quais deseja ir, no entanto, sem marcar a absoluta previsibilidade do destino. Assumir essa inspiração nos aproximou de uma postura que pretendeu suspender, ainda que temporariamente, a distribuição hierárquica das existências e dos saberes. Em seu método, encontramos uma proposta de mundo pautada em uma disposição igualitária das capacidades, buscando assim “borrar as distâncias entre os níveis de discursos” (Rancière, 2014b, p. 130). Compreendemos que o Método da Igualdade prevê a criação de cenas polêmicas, capazes de levantar suspeitas diante do convencionalmente posto.

Em nosso processo de análise pudemos perceber uma inclinação de alguns/mas musicoterapeutas latino-americanos/as para pensar as questões de audibilidade e visibilidade que permeiam os contextos nos quais trabalham. De igual modo, notamos que há uma aposta em comum: a de criação e fortalecimento de relações como forma de inauguração de outras possibilidades para o ser, pensar e agir. Sendo assim, nosso foco neste trabalho é voltar nosso olhar para o coletivo.

Neste artigo, ao invés de trabalharmos somente com aquilo que mais nos sobrevêm, que é mais recorrente nas informações que construímos, nos lançamos em busca dos atos insólitos. Com isso, buscamos apontar alguns deslocamentos no trabalho de musicoterapeutas na América Latina, os quais têm possibilitado promover encontros, mediados por fazeres musicais, capazes de tensionar os lugares postos e, assim, contribuir para invenção de margens mais alargadas para a existência, tanto em âmbito singular, quanto coletivo.

A partir da criação de uma narrativa sobre tais aspectos dos saberes e fazeres da Musicoterapia em contextos comunitários e sociais na América Latina, pretendemos colaborar com o movimento de criação de cenas dissensuais no campo estabelecido da Musicoterapia, buscando, por meio do tensionamento com o que está posto, projetar outros possíveis. De igual modo, nos interessa lançar luz às questões que permeiam as ações coletivas.

Resultados

A entrada de perspectivas sociais e comunitárias em Musicoterapia convoca questionamentos e, conseqüentemente, move uma parcela de musicoterapeutas a um afastamento de um lugar convencional de prática. Ao atravessar esse exercício de pôr em questão o lugar tradicional de musicoterapeuta, notamos que se instaura um movimento de lançar-se em busca de outros lugares possíveis para se teorizar e fazer Musicoterapia.

Os encontros que pudemos ter, as sonoridades que experienciamos, os diferentes chãos que pisamos, as várias narrativas que lemos encarnam formas de criar saberes e fazeres sociais e comunitários em Musicoterapia. No entanto, a concretude dos encontros, a potência dos fazeres musicais coletivos se objetivam a partir da disposição dos corpos nesse cenário. Interessa-nos tecer um olhar inicial para como tem sido a postura desses/as musicoterapeutas diante dos desafios evocados por atuações em contextos sociais e comunitários. Nosso intento é analisar tais movimentos e perscrutar ações que possam alimentar processos de subjetivação política.

Compreendemos o conceito de subjetivação política como o meio pelo qual são postas em questão as formas sensíveis de se partilhar o mundo comum, apontando para desvios possíveis no curso normativo do cotidiano (Rancière, 1996; 2010a). Para que processos de subjetivação política aconteçam, é necessário haver dois movimentos. Um é de desidentificação com o lugar identitário convencionalmente posto e com o lugar de saber hierarquicamente marcado. O outro movimento prevê um lance de identificação impossível, com a existência de sujeitos que historicamente são contados como inferiores, subalternos. O processo de subjetivação política é orientado por uma lógica de igualdade de capacidades, e persegue a ampliação das formas de ser, pensar e agir, de toda uma identidade mais ampla, compreendendo que

toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela. (Rancière, 2010a, p. 48).

Inicialmente, buscamos neste artigo visualizar movimentos nas posições de musicoterapeutas latino-americanos/as que consideramos serem relevantes para impulsionar processos de desidentificação com o lugar convencional de musicoterapeuta.

Movimento de desidentificação

Ao transitar por esses deslocamentos, musicoterapeutas têm se desidentificado com a definição clássica do ser musicoterapeuta, aquele narrado como “alguém que toma o compromisso de ajudar um cliente com uma meta relativa à saúde através da música” (Bruscia, 2016, p. 56). Durante entrevista, uma musicoterapeuta comenta: “o que eu digo é que eu sou musicoterapeuta, mas, não faço terapia” (Cecília, entrevista pessoal, 18 de fevereiro de 2018). Com isso, alguns/as musicoterapeutas se sentem impulsionado/as a adotarem um posicionamento “o mais afastado de pretensões para com o outro [...] sem pretensões do que quero que o outro faça [...] afastada das pretensões de que o outro seja o que eu quero que seja” (Flávia, entrevista pessoal, 17 de maio de 2018). Consideramos esse primeiro recuo um passo importante no processo de se despir de estatutos convencionalmente postos para esse lugar de musicoterapeuta. Mas, não só isso. É importante que sejam impulsionados lances de desidentificação com lugares de saber hierarquicamente posicionados, é necessário não se reconhecer em um lugar de superioridade em relação ao outro.

Por meio do processo de renúncia de ocupação de um lugar clássico de musicoterapeuta e de um lugar de saber superiorizado, é importante refletimos sobre “*como* eu entro na comunidade e permito me impregnar pelos sons, os cheiros, os ritmos, as formas de falar, as culturas” (Flávia, entrevista pessoal, 17 de maio de 2018, grifo nosso). Com isso, a questão que nos interessa não é tanto sobre o trabalho acontecer dentro de uma comunidade e não em um consultório, por exemplo, mas sim, o que nos instiga é pensar sobre os modos de estar, de sentir, de pensar, de agir dos/as musicoterapeutas, pois é a composição desses elementos que irá desenhar uma posição com margens mais alargadas, ou não, para a criação de saberes e fazeres em Musicoterapia.

Nas palavras de Donají, musicoterapeuta que reside e trabalha no México, “ser musicoterapeuta [...] é uma atitude” (entrevista pessoal, 09 de outubro de 2018). A palavra atitude nos remete a uma forma de dispor o corpo no desenho das relações estabelecidas, uma postura em relação ao campo do sensível, ou seja, em relação às formas reguladas de se pensar, sentir, escutar e ver o humano.

O primeiro movimento se encarna, portanto, nesse processo de desidentificação com o lugar convencionalmente posto, relevante para a processo de alargamento das possibilidades de se fazer e pensar Musicoterapia.

Movimento de identificação impossível

Consideramos que outro deslocamento nesse processo de alargamento das possibilidades de se pensar e fazer Musicoterapia ocorre por meio de uma identificação outra. Ato importante na composição de um processo de subjetivação política.

Donají nos conta em entrevista que, quando iniciou a formação em Musicoterapia na Colômbia, decidiu adentrar de forma radical a comunidade que pretendia pesquisar:

o bairro me convocou [...] o bairro sou eu, por mais estudos que eu tenha, para mim, a rua é uma escola permanente, real. Em Soacha²² eu era parte de um coletivo [...] esse foi o lugar onde eu acreditei no trabalho comunitário. Embora seja verdade que o discurso, a literatura, a bibliografia em relação à musicoterapia são profundas, eu acredito na rua [...] os processos sociais, e as questões de justiça social é algo que me atravessa (entrevista pessoal, 09 de outubro de 2018).

Na narrativa de Donají, vemos um segundo movimento importante no processo de subjetivação política: o de lançar-se a uma outra identificação, uma identificação com um outro lugar, movimento nomeado por Rancière (2014a) de identificação impossível. Encontramos movimento semelhante na narrativa de uma musicoterapeuta que trabalha dentro de uma ocupação por moradia na cidade de São Paulo:

durante o processo a gente tinha diversas expectativas, ideias, planos e objetivos, e muito disso a gente foi vendo [...] não dava certo como a gente tinha programado, e o ponto principal é que não era um ambiente controlado, diferente de uma clínica ou de uma instituição [...]. Dentro da Ocupação a gente tinha um monte de elementos imprevisíveis [...] a maioria dos encontros acontecia no chão mesmo, nas vielas da comunidade, a gente colocava uma lona no chão e aí ia chamando as crianças, as crianças iam se reunindo [...]. A gente começou a entender que seria impossível trabalhar dentro dessa proposta e ao mesmo tempo estar isento ou ignorar a realidade política, social, daquele espaço. A gente entendeu que nosso trabalho, além de sermos musicoterapeutas, a gente tinha que ter um olhar mais amplo para essas questões de direitos humanos, para questão da política implantada, para tentar entender o que que já estava acontecendo lá (Elizabeth, entrevista pessoal, 16 de agosto de 2018).

²² Município que compõe a região metropolitana de Bogotá na Colômbia.

Nas palavras de Elizabeth, musicoterapeuta do ReconstruSom, fica explícito como a posição que ela adota junto à comunidade na qual trabalha possibilita que passe a figurar no cotidiano de trabalho a necessidade de uma implicação outra com as condições de existência que operam no território em que se atua. Há uma identificação com o campo de (im)possíveis que se constroem por meio das condições sociais, culturais, históricas vigentes no território, levando-a a constatar que “em alguns momentos a gente se via também como ativistas [...], a gente criou um vínculo tão forte de confiança da comunidade, que nos viam não só como musicoterapeutas, mas sim como parceiros da luta deles” (Elizabeth, entrevista pessoal, 16 de agosto de 2018).

Durante o dia que passamos acompanhando o trabalho do ReconstruSom, chamou nossa atenção a forma horizontalizada de se criar relações com a comunidade da Ocupação por moradia Douglas Rodrigues. Uma moradora que estava dentro de sua casa, ao perceber a chegada dos/as musicoterapeutas nas vielas do território, acomodou o rosto na janela, nos viu passando e nos convidou para o almoço. A moça que vende salgados fritos na barraca um pouco à frente chamou uma das musicoterapeutas pelo nome e comentou sobre o resultado das eleições, assinalando a luta que vem construindo em parceria: “*não deu, né? Mas vamos continuar lutando!*” (diário de campo, 04 de novembro de 2018). As crianças se aproximavam sorrindo e chamando alguns/mas dos/as integrantes do ReconstruSom pelo nome, uma musicoterapeuta comentou que uma das moradoras a convidou para tomar um café outro dia. Todos esses pequenos elementos nos dão notícias das relações horizontalizadas que ali têm se instaurado.

Nas narrativas de Donají e Elizabeth encontramos algumas cenas de uma identificação impossível. As musicoterapeutas não se tornam uma das pessoas da comunidade na qual atuam, mas perseguem um viver possível num entre mundos, assumindo um lugar de “sujeitos políticos no intervalo ou no hiato entre duas identidades” (Rancière, 2014b, p. 08).

Compreendemos que esses dois deslocamentos, a desidentificação e a identificação impossível, são elementos constituintes na criação de processos de subjetivação política. Com tais ações, lugares identitários podem ser postos em tensão e novos lugares podem passar a entrar em cena.

Tensionamentos possíveis

A aventura dessa travessia de deslocamentos identitários inclina o trabalho de alguns/mas musicoterapeutas a assumir um compromisso com a produção de novas margens, tanto para o campo da Musicoterapia quanto para o campo da existência coletiva. Por meio da criação de outros espaços possíveis para a vida se arquitetar e novos sonhos para gestar, a aposta dos fazeres passa a ser de que há possibilidade de “uma nova ordem, uma outra divisão do sensível” (Rancière, 2010, p. 36).

Com isso, a partir de nosso entendimento, há uma relevância ao admitir o conceito de partilha do sensível como nota importante a figurar no cenário da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina. Compreendemos o conceito de partilha do sensível a partir de Rancière (2009) como tendo um duplo lance, de um lado como se dá a participação em um mundo comum e, de outro, como acontecem as separações, ou seja, quem toma parte nos tempos e espaços e quais posições são ocupadas na arena cotidiana. Nas palavras de Rancière (2010, p. 21) a partilha do sensível diz dessa “distribuição e essa redistribuição dos lugares e das identidades, esse corte e recorte dos espaços e dos tempos, do visível e do invisível, do barulho e da palavra”.

A Musicoterapia pode, dessa forma, assumir o contexto social como sendo o palco em que se apresentam cenas que atestam lugares conflitivos, essa arena em que constantemente se opera um conflito de competências. Desse modo, podemos nos aproximar de um lugar de profissional que atua no campo do político, compreendendo-o como um campo de embate entre dois polos. Um, regido pelo pressuposto da igualdade, outro regido pelo mundo das instituições, da norma. Ao polo regido pela igualdade, Rancière chama política (Rancière, 2014b).

A igualdade, a partir de Rancière (2002), pode ser compreendida como axioma e não como projeto ideal. Todo sujeito é humano, portanto, o autor parte da igualdade das capacidades. Esse princípio de igualdade carrega as diferentes possibilidades de existir, caracterizadas por singularidades sociais, históricas, culturais e pode ser verificada. Podemos compreender a verificação da igualdade como um “instrumento articulador de nomes, lugares e posições em formas e relações não perceptíveis ainda, [...] não são necessariamente novas experiências, mas a alteração e a reconfiguração do campo no qual as experiências estão dadas” (Marques & Prado, 2018b, p. 51). Os atos de verificação da igualdade atestam que todo ser é portador de palavra, de *logos*, ainda que, por meio das configurações sensíveis instauradas, algumas palavras sejam escutadas como ruído e outras como voz. Afinal

[...] o *logos* nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolúvelmente a *contagem* que é feita dessa palavra: a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas percebida como barulho. (Rancière, 1996, p. 36).

De outro lado no campo do político está, portanto, o campo das governanças, do mundo normativo, das instituições, das leis, o espaço em que a distribuição dos corpos opera. A esse polo, Rancière chama polícia. Importante marcar que para o autor não há um juízo de valor entre os dois polos, um só existe em relação ao outro.

Durante a realização desta pesquisa, analisamos que algumas formas de se pensar e fazer Musicoterapia Social e Comunitária têm cada vez mais perseguido experiências emancipatórias. A partir de Rancière (2014a), compreendemos que os processos de emancipação envolvem a criação de atos que promovam ruptura na ordem posta, denunciando um dano sentido por uma parcela da população que sofre por não ter sido contada na partilha dos lugares legitimados, por não ter sido considerada como *igual*. Portanto, a “política, de fato, não é o exercício do poder, ou a luta pelo poder” (Rancière, 2010, p.20), a política acontece quando são criados atos de verificação da igualdade.

Com isso, podemos pensar que a atitude do/a musicoterapeuta, ou seja, a posição de seu corpo nas relações que cria, pode ser orientada pelo princípio de igualdade, qualificando toda e qualquer voz como portadora da capacidade de narrar/criar o mundo.

Propomos articular uma reflexão em torno do princípio de igualdade a partir da experiência narrada por um musicoterapeuta brasileiro:

“teve um ano que a gente conseguiu uma van, e eu levei dezoito jovens que nunca tinham visto o mar, e a gente fez quatro shows no litoral de São Paulo. Eles fizeram o show, e isso pra eles foi duma potência [...]. Eles diziam: *“é porque agora eu sou igual, eu estou me aproximando pra ser igual a todos, quase todo mundo que eu conheço já viu o mar, eu nunca tinha visto, agora eu já vi o mar também”*”. (André, entrevista pessoal, 10 de setembro de 2018).

A Musicoterapia pode, portanto, coadunar com a promoção de atos que verifiquem a igualdade de qualquer ser falante para com qualquer outro ser falante, e assim, investir na mediação de processos de emancipação. Com a afirmativa *“agora eu sou um igual”*, podemos ter alguma notícia sobre com as formas de distribuição dos corpos na partilha que opera o campo das sensibilidades na vida desses sujeitos. Ao tomar a igualdade como axioma, renunciamos a ideia de que é preciso conquistar um lugar de igualdade. Antes, é necessário atestar a igualdade que constitui o humano.

Marcamos, desta forma, que atuar no campo do político é investir na criação de espaços que permitam a verificação da igualdade como princípio, que reconhece cada um como qualquer um (Skliar, 2014), objetivando-se em um processo de reconhecimento do outro como humano, capaz de ocupar lugares que até então lhe foram negados (Rancière, 2014a). Assim, podemos perseguir a criação de experiências emancipatórias, em que os sujeitos se deslocam de seus lugares cristalizados em direção a outros possíveis. Em linhas gerais, a emancipação está “ligada ao acesso e à construção de um mundo comum” (Marques & Prado, 2018b, p.61).

Importante marcar que, para Rancière (1996; Marques & Prado, 2018a; 2018b), o comum é compreendido como estando em constante movimento, em um contínuo desenhar-se conforme as cenas de verificação de igualdade se criam, atestando quem tem parte no comum, qual parcela da população tem sua voz ouvida e validada na partilha da vida, e quem tem sua voz escutada como barulho. Assim, mais do que trazer à baila os sem parte, o que está em questão é “a apresentação sensível deste comum” (Rancière, 1996, p. 13). Ou seja, a construção de um em comum prevê o constante questionamento e um constante tensionamento sobre as fronteiras que delimitam os lugares e não lugares, atentando à “maneira como são repartidas as formas de exercício e controle do exercício desse poder comum” (Rancière, 1996, p. 20).

A criação artística e os fazeres de musicoterapeutas sociais e comunitários

No decorrer da realização desta pesquisa, analisamos que tais deslocamentos na posição de alguns/mas musicoterapeutas sociais e comunitários têm contribuído para a promoção de espaços mediados por fazeres musicais capazes de tensionar o sensível e os lugares identitários postos.

A partir das obras de Jacques Rancière, compreendemos que uma das formas da arte tocar a política é em sua abertura à possibilidade de ocupação de lugares outros, quando sujeitos destinados a ocupar *não lugares*, lugares não legitimados, lugares subalternizados, tensionam essa lógica e, assim, o campo de possíveis pode ser alargar. Um musicoterapeuta relata que um dos trabalhos que realizou em uma comunidade envolveu mediar a participação de um coletivo em um festival na Avenida Paulista:

Eles nunca tinham ido para a Avenida Paulista, que é uma avenida principal aqui em São Paulo. Então a gente conseguiu ir para a Avenida Paulista que era um Festival que eles iriam participar, eles participaram e ganharam o Festival. Foi

emocionante! A gente filmou, foi lindo, eles foram crescendo. Teve uma menina que através desse processo, ela entrou na USP (Universidade de São Paulo). Ela foi fazer ECA que é a Escola de Comunicação e Artes da USP. Agora ela conseguiu uma bolsa, está indo para Portugal [...] Ela é um marco na comunidade, ela virou um exemplo, ela é um totem (André, entrevista pessoal, 10 de setembro de 2018).

Um ponto interessante na cena acima é a articulação entre a ocupação de um espaço urbano a partir de um outro lugar, o de artista, com a expansão das possibilidades de inscrever desejos outros, relações outras com o território, projetos de vida alargados. Quando sujeitos se põem em questão e ousam pensar em um horizonte outro, ao sentirem-se a partir de outra posição possível, assinalam a capacidade de criação possível a todos/as e a qualquer um/a.

Compreendemos que uma das possibilidades de trabalho da Musicoterapia Social e Comunitária pode ser a de mediar processos para que os sujeitos possam se compreender como capazes de criar um mundo outro.

A possibilidade criadora do humano não se limita a alguns seletos sujeitos, na cotidianidade das pessoas “existem todas as condições necessárias para criar” (Vigotski 1930/ 2014, p. 05). Musicalmente isso pode se dar a partir da experimentação de diferentes combinações de elementos sonoro-musicais, em encontros de criação e partilha coletiva. Durante o fazer musical as pessoas podem criar melodias, (re)criar tecidos musicais já conhecidos, combinar diferentes timbres e ritmos, envolverem-se em um processo contínuo de fazer e (re)fazer.

A atividade artística extrai elementos da concretude da vida para, por meio da ficcionalidade, transformar tais elementos e, uma vez objetivados, voltam “outra vez à realidade, [...] trazendo consigo uma força ativa nova, capaz de transformar essa mesma realidade, fechando-se assim, o ciclo da atividade criativa da imaginação humana” (Vigotski 1930/ 2014, p. 20).

Na narrativa de um musicoterapeuta entrevistado, ele nos abre a seguinte questão: Quando a criança vem chegando com o instrumento e fala: "*deixa eu tocar?*", quantos sonhos ela está querendo tocar quando pede o instrumento pra gente?" (Fabiano Leal, entrevista coletiva, 04 de novembro de 2018).

Podemos pensar o ato de sonhar com uma produção imaginativa, que pode não se encerrar na produção artística-musical ali criada, antes, pode pôr em movimento a existência e as condições históricas ali operantes, afinal “a ficção fia mundos” (Costa,

2014, p. 553). Nosso olhar está, portanto, centrado nas formas possíveis de a vida se arquitetar em contextos em que parcelas da população são historicamente subalternizadas, invisibilizadas, emudecidas, mediando encontros potentes no processo de qualificar as vozes ouvidas como portadoras de *logos*, ou seja, portadoras de palavras, aptas a manifestarem e criarem a vida.

Nesse sentido, compreendemos que há uma potência quando os fazeres musicais coletivos conseguem extrapolar os limites de tempo e espaço do encontro e passam a afetar o cotidiano. Quando passam a atuar na concretude da vida de uma comunidade, as objetivações artísticas podem se inscrever como cenas que perturbam as formas de visibilidade, pensabilidade e audibilidade vigentes. André, musicoterapeuta atuante na capital paulista, conta-nos que, às vezes, as crianças e jovens com as quais trabalha lhe dizem:

"minha mãe me via como um marginal, como um vagabundo, daí ela me viu naquele show que a gente fez no dia das crianças". Então eu considero a apresentação externa um processo importante também, com esses jovens. De alguma forma a comunidade precisa saber o que está acontecendo [...] alguém vai olhar pra ele, vai admirar ele, vai ressignificar o olhar com ele (André, entrevista pessoal, 10 de setembro de 2018).

A arte pode perturbar o sensível e alargar não só a existência de um/a, mas sim, de toda e qualquer pessoa. Durante entrevista coletiva, uma musicoterapeuta afirma que o trabalho da Musicoterapia na Ocupação por moradia em que atua

É resgate também [...] de um lugar de fala. Eu acho que tem muito a ver [...] com os adultos perceberem a potência das crianças também, e dos jovens. E olharem para aqueles jovens e crianças como seres produtores também, de arte, de resistência, como força dentro da comunidade. Pensar aquilo como potência dentro da luta da comunidade (Elizabeth, entrevista coletiva, 04 de novembro de 2018).

Com isso, notamos que a implicação do trabalho está em promover encontros que criem cenas polêmicas, cenas de dissenso, que denunciam um dano sentido por uma parcela dos sem-parte, uma vez que, é no movimento de montagem e desmontagem das cenas que se tensiona as formatações, por meio da apresentação de novos reenquadres possíveis (Marques & Prado, 2018a).

Um musicoterapeuta entrevistado relata que ao trabalhar com jovens que cometeram ato infracional, recebia-os para o encontro e comumente escutava discursos

como “*sou menor de idade, sou preto, sou pobre*” e, ao longo dos encontros, pôde perceber um deslocamento no discurso dos jovens, quando o recebiam e comentavam “*o assistente social, o psicólogo, eles veem que eu sei fazer uma música, que consigo cantar. Mudou, agora as pessoas me olham diferente*” (André, entrevista pessoal, 10 de setembro de 2018).

É essa abertura para um mundo outro possível que torna a arte política. A arte tem essa potência, não por guardar mensagens políticas engajadas em si, mas, por provocar no espectador uma necessidade de resposta por meio das afecções da experiência estética, e, de igual modo, criar questões para o campo do vivido. Ou seja, não se encerra no ambiente particular de um sujeito, abre o campo de possíveis para toda e qualquer existência.

Por meio da criação artística, da ficção, o humano pode irromper para novos possíveis, deslocando lugares historicamente postos, uma vez que “a imaginação é o poder de criar formas, e a política é um assunto de imaginação [...] A imaginação entra em ação para construir, delimitar, organizar um espaço, dar outro ritmo ao tempo”. (Rancière, 2018, p.09). Com isso, o alargamento da existência se dá para além da vida do sujeito, reverbera, afeta o contexto, interfere no cotidiano, porque ao assinalar a expansão de sua possibilidade de existir, o faz não só a si e não o faz de modo solitário, marca a possibilidade de invenção que constitui a todos/as e a qualquer um/a.

Os contextos sociais e comunitários nos quais a Musicoterapia tem adentrado, podem se constituir como espaços de produção de conhecimento, agenciados pelos/as participantes, mediados pelo fazer musical. Assim, o ato de fazer música é uma experiência concomitantemente reflexiva e geradora (Blacking, 2007; Maheirie, 2003). É nessa abertura à ação que reside a potência da música. Por ser arte, a música pode mover atos, convocar respostas, perturbar posições. Assim, o fazer musical não somente retrata o real, transmite informações ou nos contagia com sentimentos. Para além disso, a arte pode dar outras formas aos sentimentos.

As experiências artísticas têm a potência de nos levar à destruição do sentimento, à transformação dele, e sua superação. Vigotski (1925/ 1998) chama esse processo de catarse, em que, por meio da vivência de um tipo de curto-circuito de emoções, presente na contradição entre forma e conteúdo da obra artística, poderá abrir para a ação, atuando no corpo e por meio dele no processo de lançar-nos a outras atividades criativas, no âmbito singular e coletivo.

O fazer musical é, portanto, uma atividade humana, complexa, que envolve aspectos relacionais, culturais, sociais, cognitivos, afetivos, volitivos e emocionais. É um tipo de atividade determinada e determinante do contexto, possibilitando a construção de diferentes significados e sentidos constituídos historicamente e culturalmente. Partimos de uma perspectiva sobre o fazer musical que o compreende como uma capacidade possível a todos/as, superando um pensamento que separa aqueles/as que fazem música dos/as que não são aptos/as para tal. Small (1998) afirma que tal cisão roubou nossa possibilidade de fazer música. No entanto, marcamos o fazer musical como possível a qualquer um/a (Aragon, 2019). Musicar é uma ação que acolhe múltiplas possibilidades de participação, todos podem tomar parte, envolverem-se, seja executando uma obra, seja escutando, todos/as juntos/as, em ato.

Fazer música é, portanto, uma ação dialética, que transita entre atos de subjetivação e objetivação. Por um lado, a arte é um trabalho de ficção, um trabalho imaginativo, por outro lado é também uma experiência concreta, material, que se encarna nos corpos. Por ser um trabalho imaginativo e inventivo, a experiência musical encontra a política, nessa abertura de criação de novas ficcionalidades, já que “a política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem “ficções”, isto é, rearranjos *materiais* dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer [grifo do autor]” (Rancière, 2009, p. 59).

A arte pode tensionar o sentir, perturbar o modo como os espaços e corpos são distribuídos, abrindo para a experiência de um tempo outro, em que se ignora as distâncias hierárquicas operantes, uma vez que “uma obra de arte vivenciada pode efetivamente ampliar a nossa concepção de algum campo de fenômenos, levar-nos a ver esse campo com novos olhos” (Vigotski, 1924/ 2010, p. 342).

Nesse sentido, compreendemos que o fazer musical, ou o ato de musicar²³, como proposto por Small (1998; 1999), é muito mais complexo do que considerar a música como um meio de comunicar emoções. O musicar se aproxima muito mais de um encontro em que, quando se experienciam diferentes formas de atuação, se experienciam também as relações de mundo, como imaginamos que são e como desejamos que venham a ser. Assim, na arte reside a possibilidade de “criação de situações adequadas para

²³ O termo original em inglês é *musicking*. Small (1998; 1999) propõe pensar que a música só se dá em ato, ou seja, o foco está no *fazer* musical, por isso, ele propõe tratar a música como verbo, e não como substantivo.

modificar nossos olhares e nossas atitudes em relação a esse ambiente coletivo” (Rancière, 2010, p. 18). Desse modo, a arte não somente provoca efeitos, ela cria afecções, interferindo no campo de possibilidades de ser, pensar e agir dos sujeitos. Há aí a marca que nos é cara, a possibilidade de projetar-se a outros possíveis. Compreendendo que quanto mais aberta a mover questões e respostas, mais potente se faz a arte (Rancière, 2010b; Vigotski, 1924/2010; Vigotski, 1925/1998).

Considerações

A arte não é uma esfera separada da vida. Há uma potência na arte pois ela pode tensionar lugares instituídos, provocando fissuras nas formas cristalizadas de ver, pensar e escutar o humano, interferindo assim na configuração sensível do território.

Ao transitarem pelos movimentos de desidentificação e identificação impossível, musicoterapeutas tomam uma atitude radical em relação ao seu campo de saber e prática e em relação às existências que partilham o mundo comum. Por meio desses movimentos constituintes dos processos de subjetivação política, as ações de musicoterapeutas na América Latina podem mediar encontros que perturbem os regimes postos de visibilidade, audibilidade e pensabilidade. Assim, argumentamos que determinados encontros, mediados pelo fazer musical, podem promover processos de emancipação, por possuírem a potência de tensionar lugares identitários, configurações sensíveis e, desta forma, promover atos de verificação da igualdade.

Consideramos que mesmo dentro do campo de ações e saberes de uma Musicoterapia de base social e comunitária os movimentos que lançam a processos de subjetivação política não estão claramente postos, o que nos moveu a trabalhar neste artigo não somente com os aspectos que mais emergem em nosso campo de interesse, mas sim, com essas pequenas fagulhas de movimentos que abrem a possibilidade de ampliar as formas de se criar Musicoterapia.

Com esta escrita, refletimos que os processos de subjetivação política podem ser experienciados por qualquer uma das pessoas envolvidas nos encontros, sejam as pessoas partícipes ou os/as musicoterapeutas, uma vez que, por meio de experiências que verifiquem o princípio de igualdade, alarga-se o campo de possíveis para todo/a e qualquer um/a.

Nosso desejo é que este artigo possa contribuir com o processo de composição de cenas potentes na perturbação do campo convencionalmente posto dos saberes e fazeres

musicoterápicos. Consideramos que a grande aposta da Musicoterapia sob uma perspectiva social e comunitária é mediar encontros em que as pessoas possam colocar em comum o desejo de viver outra vida, de sonhar e, quiçá, anunciem assim outros mundos possíveis.

Referências

- Aragon, L. (2019). *Improvisação livre: política da música e experimentação musical*. Curitiba: Appris.
- Arndt, A., Cunha, R., & Volpi, S. (2016). Aspectos da prática musicoterapêutica: contexto social e comunitário em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 2(28), 387-395. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>
- Arndt, A., & Maheirie, K. (2019). Musicoterapia: dos fazeres biomédicos aos saberes sociocomunitários. *Rev. Polis e Psique*, 9(1), 54-71. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/80215/pdf?fbclid=IwAR3X31CAAB05PCKqmvKSkxQENePn7_U9bz2CxbHgYgSLfJlvwcBio21Gw
- Blacking, J. (2007). Música, cultura e experiência. (A. K. M. Schouten, Trad.). *Cadernos de Campo*, 16(16), 201-218.
- Bruscia, K. (2016). *Definindo Musicoterapia*. Dallas: Barcelona Publishers.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, L. (2014). O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal, Revista de Psicologia*, 26 [número especial], 551-576. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1317>
- Cunha, R. (2016). Musicoterapia Social e Comunitária. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 55-60). Florianópolis: Autor.
- Maheirie, K. (2001). *“Sete mares numa ilha”: A mediação do trabalho acústico na construção da identidade coletiva*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Maheirie, K. (2003). Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. *Psicologia em Estudo* (8)2, 147-153.
- Maheirie, K., & Zanella, A. (2017). Imagination and creative activity: ontological and epistemological principles of Vygotsky’s contributions. In C., Ratner & D. Silva (Orgs.), *Vygotsky and Marx. Toward a Marxist Psychology* (pp. 161-172). Routledge, London and New York.
- Marques, A., & Prado, M. A. M. (2018a). O método da igualdade em Jacques Rancière: entre a política da experiência e a poética do conhecimento. *Revista Mídia e Cotidiano*, (12)3, 7-32.

- Marques, A., & Prado, M. A. M. (2018b). *Diálogos e dissidências. Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Appris.
- Onorio, A. (2012). *Musicoterapia Social: alternativa emancipadora de promoción de salud*. Ciudad Autónoma Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas.
- Oselame, M., & Carvalho, F. (2013). A pesquisa em musicoterapia no cenário social brasileiro. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV, 14, 67-80.
- Paulon, S., & Romagnoli, R. (2010). Pesquisar, Intervir, Cartografar: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 85-102.
- Pimentel, A., Barbosa, R., & Chagas, M. (2011). A musicoterapia na sala de espera de uma unidade básica de saúde: assistência, autonomia e protagonismo. *Interface. Comunicação, Saúde e Educação*, 15(38), 741-54.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2002). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rancière, J. (2009a). A few remarks on the method of Jacques Rancière. *Parallax*, (15)3, 114-123.
- Rancière, J. (2009b). *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2010a). A estética como política. *Devires – Cinema e Humanidades*, (7)2, 14-36.
- Rancière, J. (2010b). O espectador emancipado (D. Ávila. Trad.). *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*. 1(15), 107-122.
- Rancière, J. (2012). *O Espectador Emancipado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rancière, J. (2014a). Político, política, identificação, subjetivação. In *As margens do político* (pp. 69-76). Lisboa: KKYM.
- Rancière, J. (2014b). *El Metodo de la Igualdad: conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Rancière, J. (2017). O que me interessa é tentar pensar em formas de travessia, ao largo e em diagonal, em relação ao trajeto normal dos saberes sociais. *Revista ao Largo*, 4, 1-39. Recuperado de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29631/29631.PDFXXvmi=sgdxcuEkZDvWxIjaCmhjKsAtanI8j2HNjUlyp1RpFome7HpJ4I4ObFjm32vn5dbo9xVzAO0gdmul4U59DaZPPidTIJiqxuQ74NHFCV P5qcamhk0sjQjD5eZOWqM3iU76CMJjIApaMAw4UxxfpRTu6SjEk7HD3PKFCt0l4pvR14WWDuc3m6xt0S8l1Q04GKJjKfKbcbcdg9aTEW2uvvvoFRpwRudDewS0c dbppoGzABexzgs5N0utRV1KqenGMg>
- Rancière, J. (2018). *A política é imaginação*. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581209-a-politica-e-imaginacao-entrevista-com-jacques-ranciere>
- Sawaia, B. (2000). A emoção como locus de produção do conhecimento - Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo 164 com Espinosa. In *II Conferência de Pesquisa Sócio-cultural*. Recuperado de <https://www.fe.unicamp.br/br2000/indit.htm>

- Sawaia, B. (2014). Transformação social: um objetivo pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 26, [número especial 2], 4-7.
- Skliar, C. (2014). *Experiência, diferença e formação*. Recuperado de <http://professorelilopes.blogspot.com.br/2014/11/experiencia-diferenca-e-formacao.html>
- Small, C. (1998). *The meanings of performing and listening*. Hanover, NH: Wesleyan University.
- Small, C. (1999). El musicar: um ritual em el espacio social. Conferencia pronunciada en el III Congreso de la Sociedad Ibérica de Etnomusicología. (Benicàssim, 25 de mayo de 1997). *Revista Transcultural de Música*, Barcelona, 4. Recuperado de: <https://www.sibetrans.com/trans/articulo/252/el-musicar-un-ritual-en-el-espacio-social>
- Vigotski, L. S. (1998). *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1925)
- Vigotski, L. S. (2010). A educação estética. In *Psicologia Pedagógica*. (pp. 321-345, 3ª ed., P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1924)
- Vigotski, L. S. (2014). *Imaginação e criatividade na infância*. (1ª ed., J. P. Fróis, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1930) Fontes. Trad. João Pedro Fróis. (Obra original publicada em 1930).

Musicoterapia Social e Comunitária: alguns (in)acabamentos (im)possíveis

A travessia de escrita desta tese foi motivada pelos diversos encontros que pude ter. Poder adentrar meu campo-tema por diferentes portas (textos, entrevistas e no cotidiano de trabalho) foi uma aventura empolgante. Traduzir tudo isso em palavras, por sua vez, foi um grande desafio. Talvez uma das maiores angústias no processo de escrita de uma tese seja ter que eleger enquadres, recortar cenas, mergulhar em quadros para deles emergir, trazendo proposições sólidas, ao mesmo tempo sensíveis, de forma autoral e ao mesmo tempo admitindo toda a coletividade que me atravessa na construção destas linhas.

Ao escolher dialogar com a Psicologia em uma perspectiva crítica me vi intimidada por diversas vezes, diante de um mundo tão complexo e tão imenso de conhecimento. Em outros tantos momentos avancei corajosamente, buscando me apropriar dessa perspectiva, que tanto me instiga, que tanto me responde e ao mesmo tempo me move a levantar tantas outras questões.

Neste trabalho pretendi assinalar a potência das ações coletivas, porque atravessa o meu corpo a percepção da potência dos encontros no alargamento das possibilidades de pensar, sentir e agir. E, também, porque durante esta pesquisa percebi o quanto, em certos casos, alguns musicoterapeutas não conhecem o trabalho realizado por seus pares. Por outro lado, as anunciações de trabalhos com coletivos de musicoterapeutas, como os que conheci em Bogotá, em São Paulo e em Buenos Aires, chamou minha atenção porque fortalece essa Musicoterapia, cria espaços de discussão, fertiliza o terreno dos saberes e fazeres sob perspectivas sociais e comunitárias, alargando nossas margens.

Conhecer experiências diferentes me fez ver quantas particularidades temos dentro da América Latina ou mesmo dentro de um país enorme como o Brasil. Busquei, no entanto, tecer como linha em comum o desejo pelo alargamento das formas de se pensar e fazer Musicoterapia.

Dentro do campo das particularidades, pude, por exemplo, conhecer os diferentes nomes dados por musicoterapeutas para essa Musicoterapia que se afasta de um modelo consensual. Durante esta pesquisa encontramos nomes como Musicoterapia Transcultural, Musicoterapia Ativa, Musicoterapia Ecológica, Musicoterapia Social, Musicoterapia Preventiva, Musicoterapia Intercultural, Musicoterapia Comunitária, Musicoterapia Popular, Musicoterapia Reflexiva, Musicoterapia Psicossocial, Musicoterapia Educativa Comunitária Produtiva, entre outros.

Ao refletir sobre a distinção entre uma Musicoterapia Social e uma Musicoterapia Comunitária, percebemos que são os/as musicoterapeutas argentinos/as e brasileiros/as quem mais se dedicam a pensar e problematizar a questão, sem, no entanto, fecharem consenso sobre o assunto. Vale comentar que o termo Musicoterapia Social só aparece em literaturas provenientes da América Latina (Cunha, 2016). Para a musicoterapeuta argentina Araceli Onorio, por exemplo, a Musicoterapia Social envolve o sociocomunitário, e, na visão dela, o sociocomunitário é o que marca a Musicoterapia na promoção da saúde. Para a autora, a promoção de saúde é a premissa fundamental da Musicoterapia (Onorio, 2012). Já na visão de Patricia Pellizzari e Ricardo Rodriguez, há, dentro da Musicoterapia Social, diferentes enfoques, ou variações do trabalho, algumas mais preventivas, outras mais comunitárias e outras mais psicossociais. Importante marcar que a prevenção, pensada a partir desses autores, não está centrada na prevenção de patologias (somente), mas também na prevenção de situações de risco para uma parcela da população.

Em certo aspecto, concordamos com Pellizzari quando nos diz:

Dentro da musicoterapia social temos diferentes dispositivos, mais comunitários ou menos comunitários. Quando falamos de musicoterapia comunitária, falamos de um projeto onde atores sociais da comunidade estão envolvidos no projeto mesmo. Não é uma musicoterapia pensada pelo musicoterapeuta. É a comunidade mesma que está envolvida nos objetivos, nas estratégias, nas ações. A própria comunidade está falando dos seus problemas, das suas fortalezas e de como levar em frente um projeto para melhorar sua situação de vida ou seu modo de vida. Então, nem todo projeto de musicoterapia social é comunitário. (Patrícia, entrevista pessoal, 24 de maio de 2017).

Nesta tese, por sua vez, adotamos a terminologia Musicoterapia Social e Comunitária como uma síntese totalizadora aberta, que carrega múltiplos possíveis, mas que marca seu distanciamento do campo convencional da Musicoterapia.

Outra questão importante de tensionar é o fato de que percebemos que na Argentina, tanto na percepção de Araceli Onorio, quando de Patricia Pellizzari, Ricardo Rodriguez, Claudia Mendoza ou mesmo nos trabalhos do Colectivo 85, há uma orientação a partir de um paradigma de saúde, seja orientado pela saúde coletiva, saúde comunitária ou pública. No Brasil, alguns trabalhos também caminham nessa direção (Pimentel, Barbosa & Chagas, 2011; Oselame, 2013; Oselame et al, 2014).

Porém, nesse sentido, a realidade brasileira nos ajuda, e também nos desafia, a pensar que há uma especificidade em se tratando do trabalho desenvolvido na área da saúde e na área social, o que nos move a criar tensões com as afirmativas que propõem e encerram a saúde como mote de uma Musicoterapia Social e/ou Comunitária.

O fato de termos no Brasil um Sistema Único de Saúde – SUS, e um Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ambos territórios ocupados por musicoterapeutas, nos convoca a assumir algumas especificidades. Dentre essas, o fato de que, se assumirmos um compromisso primário com o SUS, por exemplo, estaremos investindo no cuidado, no tratamento, na prevenção e na promoção da saúde das pessoas. No entanto, se trabalharmos no SUAS, nosso objetivo passa a ser atentar para as (im)possibilidades de a vida se arquitetar dentro da particularidade de cada uma das realidades que encontrarmos, buscando dessa forma contribuir para a superação de cenários de desigualdade social. Assim, no campo do social, as práticas se constroem a partir de um investimento no diálogo, no fortalecimentos e criação de vínculos, no trabalho com famílias, grupos e coletivos, na análise dos processos intersubjetivos que transversalizam a questão da vulnerabilidade social e dos laços sociais fragilizados, em uma aposta em experiências que visem ampliar o repertório de possibilidades dos sujeitos.

Cientes disso, compreendemos que, se mantivermos como restrita definição de trabalho da Musicoterapia Social e Comunitária a promoção da saúde, correremos o risco de refrear a potência de nosso trabalho, e, inclusive, em se tratando do Brasil, diminuir as possibilidades de diálogo e inserção no Sistema Único de Assistência Social, uma vez que o objetivo do SUAS, é, em linhas gerais, atuar na garantia de direitos, buscando prevenir situações de risco social por meio do fortalecimento de vínculos, ou adotando medidas protetivas em caso de violação ou ameaça de direitos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2004).

Ao assumirmos uma perspectiva social e comunitária para a Musicoterapia, o compromisso não é somente com a forma como um corpo vivenciou o sofrimento, mas sim, o quanto esse coletivo, obviamente integrado por sujeitos e suas particularidades, passam a atestar o quanto tiveram suas vozes compreendidas como ruído durante a inscrição de sua existência e o quanto é necessário que se tensione o contexto, de forma a deslocar as formas cristalizadas de ver, pensar e escutar essas pessoas, para que, dessa forma, a existência de todos/as e qualquer um/a possa ser expandida.

Reconhecemos que muitos musicoterapeutas têm se preocupado em alargar o conceito de saúde²⁴, para dar conta de tudo que nos sobrevêm em contextos sociais e comunitários, no entanto, em nosso ponto de vista, há ganhos ao incluirmos significantes como social e política/o em nossos saberes e fazeres. Com isso, não fazemos apenas uma escolha de palavras, mas uma escolha de posicionamento, como discorreremos mais adiante neste capítulo.

Consideramos que a Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina é um campo em pleno desenvolvimento e, a despeito de tecermos aqui algumas proposições sobre caminhos possíveis para balizá-la, é seu inacabamento que moverá constantemente o alargamento de suas margens.

Partindo da análise de todas as informações que construímos, admitimos muitas particularidades, porém, fizemos um exercício de buscar construir alguns pontos que, de alguma forma, interligam essa grande rede de saberes e fazeres musicoterápicos em contextos sociais e comunitários da América Latina.

Compreendemos ser de extrema importância para o fortalecimento da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina o apropriar-se de ao menos alguns pontos em comum, que possam nutrir uma identidade, ainda que aberta e performática (Butler, 2018). O campo plural é, sem dúvida, potente. No entanto, estabelecer bases é crucial para que essa Musicoterapia se consolide como campo de estudo e prática e, desta forma, contribua para o processo de superação de um lugar subalternizado que a Musicoterapia ocupa no campo das ciências.

Ao marcarmos alguns pontos em comum, esclarecemos que não estamos lidando com um campo consensual e acabado. Estamos antes, lidando com uma escrita autoral e aberta. Ou seja, expondo nossa forma de pensar a Musicoterapia Social e Comunitária. Nossas proposições estão nutridas das experiências que esta pesquisa nos proporcionou, e, dessa forma, pretendemos contribuir para a consolidação de práticas e estudos nesse campo de saber e fazer.

Propomos pensar a Musicoterapia Social e Comunitária primeiramente como campo de saber e prática. Ou seja, não é uma área de atuação, não é uma nova técnica. Ela é um campo de possíveis que se abre para a Musicoterapia, que implica colocar em questão o que está instituído. E que se norteia por alguns pontos, que apresentaremos na

²⁴ Para Stige (2002; 2012), por exemplo, a saúde é compreendida como um interesse mútuo, uma questão relacional, que perpassa a luta pela possibilidade de igualdade de participação de cada pessoa na vida social, nas atividades culturais. Para o autor, a saúde está vinculada às formas de experienciar qualidade de vida.

sequência, sem, no entanto, criar uma ordem hierárquica na forma como eles se dispõem na escrita.

De saída, propomos assumir o social em nossas narrativas, em nossas publicações, em nossas concepções sobre o que seja a Musicoterapia Social e Comunitária. Em nosso ponto de vista, temos argumentos suficientes nas múltiplas formas de se fazer e pensar a Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina, conforme abordados no segundo artigo desta tese, que nos encorajam a assumirmos que não fazemos terapia em todos os espaços e com todas as pessoas com as quais trabalhamos, e que não trabalhamos apenas orientados/as pela premissa de que promovemos saúde.

Ao anunciarmos que trabalhamos com questões sociais passamos a assumir um compromisso com questões de múltiplas vulnerabilidades, desigualdades sociais, violência e outras tantas tensões, conforme apresentado ao longo dos artigos que compõem este trabalho. Trazemos para arena de debate o conflito existente no campo do político, que compreendemos, a partir de Rancière (2014b), como sendo a arena de embate entre a polícia (campo das normativas, das governanças) e a política (campo de reconfiguração do sensível), conforme discorremos no terceiro de nossos artigos.

Ao não nos encerrarmos no trabalho de promoção de saúde, passamos a focar nas coletividades, no sofrimento sentido por uma parcela da população, o que nos aproxima de uma reflexão e uma análise sobre as (im)possibilidades de pensar, sentir e agir nos contextos em que trabalhamos.

Para isso, é importante assumirmos uma concepção de sujeito que o compreenda de modo complexo, por meio de relações mediadas por instrumentos e signos. Partimos de uma concepção de que o sujeito cria e é constituído nas relações, mediadas por elementos culturais, situados historicamente, em um contínuo processo de afetar e ser afetado, determinado e determinante do contexto social (Vigotski, 1924/ 2010; Vigotski, 1930/2014; Vigotski, 1934/ 1992).

Assumimos a dialética singular-coletivo, compreendendo que não são polos dicotômicos. Diferentemente, um só o é a partir do outro (Groff, Maheirie & Zanella, 2010; Sawaia, 2006b; Sawaia & Maheirie, 2014; Sawaia 2014). Com isso, é na potência das ações em comum/coletivas que iremos apostar, conforme propomos em nosso primeiro artigo. Compreendemos que por meio de ações em comum/coletivas fortalecemos as possibilidades de agir e instaurar tensões no campo do instituído. Com isso, passamos a perseguir a mediação de bons encontros, aqueles capazes de afetar o corpo de tal forma que nos leve à expansão de nossas ações, e de toda e qualquer pessoa.

Encontros esses em que o cerne não é *o que deve ser um corpo*, mas sim *o que pode um corpo* (Deleuze, 2002; Sawaia, 1999, Spinoza, 1663/2013).

Uma vez que compreendemos que as ações coletivas podem fortalecer as interferências no campo do sensível, assinalamos a potência da arte como mediadora desses encontros, porque a atividade artística é uma forma de ficcionar também outros mundos possíveis.

Acreditamos que o fazer musical, por ser uma atividade criativa artística, extrai elementos da concretude da vida das pessoas, a partir de todas os atravessamentos passados, para assinalar o lugar que se está, mas também impulsionar a criação de projetos outros (DeNora, 2000). Nas palavras de Vigotski (1930/2014, p. 3), “é justamente a atividade criadora humana que faz do homem um ser que se projeta para o futuro, um ser que cria e modifica seu presente”. Compreendemos, que o fazer musical pode mediar ações que pretendam gerar fissuras no estabelecido, criando possibilidades de relação, tensionando a destinação dada aos corpos, como discorremos no terceiro artigo desta tese (Rancière, 2010).

Em nosso ponto de vista, como argumentamos no segundo artigo, a Musicoterapia Social e Comunitária adota uma forma particular de chegar, de criar laços. O/a musicoterapeuta marca um lugar de igualdade de inteligências, ignorando as distâncias que pretendem cristalizar lugares de poder e lugares de subalternização (Rancière, 2002). Assim, compreendemos que no campo das ações, há que se dedicar, inicialmente, a uma escuta da realidade social, cultural, histórica e política do contexto. Assim o/a musicoterapeuta, cria, junto com as pessoas, caminhos potentes no sentido de desestabilizar as formas de se ver, escutar e pensar uma parcela da população (Rancière, 2009b).

Ademais, como apresentado no segundo artigo desta tese, a Musicoterapia Social e Comunitária investe em processos de emancipação, experiências que denunciem o dano sentido por uma parcela da população que não foi contada como igual na partilha, promovendo atos de verificação da igualdade como um princípio regulador (Rancière, 2002; 2010). Vale comentar que quanto maior for o campo de espaços de visibilidade para essas práticas de verificação do princípio de igualdade, maior a potência dessas experiências no campo das sensibilidades (Rancière, 2009b; 2012).

Com isso, miramos um alargamento no campo de possíveis, por meio de deslocamentos identitários que permitam vislumbrar outros mundos, tanto para o lugar dos/as musicoterapeutas quanto para o das pessoas partícipes, por meio de processos de

subjetivação política, conforme propomos pensar no terceiro artigo. Para tanto, é necessário que criemos lugares outros, para além do lugar de terapeuta e para além da ocupação de espaços clínicos convencionais. É necessário que criemos objetivos outros, que extrapolem aqueles tradicionalmente postos, de cura de um sofrimento particularizado.

A Musicoterapia Social e Comunitária pode dizer, portanto, sobre criar linhas de superação de realidades de vulnerabilidade e risco social por meio de ações coletivas que tensionem os estatutos vigentes. Assim, nosso desejo é que extrapulemos quantas vezes forem necessárias as formas convencionais de se fazer e pensar a Musicoterapia Social e Comunitária para que assim, constantemente, possamos ter alargada nossas fronteiras.

FADE OUT - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembro-me do dia em que meu professor de violão me ensinou sobre o *fade out*. Ele contava sobre o quanto em alguns momentos temos a sensação de que uma música não acabou, nos levando a pensar que aquela criação estava sendo tão prazerosa, que os músicos simplesmente continuam, improvisando ainda um pouco mais, e de novo, e de novo, até que o som, ao ouvinte vai aos poucos se dissipando, nos dando a sensação de que para os artistas, continua. E de fato, em nós, também continua, quando repentinamente percebemos que estamos cantarolando aquelas melodias ao longo do dia.

Neste momento da escrita da tese, a sinto exatamente dessa forma, como de certo modo não encerrada, ainda soando, e provocando, e aos poucos silenciando, somente até o momento de inspirar outras sonoridades em algum outro tempo.

Tantos foram os encontros que esse processo de doutoramento me proporcionou que seria impossível narrá-los integralmente aqui. Ter a minha existência alargada, ter experimentado outras sonoridades, ter sido olhada a partir de outros lugares, ter encontrado tantos pares para dialogar, me fez manter o prazer por esta pesquisa durante todo o processo.

Senti que mesmo antes do término do doutorado esta pesquisa extrapolou os limites acadêmicos, pude me perceber como uma articuladora de redes de contato entre musicoterapeutas na América Latina, e é tão intenso quando percebemos que o processo de pesquisar não se encerra em uma tese e, sim, se deposita do campo das relações cotidianas. Acredito que essa tenha sido uma constante em tudo que, junto com minha orientadora, pude produzir: admitir que a arte não é uma esfera separada da vida, são constituintes.

Durante o curso desta pesquisa, pude perceber os múltiplos caminhos que teríamos para dialogar dentro do campo da Psicologia, enxergamos no campo da Psicologia Social, da Psicologia Política, da Psicologia Comunitária tantas possibilidades de diálogos, que em muito podem contribuir para a consolidação de uma Musicoterapia outra. No entanto, nesta tese, optamos por dialogar de forma mais direta com a perspectiva da Psicologia de Lev Vigotski e seus interlocutores e, de igual modo, com a Filosofia Política, de Jacques Rancière e os que com ele dialogam também.

Durante o processo de análise das informações construídas nesta tese, notamos que dialogar com o campo da Educação Musical pode, de igual forma, contribuir com o aprofundamento de estudos para o campo da Musicoterapia Social e Comunitária.

Ao apontar esses tantos outros caminhos possíveis de articulação pretendemos motivar diálogos futuros, por meio de pesquisas que promovam um aprofundamento epistemológico para o campo da Musicoterapia Social e Comunitária.

Compreendemos que a Musicoterapia é um tipo de prática terapêutica, clínica. Mas ela não é só isso nem é todo o tempo assim. Ela é clínica em muitos contextos, mas não o é em tantos outros. A comunidade de musicoterapeutas sociais e comunitários que temos perseguido é transgressora do próprio nome, quando assume que por vezes não faz terapia. Com isso, assinalam uma Musicoterapia que flerta a todo tempo com o campo de alargamentos. A Musicoterapia nasceu clínica, mas esses outros fazeres, que nesta pesquisa pudemos conhecer e nesta tese apresentar, rompem com o convencional, para atestar que só há formas performáticas de produzir saber e prática.

Sinto que com esta tese me aproximei de um tipo de Musicoterapia insurgente, que não se limitou a margens já delineadas, que foi se inaugurando com força de correnteza, dando origens a outros cursos para esse grande rio.

Assim, defendo a tese de que os saberes e fazeres aqui narrados se constituem como cenas polêmicas perante o campo consensual da Musicoterapia convencional, e, desta forma, contribuem para a consolidação de uma vertente social e comunitária para a Musicoterapia pois tensionam as práticas e teorias consolidadas historicamente, abrindo campos para outros possíveis.

A Musicoterapia que nos seduz, aponta para uma expansão no campo da experiência, mas não necessariamente o faz. É uma grande aposta, um lance de imprevisibilidade, que por vezes ressoa timidamente, e outras vezes é tão potente que muda o curso de um rio. O que nos move é continuar criando, improvisando, fazendo música, mediando encontros, remontando cenários, reenquadrando cenas, inaugurando novas margens, em um intenso *fade out*, afinal, como nos diz Afonso Ligório Cardoso, “as margens são tantos quantos braços tiverem um rio”.

REFERÊNCIAS

- Alfonso, S., Isla, C., (2016). El ensamble musical como herramienta de intervención comunitaria. Una propuesta desde el hacer musical reflexivo. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 492-494). Florianópolis: Autor.
- Almeida, T. et al. (2012). A relação entre os aspectos sonoro-musicais e a dinâmica do grupo em musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XIV, 12*, 39-52.
- Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: Uma Cartografia dos Territórios Subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão, 30(3)*, 604- 619.
- Andrade, M., & Cunha, R. (2015). A dimensão da saúde no contexto da prática da musicoterapia social. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XVII, 18*, 64-84.
- Aragon, L. (2019). *Improvisação livre: política da música e experimentação musical*. Curitiba: Appris.
- Arndt, A. (2015). “*Mas, nós vamos compor?*”: roda de música como experiência coletiva em um CRAS da região metropolitana de Curitiba. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis).
- Arndt, A. (Produtora). (2019). *Veredas: cenas da Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina*. [Webdocumentário em vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/channel/UckxyZ8O1R8V100rtpnBLL3Q>
- Arndt, A., & Maheirie, K. (2016). O fazer musical coletivo em contexto socioassistencial. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 283-287). Florianópolis: Autor.
- Arndt, A., & Maheirie, K. (2019). Musicoterapia: dos fazeres biomédicos aos saberes sociocomunitários. *Rev. Polis e Psique, 9(1)*, 54–71. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/80215/pdf?fbclid=IwAR3X31CAAB05PCKqmvKSkxQNENePn7_U9bz2CxbHgYgSLfJIvwcBio21Gw
- Arndt, A., Cunha, R., & Volpi, S. (2016). Aspectos da prática musicoterapêutica: contexto social e comunitário em perspectiva. *Psicologia & Sociedade, 2(28)*, 387-395. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>
- Bakhtin, M. (2010). *Problemas da Poética de Dostoievski*. (5a ed., P. Bezerra. Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1929)
- Barcellos, L. (1994a). Musicoterapia Hoje. *Encontro latino-americano de Musicoterapia*. Recuperado de www.amtrj.com.br/

- Barcellos, L. (1994b). Políticas de Implementação da Musicoterapia na América Latina. Recuperado de: www.amtrj.com.br/
- Barcellos, L. (1994c). *Texto de Pré-encuentro*. Tema: menores infractores. Recuperado de www.amtrj.com.br/
- Barcellos, L. (2016). *Quaternos de Musicoterapia e Coda*. Dallas: Barcelona Publishers.
- Blacking, J. (2007). Música, cultura e experiência. (A. K. M. Schouten, Trad.). *Cadernos de Campo*, 16(16), 201-218.
- Bruscia, K. (2016). *Definindo Musicoterapia*. Dallas: Barcelona Publishers.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campos, A., & Jorge, M. (2016). Musicoterapia Comunitária à luz da abordagem junguiana. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 213-216). Florianópolis: Autor.
- Careri, F. (2013). *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G. Gili.
- Cavagnoli, Murilo. (2018). *O sonoro na partilha do sensível e a potência política da música*. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis).
- Chagas, M. (2001). Musicoterapia e Comunidade. *I Congresso Latino-americano de Musicoterapia - III Encontro Latino-americano de Musicoterapia*, Buenos Aires.
- Chagas, M. (2007). Musicoterapia, Cultura y Identificaciones: por um conocimiento político? Yo tengo tantos hermanos que no los puedo contar? *III Congreso Latinoamericano de Musicoterapia, V Encontro Comitê Latinoamericano de Musicoterapia*. (pp. 19-21). Santiago: Autor.
- Chagas, M., & Millecco, R. (2000). Aplicação de técnicas musicoterápicas na capacitação de equipes multiprofissionais do Cemasi. *Boletim de pesquisa do Conservatório Brasileiro de Música- Centro Universitário*, 1, 3-6.
- Chagas, M., & Pedro, R. (2008). *Musicoterapia: desafios entre a Modernidade e a Contemporaneidade. Como sofrem os híbridos e como se divertem*. Rio de Janeiro: Mauad X, Bapera.
- Chagas, M., Brasil, C. & Cabral, B. (2019). Precisamos falar sobre política. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XX, 24, 72-90.

- Coletivo 85. (2013, 3 de outubro). *MusicoçTerapia?* Recuperado de <https://colectivo85.net/2013/10/08/musicoterapia/>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2019). *Tabela de áreas do conhecimento*. Recuperado de http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Referência Técnica para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS*. Brasília: Autor. Recuperado de <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Refer%C3%A4ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logas-no-CRAS-SUAS.pdf>
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2019). *Tabela de áreas do conhecimento*. Recuperado de <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>
- Costa, C., & Cardeman, C. (2008). História da Musicoterapia no Rio de Janeiro: 1955 a 2005. Recuperado de <http://www.amtrj.com.br/publicacoes/musicoterapia-no-rio-de-janeiro-1955-a-2005/>
- Costa, E., & Coimbra, C. (2008). Nem criadores, nem criaturas: Éramos todos devires na produção de diferentes saberes. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 125-133.
- Costa, L. (2014). O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal, Revista de Psicologia*, 26 [número especial], 551-576. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1317>
- Cunha, R. & Lorenzino, L. (2012). The secondary aspects of collective music-making. *Research Studies in Music Education*, 34, 73-88. Recuperado de <http://doi.org/10.1177/1321103X12439134>
- Cunha, R. (2016a). Musicoterapia Social e Comunitária. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 55-60). Florianópolis: Autor.
- Cunha, R. (2016b). Musicoterapia Social e Comunitária: uma organização crítica de conceitos. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVIII, 21, 93-116. [artigo 03, 2016]
- Cunha, R. (2016c). Uma perspectiva da atividade musical em grupo: musicoterapia social e comunitária. *Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*, (11)2, 239-251. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.mavae11-2.upam>
- Cunha, R. et al., (2014). Musicoterapia e processo grupal: prática musical coletiva com alunos da segunda série do ensino básico. *Revista InCantare*, 6, 65-86.

- Deleuze, G. (2002). *Espinoso: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Demkura, M., Alfonso, S., & Isla, C., (2016). La dimensión performativa del hacer musical reflexivo. Relato de una experiencia con mujeres. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (253-257), Florianópolis: Autor.
- DeNora, T. (2000). *Music in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Esteves, M. (2013). A paisagem sonora contemporânea do bairro da rocinha na perspectiva histórica da construção da identidade social, influências étnicas e implicações comportamentais sob a ótica da Musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XV, 14*, 43 – 51.
- Falzarano, S., & Schussel, M. (2016). La comedia musical em la construccion de comunidade. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 265-269). Florianópolis: Autor.
- Faraco, C. (2009). *A. Linguagem e Diálogo. As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Faria, B., & Cunha, R. (2016). Musicoterapia em grupo com crianças no transtorno do espectro autista: manifestações musicais e socioculturais. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 222-225). Florianópolis: Autor.
- Fernández-Batanero, J., & Felício, J. (2016). Musicoterapia e integración social en menores infractores. un estudio de casos. *Perfiles Educativos, 38*(152), 163-180.
- Fregtman (1989). *Cuerpo – Musica Y Terapia*. São Paulo: Cultrix.
- Gomes, A. (2016). *Mediação audiovisual e atividade imagética: um encontro com trabalhadoras no campo da desigualdade social*. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/176731>
- Gomez, J. (2016). Resignificación de hechos violentos: “experiencias con personas mayores víctimas del conflicto armado en colombia”. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 504-506). Florianópolis: Autor.
- Giraldo, V. (2016). Musicoterapia con docentes, reconociendo las sonoridades y habilidades musicales propias, hacia lo comunitário. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 278-282). Florianópolis: Autor.
- Gregolin, M., Sacrini, M., & Tomba, R. (2002). Webdocumentário: uma ferramenta pedagógica para o mundo contemporâneo. Campinas. (Trabalho de Conclusão de Curso, Pontificia Universidade Católica de Campinas, Campinas).

- Groff, A., Maheirie, K., & Zanella, A. (2010). A constituição do(a) pesquisador(a) em Ciências Humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 97-103. Recuperado de <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/477/399>
- Isla, C., Demkura, M., Alfonso, S., & Abramovici, G. (2016). El hacer musical reflexivo, uma perspectiva em Musicoterapia Comunitaria y Popular. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 247-252). Florianópolis: Autor.
- Juan, T. (2016). Music therapy for women survivors of intimate partner violence: an intercultural experience from a feminist perspective. *The Arts in Psychotherapy*, 48, 19-27.
- Krob, D. (2013). *Desconstruindo Amélias: musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica sob a ótica da teologia feminista*. (Dissertação de mestrado, Faculdades EST, São Leopoldo).
- Krob, D., & Silva, L. (2012). “Comigo não, violão!”: Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV, 13, 27 - 38.
- Lane, S. (2006). Avanços da Psicologia Social na América Latina. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 67-81). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Lapassade, G. (1983). Dialética dos grupos, das organizações e das instituições. In *Grupos, organizações e instituições* (pp. 227-253). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lepe, C., & Valenzuela, P. (2016). Musicoterapia para un re-encuentro: "Taller de autocuidado para madres de niños y jóvenes con parálisis cerebral. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 230-233). Florianópolis: Autor.
- Lima, B. (2016). A importância do musicoterapeuta no hospital psiquiátrico. *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 532-536). Florianópolis: Autor.
- Lima, T. C. S., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál*, 10, 37-45.
- Lindenberg, A., Valentin, F. & Conceição, M. (2016). A catarse nas intervenções em musicoterapia comunitária. *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 238-241). Florianópolis: Autor.

- Maheirie, K. (2001). “*Sete mares numa ilha*”: *A mediação do trabalho acústico na construção da identidade coletiva*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Maheirie, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, 13(7), 31-44.
- Maheirie, K. (2003). Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. *Psicologia em Estudo* (8)2, 147-153.
- Maheirie, K. (2010). O músico, os processos de exclusão e relações grupais no trabalho acústico. In K. B. Macedo (Org.). *O trabalho de quem faz arte e diverte os outros* (pp. 265-271). Goiânia: Ed. da PUC Goiás.
- Maheirie, K. (2019). Grupos e ações coletivas como objetos de análise e foco nas intervenções psicossociais. In F. Costa & M. Mesquita (Orgs.), *Psicologia Política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos* (pp. 123-142). Maceió, Alagoas: Edufal.
- Maheirie, K. et al. (2012). Coletivos e relações estéticas: Alguns apontamentos acerca da participação política. In C. Mayorga, L. Castro, & M. Prado (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (pp. 143-167). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Maheirie, K., & Zanella, A. (2017). Imagination and creative activity: ontological and epistemological principles of Vygotsky’s contributions. In C., Ratner & D. Silva (Orgs.), *Vygotsky and Marx. Toward a Marxist Psychology* (pp. 161-172). Routledge, London and New York.
- Marques, A., & Prado, M. A. M. (2018a). O método da igualdade em Jacques Rancière: entre a política da experiência e a poética do conhecimento. *Revista Mídia e Cotidiano*, (12)3, 7-32.
- Marques, A., & Prado, M. A. M. (2018b). *Diálogos e dissidências. Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Appris.
- Mayer, G. (2015). *Dialogando com adolescentes sobre educação em saúde: a contribuição da Musicoterapia Comunitária*. (Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo).
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Autor. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Orientações técnicas sobre o PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Autor. Recuperado de <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Tipificacao.pdf/view>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Autor. Recuperado de: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Monteiro, L. (2006). Objetividade x subjetividade: da crítica à psicologia à psicologia crítica. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs). *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp.23 – 44). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Montoya, C. (2016). Incorporación del ritual del pagamento en una intervención musicoterapéutica, com víctimas del conflicto armado colombiano. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 226-229). Florianópolis: Autor.
- Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.
- Nascimento, R. Pellizzari, P., Paula, K. & Barros, R. (2016). Musicoterapia preventiva psicossocial na educação: panorama dos diálogos generativos de saúde comunitária/social. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 308-312). Florianópolis: Autor.
- Niceias, M., Karst, I., Cunha, E., & Fleury, E. (2014). A promoção dos direitos humanos do outros sob uma perspectiva da ética da alteridade: uma escuta à criança com câncer. *Revista Brasileira de Musicoterapia, XVI, 16*, 48-61.
- Niedenthal, R. (2016). Todos hacemos música. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 61-63). Florianópolis: Autor.
- Oliveira, I. et al. (2011). A prática psicológica na Proteção Social Básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade, 23* [número especial], p. 140- 149.
- Oliveira, I. F. Amorim, K. M. O. (2012). Psicologia e Política Social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento, 30(70)*, 559-566.
- Olmedo, M. C. (2016). Musicoterapia-Transcultural y Comunitaria con pueblos originarios: “Qomi-Qompi” Taller de canciones en lengua Qom. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 234-237). Florianópolis: Autor.

- Onorio, A. (2012). *Musicoterapia Social: alternativa emancipadora de promocion de salud*. Ciudad Autónoma Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas.
- Organização Mundial da Saúde. Constituição da Organização Mundial da Saúde. (2006). *Documentos básicos, suplemento da 45ª edição*. (Texto original publicado em 1947) Recuperado de http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_sp.pdf.
- Oselame, M., & Carvalho, F. (2013). A pesquisa em musicoterapia no cenário social brasileiro. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV, 14, 67-80.
- Oselame, M., Machado, R., & Chagas, M. (2014). Um estudo sobre as práticas da musicoterapia em direção à promoção da saúde. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVI, 16, 102-121.
- Passoni, T. (2016). Fortalecendo os vínculos familiares e comunitários através da Musicoterapia no município de Salto - SP – Relato de vivência com idosos. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 270-273). Florianópolis: Autor.
- Passos, A. & Wawzyniak, S. (2015). Musicoterapia Crioula: estudo dos elementos característicos da brincadeira de roda de Tambor de Crioula em práticas musicoterápicas. *Revista InCantare*, 06(02), 30-51.
- Paulon, S. (2005). A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 18-25.
- Paulon, S., & Romagnoli, R. (2010). Pesquisar, Intervir, Cartografar: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 85-102.
- Pavlicevic, M. (2004). Learning from *Thembaletu*: Towards Responsive and Responsible Practice in Community Music Therapy. In M., Pavlicevic & G. Ansdell (Orgs.), *Comunnity Music Therapy* (pp. 35-47). Londres: Jessica Kingsley Publishers.
- Pavlicevic, M., & Ansdell, G. (2004). *Comunnity Music Therapy*. Londres: Jessica Kingsley Publishers.
- Peixoto, M. & Teixeira, C. (2013). Musicoterapia comunitária: contribuição para a saúde mental da comunidade. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 5(11), 102-113.
- Pelizzari, P., Rocha, S., Pereira, A., Kinigsberg, F., & Rodríguez, R. (2016). Experiencias conjuntas en latinoamérica: teoría y prácticas colaborativas en musicoterapia preventiva comunitária. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia - CLAM. Anais* (pp. 490-491). Florianópolis: Autor.
- Pereira, W. (2008). *Nas trilhas do trabalho comunitário e social. Teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Editora Vozes.

- Pimentel, A., Barbosa, R., & Chagas, M. (2011). A musicoterapia na sala de espera de uma unidade básica de saúde: assistência, autonomia e protagonismo. *Interface. Comunicação, Saúde e Educação*, 15(38), 741-54.
- Pinho, M., & Trench, B. (2012). Musicoterapia e o cuidado ao cuidador: uma experiência junto aos agentes comunitários de saúde da favela Monte Azul. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV, 13, 53 - 65.
- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 08(11), 59-71.
- Prado, M. A. M. (2008). Psicologia e comunidade: a utopia dos projetos científicos. In A. Zanella et al. (Org.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 210-220). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2002). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rancière, J. (2008). Pensar entre las disciplinas: una estética del conocimiento. *Inaesthetik*, 1(25). (A. Arozamena. Trad.). Recuperado de https://desarquivo.org/sites/default/files/ranciere_disciplinas_268.pdf
- Rancière, J. (2009a). A few remarks on the method of Jacques Rancière. *Parallax*, (15)3, 114-123.
- Rancière, J. (2009b). *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2010a). A estética como política. *Devires – Cinema e Humanidades*, (7)2, 14-36.
- Rancière, J. (2010b). O espectador emancipado (D. Ávila. Trad.). *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*. 1(15), 107-122.
- Rancière, J. (2012). *O Espectador Emancipado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rancière, J. (2014a). Político, política, identificação, subjetivação. In *As margens do político* (pp. 69-76). Lisboa: KKYM.
- Rancière, J. (2014b). *El Metodo de la Igualdad: conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Nueva Visión.

- Rancière, J. (2017). O que me interessa é tentar pensar em formas de travessia, ao largo e em diagonal, em relação ao trajeto normal dos saberes sociais. *Revista ao Largo*, 4, 1-39. Recuperado de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29631/29631.PDFXXvmi=sgdxcuEkZDvWxIjaCmhjKsAtanI8j2HNjUlvplRpFome7HpJ4I4ObFjm32vn5dbo9xVzAO0gdmul4U59DaZPPidTIJiqxuQ74NHFCHVP5qcamhk0sjQjD5eZOwqM3iU76CMJIApaMAw4UxxfpRTu6SjEk7HD3PKFCt0l4pvR14WWDuc3m6xt0S811Q04GKJfKfkbccdg9aTEenW2uvvvoFRpwRudDewS0c dbppoGzABexzgs5N0utRV1KqenGMg>
- Rancière, J. (2018). *A política é imaginação*. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581209-a-politica-e-imaginacao-entrevista-com-jacques-ranciere>
- Resolução nº 17*. (2011, 20 de junho). Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social. Recuperado de <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3360>
- Rey, S. (2016). Laboratorio de investigación sonora. Cruces entre Tecnología y musicoterapia / Autoconstrucción de instrumentos y empoderamiento / Instrumentos gigantes para intervenciones comunitarias. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 475-497). Florianópolis: Autor.
- Rocha, S. et al. (2016). Musicoterapias preventiva psicossocial na educação: panorama dos diálogos generativos de saúde comunitária/social. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 308-312). Florianópolis: Autor.
- Rosa, S. (2013). *Musicoterapia e cuidado humano: A música e a reabilitação de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas*. (Dissertação de mestrado, Faculdades EST, São Leopoldo).
- Salgado, A. (2016). Programa piloto de musicoterapia para la reparación psicosocial de adolescentes víctimas del conflicto armado colombiano. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 217-221). Florianópolis: Autor.
- Salgado, A. (2017). Programa piloto de musicoterapia para favorecer el afrontamiento de situaciones difíciles en función del proyecto de vida de adolescentes víctimas del conflicto armado colombiano. *Revista InCantare*, 08, 33-66.
- Santana, F. S. (2016). *A musicoterapia na política nacional de assistência social*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia).

- Santos, H. (2016a). O rap e o funk carioca em atendimentos musicoterapêuticos com adolescentes privados de liberdade. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 242-246). Florianópolis: Autor.
- Santos, H. (2016b). O rap e o funk em atendimentos musicoterapêuticos em uma unidade socioeducativa. *Revista InCantare*, 7(2), 1-133.
- Sartre, J. P. (1979). *Crítica de la razón dialéctica*. Buenos Aires: Losada.
- Sartre, J. P. (1984). *Questão de Método*. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Sawaia, B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp.35-55). Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, B. (1999a). Comunidade como Ética e Estética da Existência. Uma reflexão Mediada pelo conceito de Identidade. *PSYKHE*, 8(1), 19-25.
- Sawaia, B. (1999b). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.), *As Artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. (2000). A emoção como locus de produção do conhecimento - Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo 164 com Espinosa. In *II Conferência de Pesquisa Sócio-cultural*. Recuperado de <https://www.fe.unicamp.br/br2000/indit.htm>
- Sawaia, B. (2006a). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 157-168). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Sawaia, B. (2006b). Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In S., Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 45-54). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e Desigualdade Social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. (2014). Transformação social: um objetivo pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 26, [número especial 2], 4-7.
- Sawaia, B. & Maheirie, K. (2014). A Psicologia Sócio-Histórica: Um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26 [editorial número especial 2], p. 1-3.

- Schapira, D. (2016). Reflexiones acerca del ser musicoterapeuta. *VI Congreso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 34-49). Florianópolis: Autor.
- Senra, C. & Guzzo, R. (2012). Assistência Social e Psicologia: Sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299.
- Siqueira-Silva, R. (2012). *Grupos musicais em Saúde Mental: conexões entre estética musical e práticas musicoterápicas*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro).
- Siqueira-Silva, R., & Nunes, J. A. (2015). Quando a terapia se torna arte: Teoria Ator-Rede e cocriação musical. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, (15)4, 1238-1257.
- Skliar, C. (2014). *Experiência, diferença e formação*. Recuperado de <http://professorelilopes.blogspot.com.br/2014/11/experiencia-diferenca-e-formacao.html>
- Small, C. (1999). El musicar: um ritual em el espacio social. Conferencia pronunciada en el III Congreso de la Sociedad Ibérica de Etnomusicología. (Benicàssim, 25 de mayo de 1997). *Revista Transcultural de Música*, Barcelona, 4. Recuperado de: <https://www.sibetrans.com/trans/articulo/252/el-musicar-un-ritual-en-el-espacio-social>
- Small, C. (1998). *The meanings of performing and listening*. Hanover, NH: Wesleyan University.
- Soares, H. (2016a). O rap e o funk carioca em atendimentos musicoterapêuticos com adolescentes privados de liberdade. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 242-246). Florianópolis: Autor.
- Soares, H. (2016b). O rap e o funk em atendimentos musicoterapêuticos em uma unidade socioeducativa. *Revista InCantare*, (7)2, 106-121.
- Souza, G. (2016). A participação da Musicoterapia em espaços de controle social. *VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM. Anais* (pp. 474-476). Florianópolis: Autor.
- Spink, M. J. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 7-14.
- Spink, P. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*; 15(2), 18-42.

- Spinoza, B. (2009). *Tratado político* (D. P. Aurélio, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1677)
- Spinoza, B. (2013). *Ética*. (T. T. Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Obra original publicada em 1663)
- Stige, B. (2002). *Cultured centered Music Therapy*. Dallas: Barcelona Publishers.
- Stige, B., & Aarø, L. (2012) *Invitation to Community Music Therapy*. New York: Routledge.
- Stige, B., Ansdell, G., Elefant, C., & Pavlicevic, M. (2016). *Where Music Helps: Community Music Therapy in Action and Reflection*. Londres: Routledge.
- Tuzzo, S., & Braga, C. (2016). O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 4(5), 140-158.
- União Brasileira das Associações de Musicoterapia. (2011). *Perfil do musicoterapeuta social*. Recuperado de <http://ubammusicoterapia.com.br/wp-content/uploads/2018/07/perfil-do-musicoterapeuta-social.pdf>
- União Brasileira das Associações de Musicoterapia. (2018). *Definição Brasileira de Musicoterapia*. Recuperado de <http://ubammusicoterapia.com.br/definicao-brasileira-de-musicoterapia/>
- Valentin, F., Sá, L., & Esperidião, E. (2013). Prática musicoterapêutica em grupo: planejar para intervir. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XV, 15, 118-131.
- Valentin, F. et al. (2015). Música e Musicoterapia com famílias: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVII, 18, 25-42.
- Vigotski, L. S. (1992) Pensamiento y Palabra. In *Obras Escogidas II*. Madri: Visor Distribuciones. (Obra original publicada em 1934)
- Vigotski, L. S. (1995). *Obras Escogidas: Vol. 3. Problemas del desarrollo de la psique*. Madrid, Visor Distribuciones. (Obra original publicada em 1927)
- Vigotski, L. S. (1998). *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1925)
- Vigotski, L. S. (2010). A educação estética. In *Psicologia Pedagógica*. (pp. 321-345, 3ª ed., P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1924)

- Vigotski, L. S. (2014). *Imaginação e criatividade na infância*. (1ª ed., J. P. Fróis, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1930)
- Voigt, A. (2019). O conceito de “cena” na obra de Jacques Rancière: a prática do “método da igualdade”. *Kriterion*, 142, 23-41.
- Zanella, A. (2013). *Perguntar, registrar, escrever*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS.
- Zanella, A. (2014). *Vygotsky: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal*. Itajaí: Univali.
- Zanella, A. (2017). *Entre galerias e museus: diálogos metodológicos no encontro da arte com a ciência e a vida*. São Carlos: Pedro & João Editores

APÊNDICES**APÊNDICE A – ROTEIRO NORTEADOR DAS ENTREVISTAS**

Dados de identificação

Nome:

País e cidade de atuação:

Instituição e país de formação (graduação ou especialização):

Local de atuação profissional:

Que tipo de vínculo profissional possui (pesquisa, empregatício, voluntário, acadêmico, etc.)?

Sua atuação se dá vinculada a alguma política pública?

1. Como é o seu trabalho?
2. O que objetiva com o seu trabalho?
3. Com qual população você trabalha?
4. O trabalho que realiza se dá com grupos?
5. Realiza o trabalho com outros profissionais? De que áreas? Vocês têm algum momento de trabalho em conjunto? Como se dá a interação entre áreas?
6. Há algum autor ou livro que considera referência para o trabalho que desenvolve hoje? Quais são os fundamentos ou diretrizes que você utiliza em sua prática profissional?
7. Qual termo utiliza para denominar o tipo de Musicoterapia que realiza?

APÊNDICE B - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Curso de Mestrado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa intitulada: Os fazeres e saberes musicoterápicos em contextos sociocomunitários na América Latina, que tem como objetivo geral, investigar os fazeres e saberes musicoterápicos voltados para processos comunitários e ações coletivas presentes nos trabalhos desenvolvidos no contexto latino-americano. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que você está recebendo por meio digital (E-mail, Whatsapp, Skype ou Facebook). Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política - NUPRA da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC pelo telefone: (48) 3721-8578.

- ◆ A coleta de dados para esta pesquisa acontecerá por meio da realização de uma entrevista presencial, chamada de vídeo e/ou voz via Skype, Facebook, Whatsapp ou escrita por meio de envio eletrônico.
- ◆ A relevância desta pesquisa justifica-se pela emergência do campo de atuação de fazeres musicoterápicos em contextos sociocomunitários na América Latina bem como, certa escassez de produções teóricas que contribuam para a realização dessas práticas.
- ◆ Os procedimentos adotados para realização desta pesquisa são: entrevistas de caráter aberto com roteiro norteador, observação por meio do breve acompanhamento do trabalho realizado em contextos sociocomunitários por musicoterapeutas na cidade de Bogotá – Colômbia e Buenos Aires – Argentina, diário de campo preenchido pela própria pesquisadora, registro do material por meio de recurso audiovisual (fotos, vídeos, gravações de áudio), e revisão de literatura.
- ◆ Em se tratando do método desta pesquisa qualitativa, adotaremos uma triangulação de procedimentos no processo de produção de informações para a pesquisa, que percorrerá, concomitantemente, a realização das entrevistas, a observação de alguns fazeres musicoterápicos e a análise de material bibliográfico selecionado.
- ◆ A coleta de dados para esta pesquisa poderá contar com a participação da pesquisadora em campo, acompanhando ações musicoterápicas em contexto socioassistencial na América Latina.
- ◆ Os riscos previstos aos participantes, são:
 - Desconforto ou constrangimento durante gravações de áudio e/ou vídeo;
 - Cansaço ou indisposição ao responder a entrevista;

Para evitar os riscos acima mencionados, as entrevistas serão agendadas no dia, local e horários escolhidos pelos/as participantes e poderá ser interrompida e reagendada se necessário.

Caso você apresente desconforto, constrangimento, cansaço e/ou indisposição, receberá a devida assistência por parte da pesquisadora, sendo acolhido(a) e orientado(a) verbalmente, podendo a entrevista ser interrompida, cancelada ou reagendada.

- ◆ As pesquisadoras serão as únicas a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, porém, existe a remota possibilidade de quebra de sigilo involuntário e não intencional, por eventuais questões que escapam à previsibilidade da pesquisa e da pesquisadora.
- ◆ Os/as participantes desta pesquisa possuem a garantia de ressarcimento e/ou a cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver.

- ◆ Caso o/a participante desta pesquisa venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.
- ◆ A participação nesta pesquisa pode ser interrompida pelos(as) pesquisados(as) assim que o desejarem por possuírem o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.
- ◆ Com a realização da proposta pretende-se contribuir para a construção de indicadores que potencializem os constructos teórico-metodológicos e epistemológicos da Musicoterapia em contexto sociocomunitário.
- ◆ Você terá acesso ao registro desse consentimento sempre que solicitado.
- ◆ Você receberá retorno do desfecho da pesquisa, sendo informado(a) sobre publicações, data de defesa e obtendo acesso a tese de doutorado da pesquisadora.
- ◆ A pesquisadora está à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.
- ◆ A via digital assinada poderá ser enviada para pesquisadora da mesma forma que você recebeu este documento, ou seja, por E-mail, Whatsapp, Skype ou Facebook.
- ◆ Esta pesquisa assume os princípios éticos descritos na Resolução 510/16, disponível para acesso em <http://cep.ufsc.br/legislacao/>.

Eu, _____, RG _____ CPF _____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo: “Os fazeres e saberes musicoterápicos em contexto sociocomunitário na América Latina.”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Andressa Dias Arndt sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar os fazeres e saberes musicoterápicos no contexto sociocomunitário da América Latina.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, conforme previsto pela Resolução 510/16, disponível <http://cep.ufsc.br/legislacao/> e de que a confidencialidade está assegurada, ou seja, a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada.

Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade e estou ciente de que posso decidir se minha identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneci, as que podem ser tratadas de forma pública.

Sendo assim, fui convidada(o) a participar da pesquisa, sendo registrada por meio de uma entrevista, aceitando a gravação audiovisual de alguns encontros quando o caso se aplicar e concordando com a utilização dos materiais, bem como, com a utilização de trechos do diário de campo da pesquisadora onde pode constar a referência a meu nome e/ou descrição de situações nas quais eu possa estar envolvida(o), sendo que todos estes materiais serão utilizados para fins da pesquisa e de acordo com a minha permissão.

Estou ciente de que as informações de acesso público, ou seja, os dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estão sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso.

Concordo que textos ou relatos de minha autoria façam parte dos dados coletados. Compreendi que se trata de um estudo psicossocial com contribuições para o ser humano, para a comunidade e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. De igual modo, compreendi que, participando desta pesquisa estarei contribuindo para a produção de conhecimento no campo da Psicologia Social.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Nome e Assinatura da pesquisadora responsável:



Andressa Dias Arndt.

Endereço para contato das pesquisadoras: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP:88040-970

Pesquisador Responsável: Andressa Dias Arndt

E-mail: andressa.d.arndt@gmail.com / Telefone: (48) 3012-4644

Pesquisadora participante: Kátia Maheirie

E-mail: maheirie@gmail.com / Telefone: (48) 3721-8578

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “munus público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução CNS 196/96, II.4).

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) /UFSC

O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (<http://cep.ufsc.br/>)

Endereço: Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP: 88040-400

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br / Telefone: (48) 3721-6094

APÊNDICE C - SISTEMATIZAÇÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA²⁵

1. BUSCA NA LITERATURA

1.1 SELEÇÃO DOS TÓPICOS²⁶

Tópico 1: Musicoterapia	Tópico 2: Social	Tópico 3: América Latina
termos alternativos/sinônimos	termos alternativos/sinônimos	termos alternativos/sinônimos
_____	Comunitária	Latino-americano
_____	Preventiva	_____
_____	Psicossocial	_____

1.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO

tipo de estudo		incluir	excluir
área geográfica	América Latina	Incluir X	excluir
período de tempo	2012 até 2017	Incluir X	excluir
Idioma	Português, Espanhol e Inglês	Incluir X	excluir
Outros		Incluir	excluir

1.3 FONTES DE INFORMAÇÃO

1.3.1 Fontes de informação eletrônica (base de dados, bibliotecas digitais, mecanismos de busca, repositórios, etc.)

Tipo de fonte	Nome
Base de dados	BVS – Lilacs
Base de dados	BVS – Index Psicologia
Base de dados	Socindex With full text
Base de dados	Sociological Abstracts
Base de dados	Scopus
Base de dados	Scielo
Banco de Informações	Banco de Teses e dissertações CAPES
Biblioteca Digital	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD
Portal	Portal de Periódicos CAPES
Buscador	Google Acadêmico
Revista Eletrônica	Revista Brasileira de Musicoterapia
Revista Eletrônica	InCantare
Anais de Eventos	Anais do VI CLAM

²⁵ Baseado no modelo de “Protocolo para busca sistemática de literatura” proposto pelo Serviço de Referência da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Recuperado de <http://portal.bu.ufsc.br/capacite-se/tutoriaisguias/>

²⁶ Utilizamos o termo “tópicos” ao invés de “descritores”, pois para que uma palavra seja considerada um descritor é necessário que ela pertença a um vocabulário controlado de uma área de conhecimento específica. Assim, uma mesma palavra pode ser considerada descritor na Saúde, mas não na Educação, por exemplo. Como utilizamos diferentes bases de dados para busca de informações, não seria possível afirmar que em todas elas as palavras por nós escolhidas sejam consideradas descritores.

1.3.2 Outras fontes de informação	
Documentário <i>Musicoterapia Social en América Latina</i>	
1.4 Estratégia de busca de acordo com o recurso utilizado	
BVS – Lilacs Inclui: Index Psicologia – teses Index Periódicos técnico-científicos	Musicoterapia – Título, resumo, assunto. (comunitária OR social OR preventiva) - Título, resumo, assunto. Últimos cinco anos. Idioma: Português e Espanhol. Artigos, teses e monografias.
SocINDEX With full text	Music Therapy (Abstract or Abstract Author- Supplied Abstract) Community OR Social (Abstract or Abstract Author- Supplied Abstract) Período: Jan 2012 – Maio 2017. Idioma: Português, Espanhol e Inglês.
Sociological Abstracts	"Music Therapy" em Resumo. (Community OR Social) em Todo o documento. Período: Jan 2012 – Maio 2017. Idioma: Português, Espanhol e Inglês.
Scopus	"Music Therapy" em Article title, Abstract, Keywords. Psychology; Arts and Humanities; Health Professions, Nursing e Social Sciences. Incluído apenas países latino-americanos
Scielo	Integrada – Musicoterapia – Regional Países latino-americanos Últimos cinco anos Idioma: Português, Espanhol e Inglês.
Banco de Teses e dissertações CAPES	Busca: Musicoterapia
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Busca Avançada. Assunto: a) Musicoterapia; Social; b) Musicoterapia ; Comunitária; c) Musicoterapia ; Preventiva; Correspondência da Busca: Todos os termos. Idioma: Português, Espanhol e Inglês. Ano das publicações: 2012 até 2017. Grau: Teses e dissertações.
Google Acadêmico	Musicoterapia (com todas as palavras) Com no mínimo uma das palavras: Social, Comunitária, Preventiva.

	Últimos cinco anos. Em qualquer lugar do artigo.
Revista Brasileira de Musicoterapia e Revista InCantare.	Leitura de resumos, selecionando os trabalhos que abordam a temática da Musicoterapia e processos comunitários, ações coletivas e/ou transformação social. Últimos cinco anos.
Anais do VI CLAM	Leitura de resumos, selecionando os trabalhos que abordam a temática da Musicoterapia e processos comunitários, ações coletivas e/ou transformação social.

2. QUANTIDADE DE TRABALHOS

ENCONTRADOS		SELECIONADOS
BVS – Lilacs	6	1
SocINDEX With full text	3	Não há trabalhos latino-americanos
Sociological Abstracts	14	Não há trabalhos latino-americanos
Scopus	5	3
SciELO	38	4
Banco de Teses e dissertações CAPES	64	12
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	9	4
Google Acadêmico	233	1
Revista Brasileira de Musicoterapia	64	11
Revista InCantare	3	3
Anais do VI CLAM	125	47
TOTAL	564	85

3. LISTA DOS TRABALHOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

SocINDEX With full text:

Nenhuma das publicações é latino-americana.

Banco digital de teses e dissertações:

A MUSICOTERAPIA NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
FABRÍCIA SANTOS SANTANA.

DESCONSTRUINDO AMÉLIAS: MUSICOTERAPIA COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOB A ÓTICA DA TEOLOGIA FEMINISTA.
DANIÉLI BUSANELLO KROB.

A QUE(M) SERVE A MÚSICA NA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA?: LINHAS DE
AUDIBILIDADE NAS PRÁTICAS MUSICAIS DA SAÚDE MENTAL COLETIVA.
TÂNIA MARQUES CARDOSO.

Banco de teses e dissertações CAPES:

UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DA MUSICOTERAPIA EM DIREÇÃO À PROMOÇÃO DA
SAÚDE.

MARIANE DO NASCIMENTO OSELAME.

MUSICOTERAPIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: CONTRIBUINDO PARA O CONTROLE DO
ESTRESSE ACADÊMICO.

GRAZIELA FRANCA ALVES PANACIONI.

MUSICOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA INTERPESSOAL: ATUAÇÃO COM PROFESSORES DE ARTE DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO EM GOIÁS'.

ROBERTA BORGES DOS SANTOS.

ALÉM DO MUSICOTERAPEUTA: UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE DO MUSICOTERAPEUTA E SEU RECONHECIMENTO, FUNDAMENTADO NO SINTAGMA IDENTIDADE-METAMORFOSE-EMANCIPAÇÃO.

DIEGO AZEVEDO GODOY.

CANÇÕES DE ONTEM... LEMBRANÇAS DE HOJE: DEMÊNCIA, MUSICOTERAPIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.

MARIANGELA APARECIDA REZENDE ALEIXO.

GRUPOS MÚSICAIS EM SAÚDE MENTAL.

RAQUEL SIQUEIRA DA SILVA.

DES(A)FIOS DA REDE ETNOMUSICOLOGIA APLICADA E PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA NO CONTEXTO MUSICOTERÁPICO INTERDISCIPLINAR DA SAÚDE PÚBLICA E SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS.

MARTA ESTRELLA ESTEVES.

DIALOGANDO COM ADOLESCENTES SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: A CONTRIBUIÇÃO DA MUSICOTERAPIA COMUNITÁRIA.

GRAZIELA CARLA TRINDADE MAYER.

MUSICOTERAPIA E CUIDADO HUMANO: A MÚSICA E A REABILITAÇÃO DE PESSOAS QUE FAZEM USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.

SANDRO SANTOS DA ROSA.

INVESTIGANDO A EXPERIÊNCIA MUSICAL.

PRISCILA BERNARDO MULIN.

"MAS, NÓS VAMOS COMPOR?" RODA DE MÚSICA COMO EXPERIÊNCIA COLETIVA EM UM CRAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

ANDRESSA DIAS ARNDT.

SABERES DOCENTES NA PRÁTICA DO PROFESSOR DE MÚSICA DO PROJETO SESC CIDADÃO.

JOSE MAGNALDO DE MOURA ARAUJO.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA GESTAÇÃO E PARTO: O DESVELAR DA LITERATURA E O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA DOULA.

HERLA MARIA FURTADO JORGE.

Scopus:

A PERSPECTIVE OF THE MUSICAL GROUP ACTIVITY: SOCIAL AND COMMUNITY MUSIC THERAPY [UMA PERSPECTIVA DA ATIVIDADE MUSICAL EM GRUPO: MUSICOTERAPIA SOCIAL E COMUNITÁRIA].

ROSEMYRIAM CUNHA.

MUSIC THERAPY FOR WOMEN SURVIVORS OF INTIMATE PARTNER VIOLENCE: AN INTERCULTURAL EXPERIENCE FROM A FEMINIST PERSPECTIVE.

TERESA FERNÁNDEZ DE JUAN.

THE SECONDARY ASPECTS OF COLLECTIVE MUSIC-MAKING.

ROSEMYRIAM CUNHA.

Lilacs:

QUANDO A TERAPIA SE TORNA ARTE: TEORIA ATOR-REDE E COCRIAÇÃO MUSICAL /
RAQUEL SIQUEIRA-SILVA; JOÃO ARRISCADO NUNES.

Scielo:

ASPECTOS DA PRÁTICA MUSICOTERAPÊUTICA: CONTEXTO SOCIAL E COMUNITÁRIO
EM PERSPECTIVA.

ANDRESSA DIAS ARNDT; ROSEMYRIAM CUNHA; SHEILA VOLPI.

MUSICOTERAPIA E INTEGRACIÓN SOCIAL EN MENORES INFRACTORES. UN ESTUDIO
DE CASOS.

JOSÉ M. FERNÁNDEZ-BATANERO; JORGE MANUEL CARDOSO FELÍCIO.

BENEFICIOS DE LA MÚSICA EN CONDUCTAS DISRUPTIVAS EN LA ADOLESCENCIA.

ROCÍO CHAO FERNÁNDEZ; MARÍA DORINDA MATO VÁZQUEZ; VICENTE LÓPEZ PENA.

A MUSICOTERAPIA NA SALA DE ESPERA DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE:
ASSISTÊNCIA, AUTONOMIA E PROTAGONISMO.

ADRIANA DE FREITAS PIMENTEL; RUTH MACHADO BARBOSA; MARLY CHAGAS.

Google Acadêmico (selecionados apenas trabalhos não identificados nas buscas anteriores):

MUSICOTERAPIA COMUNITÁRIA: CONTRIBUIÇÃO PARA A SAÚDE MENTAL DA
COMUNIDADE.

MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATOS PEIXOTO, CÉLIA MARIA FERREIRA DA SILVA
TEIXEIRA.

Anais do VI CLAM

REFLEXIONES ACERCA DEL SER MUSICOTERAPEUTA.

DIEGO SCHAPIRA. ARGENTINA.

MUSICOTERAPIA EN ADOLESCENTES EMBARAZADAS.

MARIA DE LÉON. URUGUAI.

IMAGINARIO QUE PERMEIA A ESCOLHA DA FORMAÇÃO EM MUSICOTERAPIA.

JÔNIA MARIA DOZZA MESSAGI. BRASIL.

EXPERIENCIA DE INCLUSIÓN DEL MUSICOTERAPEUTA EN EQUIPOS DE
ACOMPAÑAMIENTO A VÍCTIMAS –TESTIGOS DEL TERRORISMO DE ESTADO EN
ARGENTI: “LA DESMEMORIA”.

CLAUDIA INÊS MENDOZA. ARGENTINA.

LABORATORIO DE INVESTIGACIÓN SONORA. CRUCES ENTRE TECNOLOGÍA Y
MUSICOTERAPIA / AUTOCONSTRUCCIÓN DE INSTRUMENTOS Y EMPODERAMIENTO /
INSTRUMENTOS GIGANTES PARA INTERVENCIONES COMUNITARIAS.

SEBASTIAN REY. ARGENTINA.

EL PODER TERAPÉUTICO DETRÁS DEL ARTE: APLICACIÓN DE LA MUSICOTERAPIA
JUNTO CON OTRAS TÉCNICAS ARTÍSTICAS.

TERESA FERNÁNDEZ DE JUAN. MÉXICO.

RESIGNIFICACIÓN DE HECHOS VIOLENTOS: “EXPERIENCIAS CON PERSONAS MAYORES
VÍCTIMAS DEL CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA”.

JORGE HERNÁN GÓMEZ GÓMEZ. COLOMBIA.

EL ENSAMBLE MUSICAL COMO HERRAMIENTA DE INTERVENCIÓN COMUNITARIA.
UNA PROPUESTA DESDE EL HACER MUSICAL REFLEXIVO.

SEBASTIÁN ALFONSO CECILIA ISLA. ARGENTINA.

TODOS HACEMOS MÚSICA.

RALF MARTIN NIEDENTHAL. ARGENTINA

MUSICOTERAPIA EN URUGUAY HACIENDO EL CAMINO AL ANDAR.

PAULA MELIANTE. URUGUAI.

LA RADIO DE USUARIOS DE SALUD MENTAL COMO HACER MUSICAL REFLEXIVO EN MUSICOTERAPIA.

GABRIEL ABRAMOVICI. ARGENTINA.

DINÂMICAS MÚSICAIS E SOCIAIS COM OBJETOS DA INFÂNCIA.

UIRÁ KUHLMANN. BRASIL

A IMPORTÂNCIA DO MUSICOTERAPEUTA NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO

BRUNO ANTÔNIO DA CUNHA LIMA. BRASIL.

MUSICOTERAPIA PARA UN RE-ENCUENTRO. TALLER DE AUTOCUIDADO PARA

MUJERES-MADRES DE NIÑOS Y JÓVENES CON PARÁLISIS CEREBRAL SEVERA.

CAROLINA ANGELA MUÑOZ LEPE. CHILE.

MUSICOTERAPIA SOCIAL E COMUNITÁRIA.

ROSEMYRIAM CUNHA. BRASIL.

"MUSICOTERAPIA SOCIAL/COMUNITARIA". POLÍTICA POÉTICA.

PATRICIA PELLIZZARI. ARGENTINA.

O BRASIL NO PANORAMA DA MUSICOTERAPIA DA AMÉRICA LATINA.

LIA REJANE MENDES BARCELLOS. BRASIL.

MUSICOTERAPIA PREVENTIVA PARA EL MANEJO DEL ESTRÉS EN LOS DOCENTES.

CECILIA DI PRINZIO. ARGENTINA.

CONSTRUCCIÓN HISTÓRICA DE LA MUSICOTERAPIA EN LATINOAMÉRICA:

TRANSMISIÓN DE UNA EXPERIENCIA EN ARGENTINA.

PEDRO ALTAMIRANDA. ARGENTINA.

DE LA INVESTIGACIÓN A LA PRÁCTICA EN MUSICOTERAPIA PREVENTIVA CON JÓVENES.

ALINA GUTRAICHT BARNES, ALINA RAGGHIANI. ARGENTINA.

MUSICOTERAPIA COMUNITÁRIA À LUZ DA ABORDAGEM JUNGUIANA.

ANA MARIA CARAMUJO PIRES DE CAMPOS, MAGALI BALDASSIN JORGE. BRASIL

PROGRAMA PILOTO DE MUSICOTERAPIA PARA LA REPARACIÓN PSICOSOCIAL DE ADOLESCENTES VÍCTIMAS DEL CONFLICTO ARMADO COLOMBIANO.

ANDRÉS FELIPE SALGADO VASCO. COLOMBIA

MUSICOTERAPIA EM GRUPO COM CRIANÇAS NO TRANSTORNO DO ESPECTRO

AUTISTA: MANIFESTAÇÕES MÚSICAIS E SOCIOCULTURAIS.

BÁRBARA VIRGINIA CARDOSO FARIA, ROSEMYRIAM CUNHA. BRASIL

INCORPORACIÓN DEL RITUAL DEL PAGAMENTO EN UNA INTERVENCIÓN

MUSICOTERAPÉUTICA, CON VÍCTIMAS DEL CONFLICTO ARMADO COLOMBIANO.

CARLOS ANDRÉS GÓMEZ MONTOYA. COLOMBIA

MUSICOTERAPIA PARA UN RE-ENCUENTRO: "TALLER DE AUTOCUIDADO PARA

MADRES DE NIÑOS Y JÓVENES CON PARÁLISIS CEREBRAL.

CAROLINA ANGELA MUÑOZ LEPE, PATRICIA CÁCERES VALENZUELA. CHILE.

MUSICOTERAPIA-TRANSCULTURAL Y COMUNITARIA CON PUEBLOS ORIGINARIOS:
 “QOMI-QOMPI” TALLER DE CANCIONES EN LENGUA QOM.
 MARÍA CLARA OLMEDO. ARGENTINA.

A CATARSE NAS INTERVENÇÕES EM MUSICOTERAPIA COMUNITÁRIA.
 ANDRÉ PEREIRA LINDENBERG, FERNANDA VALENTIN, MARIA INÊS GANDOLFO
 CONCEIÇÃO. BRASIL

O RAP E O FUNK CARIOCA EM ATENDIMENTOS MUSICOTERAPÊUTICOS COM
 ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE.
 HERMES SOARES DOS SANTOS. BRASIL.

EL HACER MUSICAL REFLEXIVO, UNA PERSPECTIVA EN MUSICOTERAPIA
 COMUNITARIA Y POPULAR.
 CECILIA ISLA, MARIANA DEMKURA, SEBASTIÁN ALFONSO, GABRIEL ABRAMOVICI.
 ARGENTINA

LA DIMENSIÓN PERFORMATIVA DEL HACER MUSICAL REFLEXIVO. RELATO DE UNA
 EXPERIENCIA CON MUJERES.
 MARIANA DEMKURA, SEBASTIÁN ALFONSO, CECILIA ISLA. ARGENTINA.

EL CARNAVAL COMO ESPACIO PROMOTOR DE LA SALUD EN UN PROYECTO CON
 ADULTOS MAYORES.
 LEANDRO ADRIÁN FIDELEFF. ARGENTINA.

LA COMEDIA MUSICAL EN LA CONSTRUCCION DE COMUNIDADE.
 SABRINA FALZARANO MICHELLE SCHUSSEL. ARGENTINA

FORTALECENDO OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS ATRAVÉS DA
 MUSICOTERAPIA NO MUNICÍPIO DE SALTO - SP – RELATO DE VIVÊNCIA COM IDOSOS.
 TALITA RIBEIRO PASSONI. BRASIL

UN SOLO RITMO, UNA SOLA VOZ: CREANDO COMUNIDAD A TRAVÉS DE LA MÚSICA.
 ANDREA PAOLA GIRALDO SOTO, MARK ETTENBERGER. COLOMBIA

MUSICOTERAPIA CON DOCENTES, RECONOCIENDO LAS SONORIDADES Y
 HABILIDADES MUSICALES PROPIAS, HACIA LO COMUNITÁRIO.
 VERÓNICA RESTREPO GIRALDO. MEDELLÍN, COLOMBIA.

O FAZER MUSICAL COLETIVO EM CONTEXTO SOCIOASSISTENCIAL.
 ANDRESSA DIAS ARNDT; KÁTIA MAHEIRIE. BRASIL

EXPERIENCIAS CONJUNTAS EN LATINOAMÉRICA: TEORÍA Y PRÁCTICAS
 COLABORATIVAS EN MUSICOTERAPIA PREVENTIVA COMUNITARIA.
 PATRÍCIA PELIZZARI ARGENTINA.

MUSICOTERAPIAS PREVENTIVA PSICOSSOCIAL NA EDUCAÇÃO: PANORAMA DOS
 DIÁLOGOS GENERATIVOS DE SAÚDE COMUNITÁRIA/SOCIAL.
 SANDRA ROCHA NASCIMENTO; PATRICIA CLAUDIA PELIZZARI; KARYLLA AMANDLA
 DE ASSIS PAULA; RAFAEL MENDONÇA BARROS. BRASIL

PERFORMANCE Y RECONOCIMIENTO: UN PROPUESTA ÉTICO-ESTÉTICO PARA LA
 MUSICOTERAPIA
 LEONELLO BAZZURRO. CHILE

A PARTICIPAÇÃO DA MUSICOTERAPIA EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL.
 GILDÁSIO JANUÁRIO DE SOUZA. BRASIL

EXPERIENCIAS CONJUNTAS EN LATINOAMÉRICA: TEORÍA Y PRÁCTICAS
 COLABORATIVAS EN MUSICOTERAPIA PREVENTIVA COMUNITÁRIA.

PÁTRICIA PELIZZARI, SANDRA ROCHA DO NACIMIENTO, ANDRÉ PEREIRA, FLAVIA KINIGSBURG, RICARDO RODRÍGUEZ. ARGENTINA

ENCONTROS ABERTOS DE MUSICOTERAPIA: TRABALHO EM GRUPO, PERFORMANCE PARTICIPATIVA E MEDIAÇÃO EM EQUIPE.

ANDRESSA ARNDT, CLARA PIAZZETA, ROSEMYRIAN, SHEILA VOLPI. BRASIL

ESCUA MUSICOTERAPÊUTICA INTERCULTURAL.

CINTIA ALBUQUERQUE, PAULA MELIANTE, MARIANA PUCHIVAILO. BRASIL.

O MUSICOTERAPEUTA COMO PROFISSIONAL DA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FABRÍCIA SANTOS SANTANA, CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA ZANINI. BRASIL.

PRÁCTICA COMUNITARIA - PRÁCTICA CLÍNICA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, POSICIONAMIENTO DEL MUSICOTERAPEUTA Y TÉCNICAS.

PATRÍCIA PELLIZZARI. ARGENTINA.

LA SESIÓN DE MUSICOTERAPIA, UN ESPACIO PARA EL REENCUENTRO Y FORTALECIMIENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES.

CORA ALICIA LEVINSON. ARGENTINA.

REVISTA BRASILEIRA DE MUSICOTERAPIA

“COMIGO NÃO, VIOLÃO!”: MUSICOTERAPIA COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

DANIÉLI BUSANELLO KROB, LAURA FRANCH SCHMIDT DA SILVA.

MUSICOTERAPIA E O CUIDADO AO CUIDADOR: UMA EXPERIÊNCIA JUNTO AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA FAVELA MONTE AZUL.

MARIANA CARVALHO CARIBÉ DE ARAÚJO PINHO, BELKIS VINHAS TRENCH

PRÁTICAS MUSICOTERAPÊUTICAS EM GRUPO: PLANEJAR PARA INTERVIR.

FERNANDA VALENTIN; LEOMARA CRAVEIRO DE SÁ; ELIZABETH ESPERIDIÃO.

A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DO OUTRO SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA E DA ALTERIDADE: UMA ESCUTA MUSICOTERAPÊUTICA À CRIANÇA COM CÂNCER.

MAYARA DIVINA TELES NICEIAS; LARA TEIXEIRA KARST; ELIZENA CRISTINA FLEURY E CUNHA; ELIAMAR APARECIDA DE BARROS FLEURY

UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DA MUSICOTERAPIA EM DIREÇÃO À PROMOÇÃO DA SAÚDE MARIANE OSELAME; RUTH BARBOSA MACHADO; MARLY CHAGAS.

A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS SONORO-MUSICAIS E A DINÂMICA DO GRUPO EM MUSICOTERAPIA.

TALITA FARIA ALMEIDA; CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA ZANINI; LUDMILA DE CASTRO SILVA ROBERTA BORGES DOS SANTOS.

A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA, POR MUSICOTERAPEUTAS E POR OUTROS PROFISSIONAIS, EM DINÂMICA DE PSICOTERAPIA COM GRUPOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.

ANDRÉ BRANDALISE.

A PAISAGEM SONORA CONTEMPORÂNEA DO BAIRRO DA ROCINHA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL, INFLUÊNCIAS ÉTNICAS E IMPLICAÇÕES COMPORTAMENTAIS SOB A ÓTICA DA MUSICOTERAPIA

MARTA ESTRELLA ESTEVES – UFRJ

A PESQUISA EM MUSICOTERAPIA NO CENÁRIO SOCIAL BRASILEIRO

MARIANE OSELAME; FERNANDA CARVALHO.

MÚSICA E MUSICOTERAPIA COM FAMÍLIAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.
FERNANDA VALENTIN; MAYARA KELLY ALVES RIBEIRO; MARIA INÊS GANDOLFO
CONCEIÇÃO; ANA PAULA GONÇALVES DOS SANTOS.

A DIMENSÃO DE SAÚDE NO CONTEXTO DA PRÁTICA DA MUSICOTERAPIA SOCIAL.
MAEVE ANDRADE; ROSEMYRIAM CUNHA.

REVISTA INCANTARE

MUSICOTERAPIA E PROCESSO GRUPAL: PRÁTICA MUSICAL COLETIVA
COM ALUNOS DA SEGUNDA SÉRIE DO ENSINO BÁSICO.
ROSEMYRIAM CUNHA ET AL.

MUSICOTERAPIA CRIOLA: ESTUDO DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA
BRINCADEIRA DE RODA DE TAMBOR DE CRIOLA EM PRÁTICAS
MUSICOTERÁPICAS.
ÂNGELO TEIXEIRA PASSOS; SIDINALVA WAWZYNIAK.

RAP E O FUNK EM ATENDIMENTOS MUSICOTERAPÊUTICOS EM UMA UNIDADE
SOCIOEDUCATIVA.
HERMES SOARES DOS SANTOS